



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências e Tecnologia

Faculdade de Engenharia

Tatiane Soares da Cunha Codeço

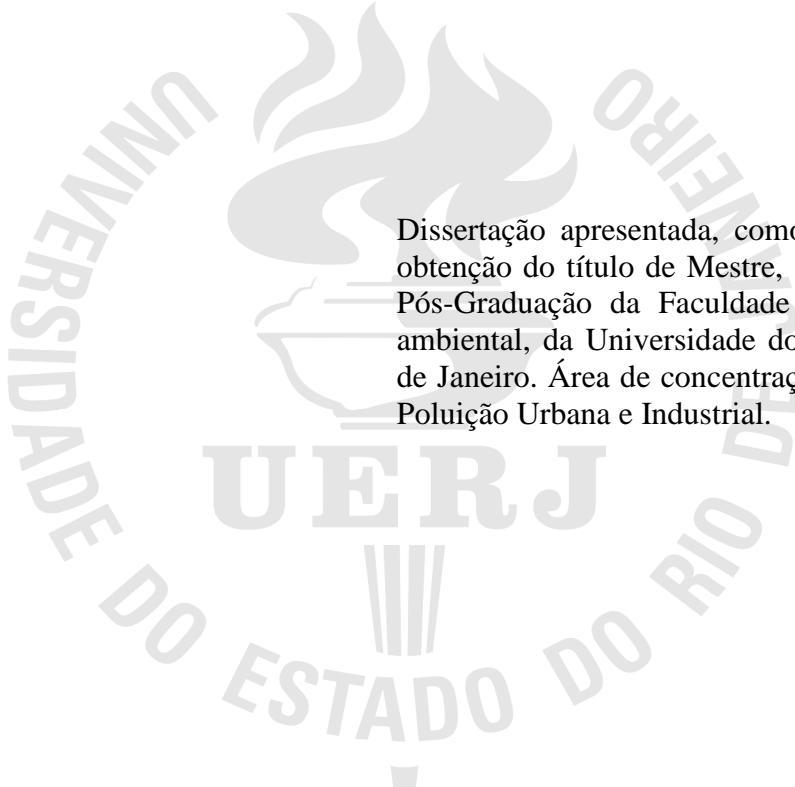
O encerramento do aterro metropolitano de Jardim Gramacho: Acenos da inclusão social e da implantação do polo de reciclagem em Duque de Caxias pelo protagonismo dos catadores e catadoras de materiais recicláveis

Rio de Janeiro

2014

Tatiane Soares da Cunha Codeço

O encerramento do aterro metropolitano de Jardim Gramacho: Acenos da inclusão social e da implantação do polo de reciclagem em Duque de Caxias pelo protagonismo dos catadores e catadoras de materiais recicláveis



Dissertação apresentada, como requisito para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Engenharia ambiental, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Controle da Poluição Urbana e Industrial.

Orientadores: Prof. Dr. Ubirajara Aluizio de Oliveira Mattos
Prof^a. Dr^a. Paula Raquel dos Santos

Rio de Janeiro

2014

CATALOGAÇÃO NA FONTE

UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CTC/B

C669 Codeço, Tatiane Soares da Cunha.

O encerramento do aterro metropolitano de Jardim Gramacho: Acenos da inclusão social e da implantação do polo de reciclagem em Duque de Caxias pelo protagonismo dos catadores e catadoras de materiais recicláveis / Tatiane Soares da Cunha Codeço. - 2014. 138 f.

Orientadores: Ubirajara Aluizio de Oliveira Mattos.

Paula Raquel dos Santos

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Engenharia.

1. Engenharia ambiental. 2. Catadores de lixo. 3. Reciclagem - Aspectos sociais - Teses. 4. Aterro Metropolitano de Gramacho - Teses. I. Mattos, Ubirajara Aluizio de Oliveira. II. Santos, Paula Raquel dos. III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. IV. Título.

CDU 628.463

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Tatiane Soares da Cunha Codeço

O encerramento do aterro metropolitano de Jardim Gramacho: Acenos da inclusão social e da implantação do polo de reciclagem em Duque de Caxias pelo protagonismo dos catadores e catadoras de materiais recicláveis

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Controle da Poluição Urbana e Industrial

Aprovado em: 13 de fevereiro de 2014.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Ubirajara Aluizio de Oliveira Mattos (Orientador)
Faculdade de Engenharia - UERJ

Prof^a. Dr^a. Paula Raquel dos Santos (Coorientadora)
Faculdade de Enfermagem - UERJ

Prof. Dr. Elmo Rodrigues da Silva
Faculdade de Engenharia – UERJ

Prof^a. Dr^a. Valéria Pereira Bastos
Pontifícia Universidade Católica – PUC/Rio

Prof^a. Dr^a. Maria Isabel Lopes da Costa
Centro Universitário Serra dos Orgãos - UNIFESO

Rio de Janeiro

2014

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho “Ao que vai chegar”.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço à DEUS que permitiu à caminhada, à nossa senhora sob o título “Desatadora dos nós” e à todos aqueles que são por mim. Aos meus pais Cely e Aluísio e irmã Thaís Codeço – minha assistente social - pelo incentivo, apoio no desemprego e paciência.

Aos professores orientadores Ubirajara e Paula, que acreditaram no trabalho e aos professores do programa PEAMB, pela acessibilidade e prontidão.

Agradecimento aos professores que estiveram presentes na ideia inicial, antes de eu ingressar no mestrado.

Agradeço em especial ao Jorge Pinheiro da SEA e Carol Andrade pela atenção, informações e a imensa ajuda com o pré- projeto.

A minha prima Roberta Barreto – assistente social - inspiradora nas mudanças de foco que aconteceram ao longo da pesquisa exploratória em Jardim Gramacho.

À Alessandra, Maria Rosinete da COOPERJARDIM por terem possibilitado à volta a Jardim Gramacho quando tudo parecia perdido.

Enfim, agradeço a todos aqueles que foram amigos, não dá para citar de tantos que foram, que muito me ajudaram ao longo dessa jornada, fornecendo à palavra amiga e o carinho, suficientes para eu seguir em frente. Obrigado por tudo!

Conheço minha cidade como a palma da mão
E amo de coração, pois nela moro e trabalho
E o que tenho e valho vou construindo aos pouquinhos
Puxando um simples carrinho de catador, minha sina
com suor e muito espinho.

Madrugo com a cidade, com suas ruas e avenidas
Nas lançantes e subidas vou puxando meu carrinho
E andando, devagarzinho vou catando pelo lixo
O meu trabalho, a capricho recolher aqui e ali

Lutando pra conseguir chegar primeiro que os bichos.
Meu trabalho é muito digno, pois eu trabalho de fato
Não é brinquedo ou aparato

Alguém puxando carrinho, abrindo o próprio caminho
No corre – corre da cidade é trabalho de necessidade
Braçal e tão cansativo que não há nenhum motivo
Pra faltar com a verdade.

Quantas vezes fui xingado por alguns ‘motoristinhas’
Carimbadas figurinhas que se adonam da cidade
E em qualquer velocidade, não respeitam o sinal
E de um modo geral, não respeitam quase nada
Muito menos a jornada de um catador profissional

Sou o catador de lixo, trabalhador, papeleiro
Meu trabalho é pioneiro, na limpeza da cidade
Digo isso com vaidade, pois foram os rejeitados
Que iniciaram, organizados a reciclagem do lixo
Separando com capricho para ser reaproveitado.

É do lixo que tiramos a comida e o sustento
Enfrentando chuva e vento, sol que arde e tempo frio
É um eterno desafio, todo dia sempre a pé
Realidade injusta até, de catador, do papeleiro
Daqueles que são lixeiros, tratados como a ralé.

Somos humanos também, temos família, temos filhos
Embora o pouco brilho do carrinho que puxamos
Sorrimos, nos alegramos, temos fé e perseverança
São lindas nossas crianças, pois toda a criança é linda
Elas nos dão força e ainda, nos enchem de esperança.

Quantas vezes pelas ruas carregando meu carrinho
Sigo em frente, sozinho na jornada papeleira
A cidade é uma clareira de vitrine e manequins
Muitos olham para mim e me vêem como espantalho
Debocham do meu trabalho e nele querem dar um fim.

Unidos e organizados, papelheiro ou catador
Bravo! Irmão trabalhador!
Brava! Irmã trabalhadora!

A luta é duradoura
Pela vida, pela paz, e ninguém é mais capaz
Que os bravos catadores.

Nós somos os precursores de um mundo que se refaz.
No trabalho que fazemos, é possível perceber
Que o importante é viver sem ganância e desperdício
Sem injustiça e sem vício.

Quem não vê a desigualdade que se estampa na cidade
Pelas grandes diferenças e por eternas desavenças
Que matam a fraternidade?

Às vezes, o desânimo, tristeza, falta de apoio
Somos trigo e não joio, no mercado desigual
E o selvagem capital sempre explora nosso cisco
E jamais somos bem vistos...

Já afirmamos com clareza
Catadores e lixeiros, nós queremos ser parceiros
De um mundo solidário, onde o rico e o operário
Respeitem os seres vivos e se tornem mais ativos
Na luta pela justiça: no lixo toda injustiça.

Autor desconhecido

RESUMO

CODEÇO, Tatiane Soares da Cunha. *O encerramento do aterro metropolitano de Jardim Gramacho: Acenos da inclusão social e da implantação do polo de reciclagem em Duque de Caxias pelo protagonismo dos catadores e catadoras de materiais recicláveis*. 2014. 138 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Engenharia Ambiental) – Faculdade de Engenharia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

O encerramento do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho (AMJG) foi pioneiro na formulação de políticas públicas socioambientais no Brasil, ao incluir a questão social nas ações de saneamento e apoiar a organização de cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Este trabalho objetivou acompanhar o encerramento desse aterro e o processo de implantação do Polo de Reciclagem situado em Duque de Caxias, Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A pesquisa teve caráter exploratório e abordagem qualitativa. Utilizou-se de entrevistas aplicadas a uma amostra de lideranças de catadores organizados e não organizados que atuavam na região. O estudo foi realizado entre setembro de 2011 a novembro de 2013. A política sanitária brasileira visa à melhoria das condições de trabalho do catador e incentiva a sua inclusão social, através da organização em cooperativas e/ou associações. Conclui-se que a participação dos catadores no processo de encerramento do AMJG, através das articulações com o governo do Estado do Rio de Janeiro, foi fundamental, embora muitos outros problemas socioambientais ainda persistam nesta região e precisam ser equacionados pelo poder público. Além disso, cabe destacar o papel dos programas sociais do governo federal que podem beneficiar essa categoria de trabalhadores. Para estudos futuros, recomenda-se acompanhar o desenvolvimento e a sustentabilidade deste Polo de Reciclagem.

Palavras-chave: Catadores de materiais recicláveis; Programas sociais; Região Metropolitana do Rio de Janeiro; Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho; Polo de Reciclagem de Gramacho.

ABSTRACT

CODEÇO, Tatiane Soares da Cunha. *The closure of the Landfill Jardim Gramacho: Nods of social inclusion and the implementation of the recycling Center in Duque de Caxias by role of waste pickers*. 2014. 138 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Engenharia Ambiental) – Faculdade de Engenharia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

The closure of the Metropolitan Landfill of Jardim Gramacho, the largest of Latin America, it was pioneered in the formulation of public policies for social and environmental management in Brazil. Acting both in sanitation actions, such as on social issues with a view to the inclusion of waste pickers in the recycling work in decent conditions. This study followed the closure of the Metropolitan Landfill of Jardim Gramacho as well as the process implementation of Polo Recycling Gramacho situated in Duque de Caxias, in the metropolitan region of Rio de Janeiro. This survey was exploratory and approach qualitative. Used interviews applied of waste pickers leaders organized and unorganized waste pickers operating in the region. The study was conducted between September 2011 and november 2013. Nowadays, the Brazilian health policy aims at improving working conditions of waste pickers and encourages their social inclusion, by organizing into cooperatives and/or associations. Therefore, in the area of the Metropolitan Landfill of Jardim Gramacho the participation of waste pickers in the closure process it was an instrumental in attempting to social inclusion of the waste pickers of Jardim Gramacho. The Participation in social programs from the federal Government also it was an important tool in the process of economic inclusion of waste pickers Jardim Gramacho. For the future, studies it is recommended to follow the development and sustainability of this Polo Recycling Gramacho.

Keywords: Waste Pickers; Policy social integration; Social Programs; Metropolitan region of Rio de Janeiro; The Metropolitan Landfill of Jardim Gramacho; Polo Recycling Gramacho.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	- Abastecimento de água em Jardim Gramacho	59
Tabela 2	- Tratamento do lixo no sub-bairro Jardim Gramacho	61
Tabela 3	- Doenças que afetam catadores	62
Tabela 4	- Catadores do aterro de Jardim Gramacho	71

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	- Organização e exposição das falas dos entrevistados.....	23
Quadro 2	- Lista de programas sociais e seus objetivos.....	43
Quadro 3	- Declaração do MNCR: posicionamento sobre a Lei 12.690/2012.....	49
Quadro 4	- Diferenças jurídicas entre associações e cooperativas.....	53
Quadro 5	- Catador e a lei de Resíduos Sólidos Urbanos.....	78
Quadro 6	- Marco social do encerramento do AMJG.....	86
Quadro 7	- Principais Programas sociais e subprogramas para Catadores de materiais recicláveis.....	88

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Formulário do CadÚnico no Cadastramento dos Catadores do AMJG no CRAS - Jardim Gramacho.....	42
Figura 2 - Mapa conceitual	55
Figura 3 - Mapa do sub-bairro Jardim Gramacho.....	56
Figura 4 - Favela do esqueleto no bairro Jardim Gramacho	59
Figura 5 - Sub-bairro Jardim Gramacho em julho de 2012	61
Figura 6 - Exploração do gás natural no AMJG	63
Figura 7 - Mapa do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho	65
Figura 8 - Esquema GT trabalho e Renda para o bairro Jardim Gramacho.....	67
Figura 9 - GT Saúde, Educação, assistência social para Jardim Gramacho	68
Figura 10 - Infraestrutura Urbana e Ambiental para Jardim Gramacho	68
Figura 11 - Foto do encerramento do aterro Metropolitano de Jardim Gramacho	70
Figura 12 - Quantitativo de Catadores do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho entre os anos de 1993 até o encerramento em 2012	72
Figura 13 - Os catadores na rampa às vésperas do AMJG encerrar as suas atividades	73
Figura 14 - Catadores de três cooperativas, em atividade em Jardim Gramacho em 2012, imediatamente após o encerramento do AMJG.....	76
Figura 15 - Reunião da governança no cadastramento coletivo dos Catadores do AMJG no CRAS – Jardim Gramacho	80
Figura 16 - Inauguração do Polo de Reciclagem de Gramacho.....	91
Figura 17 - Maquinário no galpão do Polo de Reciclagem de Gramacho	99
Figura 18 - Foto do galpão do Polo de Reciclagem de Gramacho.....	101

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas técnicas
ACAMJG	Associação dos Catadores de Jardim Gramacho
AMJG	Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho
Art.	Artigo
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CadÚnico	Cadastro Único para Programas Sociais
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CEF	Caixa econômica Federal
COMLURB	Companhia Municipal de Limpeza Urbana
COOPERCAMJG	Cooperativa de catadores do AMJG
COOPERGRAMACHO	Cooperativa de Catadores de Gramacho
COOPERCAXIAS	Cooperativa de Catadores de Duque de Caxias
CONAMA	Conselho Nacional de Meio ambiente
CNUMAD	Conferência das nações unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CSS	Coleta Seletiva Solidária
EES	Empreendimentos Econômicos Solidários
ES	Economia Solidária
FCJG	Fórum Comunitário de Jardim Gramacho
FECAM	Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano do Rio de Janeiro

FNLC	Fórum Nacional Lixo e Cidadania
GT	Grupos de Trabalho
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEA	Instituto Estadual do Ambiente
IETS	Instituto de Estudos Socioeconômicos
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MDS	Ministério do desenvolvimento social e combate à fome
MNCR	Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis
MP	Ministério Público
NGEA	Novo Gramacho energia Ambiental
OS	Organização Civil
OSCIP	Organização da Sociedade civil e Interesse Público
OUERJ	Observatório da Universidade do Estado do Rio de Janeiro
PANGEA	Centro de estudos sociambientais
PCSS	Programa Coleta Seletiva Solidária
PNSB	Pesquisa Nacional de Saneamento Básico
PERS	Plano estadual de Resíduos Sólidos do estado do Rio de Janeiro
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
PBF	Programa Bolsa Família
PRG	Polo de Reciclagem de Gramacho
PRONACOOP	Programa Nacional de Cooperativas

PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao ensino técnico
REDUC	Refinaria de Duque de Caxias
RMRJ	Região Metropolitana do Rio de Janeiro
RSU	Resíduos Sólidos Urbanos
SEA	Secretaria de ambiente do estado do Rio de Janeiro
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SGR	Secretaria Geral da República
SMMA	Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Duque de Caxias
SMASDH	Secretaria Municipal de Assistência Social de Duque de Caxias
SEASDH	Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos humanos
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1.1 Colocação do problema	16
1.2 Objetivos	17
1.3 Justificativa	17
1.4 Metodologia	19
1.4.1 Procedimentos técnicos	20
1.5 Estrutura	23
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA CONCEITUAL	25
2.1 A cadeia produtiva da reciclagem	25
2.2 Os catadores de materiais recicláveis	27
2.2.1 A importância dos catadores no desenvolvimento sustentável.....	35
2.3 Direitos sociais, políticas públicas e políticas sociais	36
2.3.1 O instrumento Cadastro Único Para Programas Sociais.....	40
2.4 Marco legal sobre resíduos sólidos no Brasil	44
2.4.2 A legislação que destaca a coleta seletiva solidária e as organizações de catadores de materiais recicláveis.....	46
2.5 A economia solidária no contexto das organizações de catadores de materiais recicláveis	49
2.5.1 As organizações em estrutura de redes solidárias.....	52
RESULTADOS E DISCUSSÕES	56
3 O ESTUDO DE CASO DE JARDIM GRAMACHO	56
3.1 O Aterro Metropolitano Jardim Gramacho	56
3.1 O processo de encerramento do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho	63
3.1.1 A Situação dos Catadores de Jardim Gramacho	71
3.1.2 Os catadores de Jardim Gramacho e as organizações.....	75
3.1.3 As políticas sociais no território de Jardim Gramacho e a inclusão do catador	77
4 O POLO DE RECICLAGEM DE GRAMACHO	90
4.1 O processo de implantação do Polo de Reciclagem: a percepção dos catadores ..	93
4.2 Dificuldades enfrentadas e avaliação do processo de implantação do Polo	94
CONCLUSÕES	102
REFERÊNCIAS	105

GLOSSÁRIO	113
APÊNDICE A - Termo de livre consentimento esclarecido	114
APÊNDICE B - Roteiro de entrevistas fechadas e abertas realizadas com ex catadores do AMJG no CRAS Jardim Gramacho	115
APÊNDICE C - Roteiro de entrevista de perguntas fechadas e abertas realizada com catadores do Polo de Reciclagem de Gramacho	121
ANEXO A - Proposta de modelo de gestão do fundo dos catadores de Gramacho ..	126
ANEXO B - Chamada para cadastramento dos catadores do aterro de gramacho	130
ANEXO C - Formulário PANGEA preenchido junto com o cadastramento	132
ANEXO D - Regras de acesso ao fundo do catador de Gramacho	136
ANEXO E - O Polo de Reciclagem de Gramacho.....	138

INTRODUÇÃO

1.1 Colocação do problema

A gestão de resíduos sólidos no Brasil é uma atribuição dos municípios serviço público executado e mantido pelo Estado. No entanto, a questão do lixo no Brasil é hoje uma questão social na qual o gerenciamento do que é descartado pela sociedade de consumo tem sido feito com a ajuda de pessoas que encontram no trabalho com o lixo a sua sobrevivência.

No Brasil, a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico do IBGE (2008) revelou que 50,8 % dos municípios brasileiros destinam seus resíduos inadequadamente em lixões a céu aberto. Nesta perspectiva a Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei Nº 12.305/10, em vigor desde agosto de 2010, prevê no seu artigo 54, o fechamento destes “lixões”, entre outras ações como a responsabilidade na gestão compartilhada desses resíduos sólidos. A Política Estadual de Resíduos Sólidos do Rio de Janeiro corrobora com o fechamento dos lixões até 2014.

Neste contexto, o fechamento do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho (AMJG), o maior aterro da América Latina, foi pioneiro na formulação de políticas públicas de gestão socioambiental no Brasil.

O encerramento do Aterro vem afetando a vida da população do sub-bairro Jardim Gramacho e a população dos catadores de materiais recicláveis. Os catadores de materiais recicláveis são representantes de uma categoria de trabalhadores que vivem da catação dos resíduos reaproveitáveis que são lançados no ambiente pela nossa sociedade de consumo. Eles sobrevivem da coleta e venda do material e estão presentes

No meio do caminho entre o que é descartado pela população consumidora e o que as indústrias redirecionam para os processos produtivos, estão uma série de trabalhadores denominados catadores, separadores e/ou recicladores que destinam todo o tipo de material que pode ser reciclado para essas indústrias ao invés de ir para um aterro sanitário ou lixão (DAGNINO, 2011, p.70).

Eles vêm, cada vez mais, se organizando em busca não somente de sua sobrevivência, como também do seu estabelecimento enquanto profissão¹.

Segundo a Lei Nº 11.445/2007, Lei de Saneamento Básico, as prefeituras podem contratar, com dispensa de licitação, as associações e cooperativas de catadores para atuarem na coleta seletiva da cidade. Com a Lei Nº 12.305, Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), foi estabelecida a formalização da participação de entidades de catadores no sistema de gestão municipal de resíduos sólidos. No caso de Jardim Gramacho tem consistido na transição à situação de legalidade das cooperativas de catadores, através das ações de políticas públicas de inclusão dos catadores no trabalho com reciclagem de forma mais digna.

1.2 Objetivos

A presente pesquisa objetivou o acompanhamento do encerramento das atividades do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho (AMJG) e a avaliação do processo de implantação do Polo de Reciclagem de Gramacho (PRG), situado em Duque de Caxias, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ).

Enquanto os objetivos específicos consistiram em:

- Descrever o processo de encerramento das atividades do AMJG;
- Descrever o processo de criação e implantação do PRG;

1.3 Justificativa

O AMJG teve seu projeto concretizado ainda na década de 1970 (período auge da ditadura militar no Brasil), funcionando até 2012 como vazadouro de lixo da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Tratou-se do encerramento do maior aterro Metropolitano da

¹ A Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) portaria 397/2002 MTE classificação: 5192 reconhece o Catadores de material reciclável como profissão, descrevendo assim suas atribuições como aquele que “cata, seleciona e vende materiais recicláveis como papel, papelão, plástico, vidro, bem como materiais ferrosos e não ferrosos e outros materiais reaproveitáveis.

América Latina. Por isso, o sub-bairro Jardim Gramacho, conhecido pelo Aterro, hoje representa uma área referência mundial pelo trabalho que vem sendo planejado para a região. Um dos exemplos foram os polos de reciclagem que surgiram em função do encerramento do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho.

A partir de 1950, o aprofundamento do capital já não mais se baseia unicamente na dependência de modelos de produção. Modelos de consumo, muito mais rapidamente difundíveis, também contribuem efetivamente para a penetração do capital e trazem os mesmos resultados, porque carregam em seu bojo os novos modelos de produção. O planejamento tem tido um papel a desempenhar neste processo. Ele é um desses conceitos chave criado pelo sistema capitalista como meio de impor por toda parte o capital internacionalizado (SANTOS, 2001, p. 16).

Nesta mesma época de revolução cultural com ideologia capitalista

a pobreza, um fenômeno qualitativo, foi transformada num problema quantitativo e reduzida a dados numéricos. Forneceram-se inúmeros índices para provar a distância entre países ricos e pobres e para inferir que estes últimos deveriam imitar os primeiros se quisessem superá-la (SANTOS, 2001, p. 15).

A implantação do Polo de Reciclagem em Jardim Gramacho, um ano após o encerramento do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho, representa as articulações dos atores sociais, entendidos como “administrações públicas, agentes econômicos políticos e privados, organizações sociais e cívicas, setores intelectuais e profissionais e meios de comunicação social. Ou seja, entre instituições políticas e sociedade civil” (CASTELLS & BORJA, 1996, p.161).

As articulações envolveram gestores das três esferas do governo e sociedade civil organizada que articularam propostas de melhorias através das iniciativas da governança no sub-bairro de Jardim Gramacho. “A governança refere-se aos padrões de articulação e cooperação entre atores sociais e políticos e arranjos institucionais que coordenam e regulam transações dentro e através das fronteiras do sistema econômico” (SANTOS, 1997 *apud* GONÇALVES, 2005, p. 2). A governança é a totalidade das diversas maneiras pelas quais os indivíduos e as instituições, públicas e privadas, administram seus problemas comuns. (Comissão sobre Governança Global, 1992 *apud* GONÇALVES, 2005, p. 2).

Neste sentido, incluímos as redes sociais informais, sociedade civil, hierarquias e associações e os diversos tipos de atores sociais articulados para administrar problemas para a tomada de decisão dos governos democráticos.

As políticas de planejamento vêm sendo feitas para a atuação dos órgãos públicos e realização de projetos em Jardim Gramacho. Deste modo, são necessárias pesquisas locais, sob a ótica interdisciplinar, envolvendo temas como: a saúde do trabalhador, a economia local, os aspectos sociais, a educação ambiental, os impactos negativos sobre o ambiente, entre outros que mostrem alternativas para um melhor planejamento e gestão ambiental de toda a região do AMJG e do sub-bairro Jardim Gramacho.

1.4 Metodologia

A pesquisa desenvolvida foi de caráter exploratório sendo realizada através de um estudo de caso.

Do ponto de vista de seus objetivos a pesquisa exploratória visa proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses. Envolve levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; análise de exemplos que estimulem a compreensão. Assume, em geral, as formas de pesquisas bibliográficas e Estudos de Caso (GIL, 1991, p. 26).

A pesquisa é exploratória por ser um fato muito recente e não ter sido identificado estudos similares sobre encerramento de aterros controlados ou lixões envolvendo a tentativa de inclusão social pelo trabalho do catador, a partir da PNRS. No Brasil é assunto ainda pouco explorado o encerramento de lixões. Além disso, tratou-se do encerramento do maior Aterro da América Latina.

Segundo Oliveira (1998), o objeto da metodologia é estudar as possibilidades explicativas dos diferentes métodos, situando as peculiaridades de cada, quais as diferenças, as divergências, bem como os aspectos em comum.

Atendendo a metodologia como elemento de abrangência da realidade, trabalharemos com a abordagem qualitativa, entendendo que “a pesquisa qualitativa aflige com significados, motivos, valores, atitudes, correspondentes às relações, processos e fenômenos que não podem ser trabalhados como variáveis” (GODOY, 1995 & MINAYO, 1996, p. 32).

A revisão bibliográfica consistiu na consulta de trabalhos sobre o AMJG e o sub-bairro Jardim Gramacho. Tratam-se de pesquisas realizadas entre os anos de 2002 – para o trabalho mais antigo e 2012, para a pesquisa mais recente, após o encerramento do AMJG. As

pesquisas sobre a área de estudo são de: Nascimento (2002), Juncá (2004), Pinto (2004), IBASE (2005), Oliveira (2007), Carvalho (2007), Gomes (2008), OUERJ (2008), Bastos (2008), IETS (2011), Ribeiro (2011), Bastos (2012).

Além disso, foram pesquisados artigos sobre o tema catadores de materiais recicláveis, cooperativismo, cooperativas de catadores, políticas públicas com inclusão social de catadores, diagnósticos socioeconômicos de catadores, a cadeia produtiva do lixo, gestão socioambiental dos resíduos sólidos e coleta seletiva. Foi realizada a revisão da legislação socioambiental que versa sobre resíduos sólidos com inclusão de catadores de materiais recicláveis.

Foram feitas pesquisas de notícias em sítios eletrônicos de instituições como: Associação de Catadores do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho – ACAMJG; Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis – MNCR; Instituto Estadual do Ambiente - INEA/Secretaria Estadual do Ambiente – SEA; Prefeitura do Município do Rio de Janeiro; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

1.4.1 Procedimentos técnicos

Os dados foram obtidos em levantamento bibliográfico e de campo. A metodologia foi do tipo qualitativa integrada. A técnica entrevista foi utilizada através de dois instrumentos de pesquisa: os roteiros de entrevistas e o estudo de caso. Distribuídos em:

- ✓ 1) Dois roteiros de entrevistas: contendo perguntas abertas e fechadas aplicadas a dois grupos distintos de trabalhadores, em locais e momentos diferenciados. Sendo, um dos roteiros realizado com um grupo de lideranças do Polo de Reciclagem de Gramacho. E o outro um questionário realizado com ex-catadores do AMJG que frequentam grupos de catadores no CRAS Jardim Gramacho , após o encerramento do AMJG. Os catadores estão divididos em duas amostras:

- ✓ A amostra entrevistada que consistiu de catadores e catadoras, que exercem função de liderança atualmente no Polo de Reciclagem de Gramacho, com participação no processo de encerramento do AMJG.

Consistindo de um total de doze (12) lideranças hoje estabelecidas no PRG, encontram-se distribuídas em 3 (três) lideranças para cada uma das 4 (quatro) cooperativas e uma associação. Um total de 08 (oito) catadores e catadoras que exercem função de liderança responderam ao roteiro de perguntas fechadas e abertas direcionado ao Polo de Reciclagem de Gramacho.

✓ Além disso, a outra amostra compreendia os “catadores não organizados”, que nos dias de hoje, são atendidos pelo CRAS Jardim Gramacho, a fim de levantar as consequências do encerramento do Aterro para esses trabalhadores – informações que dão subsídios a análise do processo de tentativa de inclusão social no território de Jardim Gramacho. Estas entrevistas, são um total de 9 (nove) catadores voluntários a responder para um número de cerca de 30 (trinta) catadores que frequentavam o grupo de catadores no CRAS, estão identificadas nos resultados como fala dos “Catadores de Gramacho”.

✓ 2) Estudo de caso: Realizado de setembro de 2011 à junho de 2012, durante o processo de encerramento do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho. Tratava-se do momento no qual realizamos pesquisas de campo com observação não participante – cumprindo uma agenda de reuniões e visitas nos grupos focais organizados para o fechamento do Aterro. Dividido em:

✓ Visita técnica ao Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho; reuniões da governança na Secretaria de Estado do Ambiente (SEA/INEA); reuniões na sede da Associação de Catadores do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho (ACAMJG); Assembleia de catadores de Gramacho realizada no CIEP 218 realizada em 31 de março de 2012; Reuniões de cadastramento no Centro de Referência de Assistência Social, o CRAS - Jardim Gramacho.

✓ Após o fechamento do Aterro em junho de 2012 – até novembro de 2013 ocorria o processo de implantação do Polo de Reciclagem de Gramacho. Desse modo, foram realizadas visitas em cooperativa remanescente de catadores do Aterro – a Cooperjardim, trabalhos de

campo, abordagem social com ex-catadores do AMJG no Centro de Referência de Assistência Social, o CRAS - Jardim Gramacho e visitas ao Polo de Reciclagem de Gramacho.

Acompanhamos o encerramento do AMJG até a constituição do Polo de Reciclagem de Gramacho. Por tratar-se de um estudo de caso houve um acompanhamento no sub-bairro de Jardim Gramacho.

Por sua vez, este acompanhamento esteve dividido em duas fases distintas: o processo de encerramento do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho e o Após o fechamento do Aterro em junho de 2012 – até novembro de 2013.

Segundo Lalande (1993) método é um esforço para atingir um fim, investigação, estudo; caminho pelo qual se chega a um determinando resultado, programa que regula antecipadamente uma sequência de operações a executar, assinalando certos erros a evitar.

O material coletado consistiu de registro fotográfico, anotações de campo, gravação do áudio da amostra populacional que respondeu ao roteiro de perguntas semiestruturadas. As entrevistas foram realizadas em caráter individual, com a concordância das pessoas que assinaram o termo de livre consentimento esclarecido.

Além das entrevistas foram obtidos dados primários e secundários sobre a área de estudo. Os dados foram transcritos e analisados de acordo com a abordagem metodológica de Fontoura; Lakatos & Marconi. As transcrições das entrevistas foram realizadas, pela própria autora do trabalho, seguindo fielmente as palavras ditas pelos catadores durante as entrevistas.

O Tratamento dos dados seguiu a proposta de Fontoura (2008), com a separação dos resultados em unidades de contexto (trechos mais longos) – entendendo contexto, nesse caso, como conhecimentos das práticas sociais as quais investigamos. Em Fontoura (2008) a análise temática consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem a comunicação e cuja frequência de aparição (desde muito frequente até apenas uma vez) possa significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido.

Os resultados foram apresentados na forma de exposição das falas para o levantamento qualitativo do roteiro de entrevistas do Polo de Reciclagem de Gramacho, conforme o quadro (01):

Quadro 01: organização e exposição das falas dos entrevistados do Polo de Reciclagem de Gramacho.

Cooperativas do Polo de Reciclagem de Gramacho	Catadores entrevistados
Cooperativa A	Catador liderança I
	Catador liderança II
Cooperativa B	Catador liderança I
	Catador liderança II
Cooperativa C	Catador liderança I
	Catador liderança II
Cooperativa D	Catador liderança I
	Catador liderança II

Fonte: própria autora.

Para a abordagem social dos catadores não organizados, integrantes dos grupos de catadores realizados no CRAS Jardim Gramacho. As falas estão identificadas nos resultados da pesquisa como “catadores de Gramacho”.

As informações sobre a percepção dos catadores de Gramacho sobre o processo de encerramento do Aterro foram extraídas das entrevistas realizadas.

Interpretamos os dados qualitativos pela conjuntura dos resultados a luz do referencial teórico pela avaliação qualitativa dos indicadores socioambientais apontados por alguns autores. Da mesma forma, foram utilizados dados secundários no contexto da aplicabilidade das Políticas Públicas no Estado do Rio de Janeiro e do governo Brasileiro.

1.5 Estrutura

A dissertação foi estruturada, inicialmente, com uma **Introdução** onde é apresentada a pesquisa, tendo como foco principal os catadores de materiais recicláveis que atuaram no AMJG. A metodologia mostra o cenário situacional da nossa área de estudo e os procedimentos da pesquisa, apontando os caminhos explorados e os alcances do trabalho.

A seguir foi realizada a **revisão bibliográfica** da nova legislação de resíduos sólidos com um panorama da inclusão em lei dos atores sociais catadores de resíduos reaproveitáveis. A nova legislação se apresenta como uma lei socioambiental com ampla preocupação

econômica, social e cultural. Os objetivos da leitura desta lei estão associados à inclusão do catador de material reciclável organizado como protagonista no processo de coleta seletiva para reciclagem de materiais. Além da exposição dos principais conceitos relacionados a esses catadores na sociedade atual, tais como a cadeia da produtiva da reciclagem, da qual eles são atores; a sua contribuição para o desenvolvimento sustentável; Assim como os direitos sociais da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB).

A partir da década de 1990 a emergência das políticas públicas, como políticas sociais da nova geração e as questões do desenvolvimento sustentável. Temos hoje um instrumento para diagnóstico socioeconômico e inclusão econômica em políticas socioassistenciais, chamado CadÚnico para programas sociais.

O marco legal dos resíduos sólidos inclui as legislações referentes aos catadores de materiais recicláveis. Em seguida, aborda-se o conceito de Economia Solidária – socioeconomia como princípio de organização pelos catadores – Até as atuais estruturas em redes de cooperação.

O capítulo seguinte mostra os resultados e a discussão do **estudo de Caso de Jardim Gramacho**. É feita uma apresentação da área de estudo, do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho e seu processo de encerramento.

Finalizando a dissertação são apresentadas as **considerações** sobre o Polo de Reciclagem de Gramacho, discutindo o caminho para uma inclusão social pelo trabalho do catador de material reciclável.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA CONCEITUAL

2.1 A cadeia produtiva da reciclagem

Segundo a legislação brasileira sobre resíduos sólidos eles são definidos como:

Material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnicas ou economicamente viáveis em face da melhor tecnologia disponível (BRASIL, 2010).

A norma ABNT 10.004 de 2004 classifica os resíduos, quanto aos seus riscos para que possam ser gerenciados adequadamente. Os Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) podem ser dispostos em aterros sanitários ou reciclados por se tratarem de resíduos classe II-B, caracterizados como não perigosos ou inertes.

De acordo com a nova lei de resíduos sólidos, Política Nacional de Resíduos Sólidos, a reciclagem é o processo de transformação dos resíduos sólidos que envolvem o reuso ou a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, com vistas à transformação em insumos ou novos produtos, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes (BRASIL, 2012).

Do ponto de vista físico-químico “a reciclagem de materiais é uma forma possível de se aproveitar resíduos, reduzir o consumo de energia, obter menor custo de produção, e se evitar emissões gasosas e efluentes líquidos contribuindo para a preservação de recursos naturais” (CEMPRE, 2004; MACEDO, 2002; RODRIGUES e CAVINATTO, 2000 *apud* MACHADO B. *et al.* 2006, p. 1).

A reciclagem é um conjunto de operações interligadas cuja finalidade é a reintrodução dos materiais recicláveis nos processos produtivos. Uma vez submetidos a elas, passam a serem insumos para a produção de novos produtos. Essas operações são consideradas elos da cadeia produtiva da reciclagem, na qual são processados resíduos de outras cadeias (PINHEL, 2013, p. 23).

Os elos na cadeia da reciclagem apontados por Lajolo (2003) incluem a segregação dos resíduos passíveis de serem reaproveitados nas indústrias, nos domicílios. Com o elo da coleta seletiva; o elo de triagem e classificação com o enfardamento dos resíduos; Além do que seria o quarto elo, que envolve as operações de beneficiamento, são aplicados procedimentos específicos para cada matéria. Segundo o mesmo autor, os principais agentes nessa fase são os catadores; os sucateiros e aparistas, que são os compradores intermediários entre os catadores e a indústria.

O sistema de coleta seletiva envolve um conjunto de atividade:

1) Coleta domiciliares porta a porta ou em pontos específicos de vários tipos de materiais recicláveis, gerados após o consumo, e previamente separados nas fontes geradoras; 2) a triagem e beneficiamento dos materiais recicláveis; 3) a comercialização desses insumos para a indústria de reciclagem. Entretanto, muitas organizações de catadores já desenvolvem atividades de reciclagem com materiais oriundos da coleta seletiva (BESEN, R., 2011, p. 22).

Dentre os materiais recicláveis, frequentemente coletados, temos o aço, alumínio, papel, plástico, vidro, outros. Os catadores são a parte mais frágil da cadeia da reciclagem, sendo eles que realizam o árduo trabalho de coleta e segregação dos resíduos recicláveis, se constituindo na parte mais atuante no processo de reciclagem. “No entanto, a sustentabilidade propalada pela indústria recicladora não leva em consideração o trabalho do catador, embora a sua existência seja uma das condições para a expansão e o avanço tecnológico daquele ramo industrial” (SILVA, 2010, p. 131).

A questão social na cadeia da reciclagem, com a atuação de atores sociais, permite a sustentação dessa cadeia na qual:

A ação do Catador e o trabalho por este desenvolvido são aceitos pelo Estado, pelas empresas e pela sociedade como alternativa ao crescente desemprego, tornando-se objeto de uma política voltada para a geração de renda. Mais, ainda, a realização da catação é absorvida como parte da política ambiental para a minimização dos efeitos causados pela incomensurável produção de resíduos sólidos em ambientes urbanos, alçando esta atividade à condição de ente público. No entanto, não é reconhecida a centralidade do papel do catador na “cadeia do lixo”, fato que destitui do estatuto de trabalhador, e, portanto gerador de riqueza socialmente produzida, reforçando um dos traços centrais do capitalismo reestruturado (SILVA, 2010, p. 132).

As tecnologias de tratamento dos resíduos sólidos urbanos são todas as formas de tratar o lixo. Existem formas de tratamento mais atenuantes dos problemas ambientais como, por exemplo, o processo biológico de compostagem.

No entanto, no nosso trabalho tratamos da definição do conceito de Aterro sanitário como local preparado por obra de engenharia. Essa técnica consiste basicamente na

compactação dos resíduos no solo (impermeabilização da base do aterro por argila ou geomembranas sintéticas) na forma de camadas que são periodicamente cobertas com terra ou outro material inerte. O objetivo é somente o acondicionamento de materiais e não a sua reciclagem. Existe um tratamento de monitoramento da operação do aterro incluindo a captação dos gases de hidrocarbonetos liberados pelos resíduos com Sistema de coleta e tratamento de chorume.

Os Lixões são áreas de disposição final onde o lixo é disposto a céu aberto sem que medidas de engenharia sanitária (tais como recobrimento dos resíduos com terra, drenagem do chorume, recobrimento das células com material impermeabilizante, drenagem de gases etc) sejam aplicadas para minimização dos impactos ambientais tal como é feito nos aterros sanitários (DIAS, 2009, p. 62).

Os lixões são locais onde os resíduos sólidos são depositados a céu aberto sem nenhum cuidado. Trata-se de uma área de disposição final de resíduos sólidos sem nenhuma preparação anterior do solo. Eles têm sido fontes de poluição do solo, água e ar; ferindo o senso estético, pois neles proliferam vetores como ratos, baratas e moscas.

Já a tecnologia de tratamento controlado é uma fase intermediária entre o lixão e o aterro sanitário² é uma célula adjacente ao lixão que foi remediado, ou seja, que recebeu cobertura de argila, e grama (idealmente selado com manta impermeável para proteger a pilha da água de chuva) e captação de chorume e gás metano.

Pessoas nos lixões laboram em condições sub humanas, no lixão não há nenhum sistema de tratamento de efluentes líquidos e a catação do material que pode ser reciclável é livre.

2.2 Os catadores de materiais recicláveis

Durante o século XX a evolução urbana brasileira deu-se através de conflitos no campo (com a intensa mecanização da produção agrícola), que elevou, por meio dos movimentos populacionais conhecidos como migrações, o aumento as taxas de concentração populacional nas grandes cidades.

² Definição retirada do endereço eletrônico: <www.lixo.com.br>

Os Catadores são fruto desse grande número de trabalhadores que percorreu as cidades sem emprego, fazendo bicos, trabalhando na construção civil e em outras atividades informais, muitas vezes sem nenhum reconhecimento, invisíveis à sociedade. Nos últimos 70 anos, encontraram uma forma de sobrevivência: nas ruas das cidades ou nos lixões, a partir da catação de materiais descartados (MP - MG, 2013, p. 80)

Além disso, após a Segunda Grande Guerra, em 1950, foi evidente a incorporação da fase do capitalismo tecnológico ao nosso modelo de desenvolvimento social e econômico. Excludente por natureza contribuiu para que nem todos os trabalhadores migrantes pudessem ser absorvidos nas atividades industriais dos grandes centros urbanos, configurando assim o *exército industrial de reserva* de Karl Marx. Segundo este autor:

Se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista, ela se torna por sua vez a alavanca da acumulação capitalista, e mesmo condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele. Ela proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro incremento da população (MARX, K., 1979, p. 733-734).

A pauperização continua a funcionar como dosador necessário do aumento da riqueza – necessidade da *superpopulação relativa*, latente, flutuante e estagnada mantém a mão de obra necessária para exploração do capital. Nos termos de Marx (Barbosa, 2007).

Nos anos 1970 e 1980, estudos sobre o contexto urbano mostravam que a aridez da vida na cidade empurrava os segregados para ações de trabalho não pago como forma de ter acesso à proteção e benfeitorias nas cidades – práticas aparentemente arcaica de economia que se casam intrinsecamente com a expansão capitalista, diminuindo seus custos e potencializando seu dinamismo na intensa exploração do trabalho. Realizava-se a relação dialética arcaico e moderno em prol da compatibilização das necessidades de acumulação global. Essa simbiose, arcaico e moderno, formal e informal, estabelecia a ponte entre o atraso e o conflito de classe (BARBOSA, 2007, p. 46).

No entanto, a figura do catador não é recente, pois existe há séculos possuindo denominações específicas de acordo com o local e época em que atuava, porém sempre realizando a mesma função. O catador é um trabalhador que recolhe os resíduos que valem a pena serem reaproveitados e comercializados.

Há diversas origens para o termo “catadores” e entre aqueles que ganham destaque na nossa análise por estarem presentes no território de Jardim Gramacho temos: o “catador migrante” de outra região do país e o “catador histórico” descendente, residente e nascido na metrópole. Na pesquisa de Bastos (2011) em Jardim Gramacho, temos os dados que corroboram para essa análise:

Foi possível também observar a questão da naturalidade dos catadores (em Jardim Gramacho), isto é, grande parte é oriunda do Estado do Rio de Janeiro (65%), seguida do Estado de Minas Gerais, com 17%, acompanhado de um percentual de 11% oriundos da Região Nordeste. Esse é outro ponto que devemos considerar, pois aqui a catação não se faz representar por pessoas que vieram de outras regiões em busca de trabalho na “cidade grande”, mas sim, de “filhos da metrópole”, que foram expulsos do mercado formal de trabalho, tendo então como fator o desemprego, percentual que atingiu na nossa pesquisa 27%, ou ainda por cultura familiar, termo que estamos usando para prática de trabalho, passado de geração em geração, que atingiu 33% dentre os catadores abordados (BASTOS, 2011, p. 3).

Os catadores podem ser aqueles sujeitos que ao serem expulsos do mercado formal de trabalho e ao encontrar dificuldade de inserção encontram na catação a atividade que podem exercer. Os catadores existem em várias partes do mundo³ e encontraram liberdade de atuação nos países de terceiro mundo, não sendo comuns na Europa Ocidental. A literatura sobre o assunto nos mostra que estão presentes, primordialmente, em países da África, Ásia e América Latina. Contudo, tem reaparecido em cidades como Nova Iorque e Tóquio, situadas em dois países de capitalismo avançado, EUA e Japão. Então, podemos assim dizer que nos dias de hoje o nosso atual modelo econômico foi o principal fator para o surgimento desses trabalhadores que sobrevivem dos resíduos de uma sociedade de consumo sem precedentes.

Desse modo, o atual modelo de desenvolvimento econômico propiciou a existência de classes de trabalhadores como os catadores de materiais recicláveis, resultado de um modelo de acumulação de capital baseado na injustiça social e superexploração econômica.

Estima-se que haja aproximadamente 600 mil catadores no Brasil⁴ sobrevivendo em condições inadequadas, fazendo o árduo trabalho de coletar e separar materiais para reciclar, sem a devida remuneração pelos seus responsáveis e/ou geradores. Cerca de 87 mil catadores estão distribuídos em 1.100 cooperativas pelo Brasil. Os números divergem em relação a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD) 2006 do IBGE, onde são estimados 229.568 catadores no Brasil.

A necessidade de organização dos catadores, visando seu fortalecimento, levou a constituição do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). Este

³ Na pesquisa de Dias (2009) encontramos a existência dos catadores: no Cairo, os ‘Zabbaleen’ que realizam a atividade de coleta de material a céu aberto, em Dhaka temos os ‘Tokais’ e os ‘ferrywallas’, que formam uma variada rede de catadores que abarca desde aqueles que trabalham nos lixões, àqueles que passam nas residências comprando recicláveis ou trocando-os por utensílios domésticos; na Colômbia os ‘Recicladores’.

⁴ ABRELPE. Plano Nacional dos Resíduos Sólidos. 2011,109 p.

movimento social organizou-se com a finalidade de ganhar visibilidade em 1999, consolidado no ano de 2001, configurando-se como um movimento de estilo autogestionário e independente. Esta forma de organização deve-se principalmente às características da atividade do catador, constituindo-se muitas vezes da falta ou última da alternativa de trabalho, ou seja, a busca da sobrevivência através do que é descartado pela nossa sociedade de consumo.

A partir de 1999 foi lançado o Fórum Nacional Lixo e Cidadania (FNLC): “Em junho de 1999, um grande evento de mobilização deflagrou a campanha Criança no Lixo Nunca Mais: estava lançado oficialmente o Fórum Nacional Lixo e Cidadania” (DIAS, 2009). Cujos objetivos envolviam:

- Investimento em atividades sócio-educativas;
- Capacitação e apoio ao processo organizativo dos catadores;
- Extinção do trabalho infantil e erradicações dos lixões, vazadouros a céu aberto;
- Articulações para desenvolvimento de fóruns nas esferas estadual e municipal;

O Fórum Nacional Lixo e Cidadania foi constituído como uma “rede sócio-governamental” nos padrões de governança congregando associações profissionais da área de saneamento ambiental, associações/cooperativas de catadores, técnicos sociais de ONGs, de entidades da Igreja Católica e técnicos de agências governamentais em torno da problemática do lixo em geral e da inclusão social de catadores em particular. O pressuposto básico do FNLC era a convicção de que a situação de degradação ambiental e humana presente nos municípios brasileiros só poderia ser enfrentada a partir de uma abordagem participativa do gerenciamento de resíduos sólidos e como resultado de um esforço conjunto nos mais diferentes níveis de governo (federal, estadual e municipal) e de vários setores da sociedade – ONGs, empresas, associações profissionais e outros segmentos (DIAS, S. M., 2009, p. 154).

Segundo Antunes (1995, p. 108) em seu “Adeus ao trabalho”: “A formação social capitalista, em vários momentos, recorreu ao Estado para constituir-se e consolidar-se”. A catação é considerada um trabalho precário como aponta Barbosa (2007):

É precário o trabalho que se realiza sob uma ou mais das seguintes condições: a) em tempo parcial do dia/semana/mês, com extensas jornadas de trabalho, com pagamento por produção/serviço; b) destituído de garantias legais de estabilidade ou proteção contra dispensas, de carga horária definida, de descanso semanal e férias remuneradas, realizado em condições insalubres, sem seguridade social, seguro-desemprego, aposentadoria, e licença-/maternidade, licença-doença, sem cobertura de acidentes de trabalho, entre outros quesitos (BARBOSA, 2007, p.40).

Existe hoje uma legislação socioambiental que visa à proteção do catador de material reciclável enquanto profissão e que garante que a sua inclusão social seja feita, principalmente pela organização em cooperativas e/ou associações. O fortalecimento das organizações de catadores é fundamental para os que buscam no trabalho com a catação a sua sobrevivência.

O livre trabalho realizado por conta-própria, sem garantias o torna precário. No sítio eletrônico do MNCR⁵ uma das reivindicações dos catadores organizados na Conferência Federal de Meio Ambiente, realizada em outubro de 2013 em Brasília, foi à aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 309/2013 que altera o § 8º do art. 195 da Constituição Federal, para dispor sobre a contribuição para a seguridade social do catador de material reciclável que exerça suas atividades em regime de economia familiar. Ainda, visa à contribuição em regime especial de 2,3% do rendimento para o INSS aposentadoria do Catador de material reciclável.

Nessa linha de pensamento o trabalho precário é realizado por aqueles que necessitam sobreviver e são despossuídos, por muitas vezes, de qualificação profissional, escolaridade, oportunidades no mercado de trabalho formal. “O Trabalho, além de ser um meio de subsistência, também é um meio de integração social, pois possibilita o relacionamento entre pessoas, a inclusão social, e o sentimento de pertencer a um grupo” (MEDEIROS & MACÊDO, 2006, p.63). Dessa forma, pode-se inferir que o catador de materiais recicláveis é incluído ao ter um trabalho, mas excluído pelo tipo de trabalho que realiza: trabalho precário, realizado em condições inadequadas, com alto grau de periculosidade e insalubridade, sem reconhecimento social, com riscos muitas vezes irreversíveis à saúde, com a ausência total de garantias trabalhistas (MEDEIROS & MACÊDO, 2006, p.66).

Sendo ainda importante a superação da situação de vulnerabilidade social à qual se encontram quando estão nas ruas, sendo confundidos, por muitas vezes, com marginais e/ou pessoas em situação de rua.

Nesse sentido o catador é envolvido por um estigma que “associa as diferenças humanas compartilhadas por um grupo a atributos negativos que “nos” separam “deles” e reduzem o *status* “deles” (MAZZA *et al.*, 2004, p. 8). O estigma influencia drasticamente a distribuição de oportunidades na vida. Pode ser uma profecia que se auto realiza e leva à auto exclusão. Pode gerar discriminação direta. O estigma aborda as crenças fundamentais sobre as pessoas e quem elas são (Loury, 2002 *apud* MAZZA, 2004, p.8).

⁵ O endereço eletrônico é: <http://www.mnrc.org.br/box_2/instrumentos-juridicos/projetos-lei>

Conforme Medeiros & Macedo (2006) o trabalho com o lixo não tem uma única representação ou sentido, ou é dotado de características ruins ou de características boas. Ele abarca tanto aspectos positivos quanto negativos, por isso, a relação dos catadores com o lixo é ambígua, refletindo a dialética inclusão/exclusão, saúde/doença, orgulho/humilhação.

O encerramento do AMJG representou uma conquista, pois visou uma inclusão social dos catadores. A inclusão também pode ser entendida a partir do seu contrário, o conceito de exclusão: “fosso que ao segregar e discriminar em razão de local de moradia, vestimenta, ou cor da pele fundamenta a prepotência no tratamento dos que são considerados inferiores. Essa é a vasta e complexa questão da cidadania privada, inexistente, confinada, de terceira classe, excludente ou hierarquizada, concedida, subcidadania ou da cidadania *lumpen*” (KOWARICK, 2002, p. 23).

A exclusão social é “a incapacidade de um indivíduo de participar do funcionamento básico político, econômico e social da sociedade em que vive” (TSAKLOGLOU & PAPADOPOULOS, 2001). Ou, mais concisamente, é “a negação do acesso igualitário a oportunidades imposta por alguns grupos da sociedade a outros” (BEHRMAN, GAVIRA E SZÉKELY, 2003 *apud* MAZZA, 2004, p. 5).

Ainda temos que “este processo de exclusão vem sendo produzido pelos novos processos produtivos em associação com as políticas neoliberais (desde 1990) e uma inserção submissa no mundo globalizado” (LESBAUPIN, 2000, p. 7).

Embora muitos fatores interajam na criação da exclusão social, a inacessibilidade ao mercado de trabalho - a incapacidade de gerar uma renda familiar de subsistência, a desvalorização ou falta de reconhecimento do trabalho diário do indivíduo, a discriminação e a ausência de proteções legais básicas no trabalho – estimulam uma rede de efeitos sociais e econômicos que exacerbam a exclusão social. Esses efeitos incluem a segregação física em comunidades marginais, o estigma social associado à baixa qualidade dos empregos, condições de trabalho inseguras e abandono prematuro da escola – que podem provocar um impacto negativo que perdura por toda vida. A melhoria do capital humano por meio da educação, do treinamento e de empregos de melhor qualidade pode contribuir significativamente para o aumento da inclusão graças a uma renda mais alta, maior integração social e uma conscientização e identidade culturais mais sólidas (MAZZA, *et al.*, 2004, p. 183).

A exclusão social é um processo dinâmico, multidimensional, por meio do qual se nega aos indivíduos – por motivos de raça, etnia, gênero e outras características que os definem – o acesso a oportunidades e serviços de qualidade que lhes permitam viver produtivamente fora da pobreza. (MAZZA *et al.*, 2004, p. 185).

Segundo, Lesbaupin (2000, p. 15) há três fatores determinantes do processo de exclusão social que se conjugam para produzir o desemprego, a precarização do emprego e a queda da renda salarial média: a reestruturação produtiva, o neoliberalismo e a chamada globalização.

O Neoliberalismo pode ser definido como a hegemonia nas esferas política e econômica da maior liberdade para as forças de mercado, menor intervenção estatal (Estado mínimo), desregulamentação, privatização do patrimônio público, preferência pela propriedade privada, abertura para o exterior, ênfase na competitividade internacional, e redução da proteção social (cf. GONÇALVES & PELLEGRINO, 1997 *apud* LESBAUPIN, 2000, p. 20).

A Globalização não é uma simples evolução do capitalismo (prevista e contida na sua essência). A sobreposição da globalização financeira adotadas após a ruptura do padrão-ouro dólar, que foi muito além da liberalização financeira ocorrido no final do século XIX (LESBAUPIN, 2000, p. 26).

Na verdade, o termo “exclusão” poderia ser apenas uma expressão mais recente ou mais na moda recobrando o que antes era significado pelo termo “marginalização”. A “teoria da marginalidade” dos anos 60, em suas diferentes versões, visava exatamente explicar o fenômeno da mão de obra marginalizada (LESBAUPIN, 2000, p.30).

Segundo o mesmo autor, na América latina a “teoria da marginalidade” pretendeu explicar a existência de uma parcela dos trabalhadores urbanos que não se integrava os setores modernos da economia. Constituiriam um polo marginal ou mão de obra marginalizada (trabalhadores artesanais, autônomos no comércio de mercadorias (ambulantes) e na prestação de serviços pessoais) no qual o *exército industrial de reserva* (MARX) não daria mais conta deste setor. Os “trabalhadores marginais” são excedentes, e não funcionam como reserva dos setores hegemônicos da economia. Tendo a exclusão social como um fenômeno típico da atual fase do capitalismo, presente tanto nos países desenvolvidos como nos países emergentes, no primeiro e terceiro mundo.

A força dos estigmas também está relacionada à exclusão social, conforme define Goffman (1975):

Enquanto o estranho está a nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente dos outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável – num caso extremo, uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca. Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande – algumas vezes ele também é considerado um defeito,

uma fraqueza, uma desvantagem – e constitui uma discrepância entre a identidade social virtual e a identidade social real (GOFFMAN, 1975, p. 12).

O termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos (GOFFMAN, 1975, p. 13).

Um estigma é, então, na realidade, um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo, embora eu proponha a modificação desse conceito, em parte porque há importantes atributos que em quase toda a nossa sociedade levam ao descrédito (GOFFMAN, 1975, p. 13). Desse modo, segundo o mesmo autor:

Acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano. Com base nisso, fazemos vários tipos de discriminações, através das quais efetivamente, e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida. Construímos uma teoria do estigma, uma ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa, racionalizando algumas vezes uma animosidade baseada em outras diferenças, tais como as de classe social (GOFFMAN, 1975, p. 15).

Nessa linha de pensamento podemos dizer que “a inclusão social está relacionada com a procura de estabilidade social através da cidadania social, ou seja, todos os cidadãos têm os mesmos direitos na sociedade. A cidadania social preocupa-se com a implementação do bem-estar das pessoas como cidadãos” (SHEPPARD, 2006, p. 22). Sendo ainda um “Processo pelo qual a exclusão social é amenizada. Caracteriza-se pela busca da redução da desigualdade através de objetivos estabelecidos que contribuam para o aumento da renda e do emprego” (WIXEY *et al.*, 2005, p. 16)

Da mesma forma, a tentativa de inclusão econômica dos catadores de Jardim Gramacho aconteceu com base no disposto nos programas sociais das 3 (três) esferas do governo, tendo como premissa as ações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), pela assistência social, ocorreu com base nos direitos civis do cidadão e no direito ambiental. Veremos que a inclusão social pelo trabalho dos catadores ocorreu para aqueles que nos dias de hoje estão organizados no Polo de Reciclagem de Gramacho.

No Decreto 7.405 de 23/12/2010 Art. 6º O Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo, criado pelo Decreto de 11 de setembro de 2003, passa a denominar-se Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis e a reger-se pelas disposições deste Decreto. Nos dias de hoje, O MDS – através da sua Secretaria de inclusão produtiva repassou a responsabilidade da

inclusão social dos Catadores à Secretaria Geral da República, articulada na Secretaria Executiva do Comitê Interministerial de Inclusão Socioeconômica dos Catadores de Material Reciclável (com presença do MNCR, MMA, MTE entre outros órgãos).

2.2.1 A importância dos catadores no desenvolvimento sustentável

Uma das principais definições de Desenvolvimento Sustentável diz que é aquele capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro (ONU, 1988).

De acordo com Sartório (2004), baseando-se nas ideias de Sachs:

O desenvolvimento sustentável pode contribuir para a distribuição do poder e da riqueza, do acesso e da apropriação dos recursos naturais. Por meio da incorporação da variável ambiental às questões econômica e social, é possível promover a participação da sociedade no aproveitamento de seus recursos produtivos, atuais e potenciais, visando à satisfação das necessidades e aspirações das gerações presentes e futuras (SARTÓRIO, 2004, p. 89).

O desenvolvimento sustentável foi baseado no conceito de ecodesenvolvimento de Sachs, que na década de 1970 buscava alternativas para o desenvolvimento econômico mais justo e voltado para a conservação dos recursos naturais. Além disso, a Conferência de Estocolmo ocorrida na Suécia, em 1972, representou o marco para as políticas pontuais sobre meio ambiente, quando na mesma época, aqui no Brasil, foi criada a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA).

No contexto latino americano, os catadores de materiais recicláveis são exemplo de luta pela sobrevivência, porque apesar da injustiça e exclusão social que muitas vezes sofrem, eles realizam um trabalho importante para a nossa sociedade. Pois por meio da execução da sua atividade diminuem a disposição dos resíduos recicláveis em lugares inapropriados, tornando-se protagonistas na manutenção e prolongamento dos recursos naturais do planeta.

Desse modo, os catadores atuam na construção do projeto do desenvolvimento sustentável, cujas propostas foram amplamente discutidas em eventos como a Conferência das

Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD)⁶, conhecida como ECO-92 realizada na cidade do Rio de Janeiro.

Em todo o mundo reaproveitar é parte de um discurso, observado na lógica dos 4Rs do princípio de gerenciamento de resíduos: “Reduzir a quantidade do material usado (muitas vezes chamado de redução na fonte); Reusar o material da forma como eles são formulados; Reciclar o material para recuperar componentes que possam ser reprocessados; Recuperar o conteúdo energético do material caso ele não possa ser usado de outra maneira.” (BAIRD & CANN, p. 745). Por tudo isso:

Do ponto de vista estritamente ecológico, a reciclagem configura um ícone das práticas “sustentáveis”, posto que contribua para a redução do volume total dos resíduos sólidos, ao mesmo tempo ameniza os efeitos da poluição economiza matérias-primas e insumos. Por isso, conta com apoio do conjunto da sociedade, sobretudo dos veículos de comunicação, cada vez mais preocupados em disseminar uma cultura ambientalista (SILVA, 2010, p. 130).

A sobrevivência dos catadores depende do seu trabalho na catação e venda do material. Sendo assim, a reciclagem, além do viés econômico, é ainda, um ato de cidadania, uma ação que deve fazer parte da movimentação de todos os indivíduos preocupados com o futuro da sociedade em geral. A forma como o cidadão desempenha o seu papel na sociedade, fazendo a coleta seletiva⁷ deveria ser uma prática de todos com vistas a melhorar a qualidade dos resíduos para a reciclagem.

2.3 DIREITOS SOCIAIS, POLÍTICAS PÚBLICAS E POLÍTICAS SOCIAIS

Segundo Porfírio (2001) os direitos sociais, visando atender a sociedade brasileira, já eram conhecidos há algumas décadas e, a partir da promulgação da constituição de 1988, os programas de assistência social passaram a ser concebidos como

⁶ A conferência Rio + 20, vinte anos após a CNUMAD 92, aconteceu no Rio em 2012, revelando resultados sobre as metas de Desenvolvimento sustentável. No entanto, os resultados da Rio+ 20 não foram significativos no que diz respeito à novas metas assumidas.

⁷Na PNRS art. 3º V – é definida coleta seletiva como: coleta de resíduos sólidos previamente segregados conforme sua constituição ou composição.

políticas públicas de Estado, deixando, por força de lei, de ter um caráter meramente assistencialista, transformando-se num direito de cada cidadão:

A atual Constituição de 1988 apresentou grandes avanços em relação aos direitos sociais, apontando claramente para a construção de um Estado de Bem-estar provedor da universalização dos direitos sociais que apresenta as seguintes características: a) Os direitos sociais como paradigma; b) origem num pacto social e político entre capital, Estado e trabalho; c) configuração do Estado como agente central na reprodução social, gestor poderoso das políticas sociais; d) intervenção social como expressão essencial do Estado (PORFÍRIO *et al.* 2001, p.23).

Os direitos sociais, já haviam sido garantidos pela Carta Magna, mas foi nos anos 1990 que eles consolidaram-se através de leis, como a lei orgânica de assistência social de 1993, na qual “A doutrina política-filosófica preconiza a garantia e a universalização dos direitos sociais, ou seja, a política é orientada pelos direitos sociais dos cidadãos. Seguindo as orientações para um estado de bem-estar social”(PORFÍRIO *et al.* 2001, p. 25).

Destaca-se em matéria ambiental o art. 225 da Constituição Brasileira: “todos têm direito ao meio ambiente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

Gaspar (2008) aponta que nesse momento, reconhece o legislador à inserção do Direito Ambiental na categoria dos Direitos Difusos, ou seja, direitos e interesses transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato.

A Constituição distribui a competência para legislar em entidades federativas (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) nos art. 21 a 24 e 30 da Constituição de 1988. Ainda, de acordo com a Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1988, segundo Sisinho (2000), a gestão de resíduos sólidos no Brasil é uma atribuição dos municípios e se insere na categoria de serviço público, que é aquele instituído, mantido e executado pelo Estado, com o objetivo de atender aos seus próprios interesses e de satisfazer as necessidades coletivas.

Desse modo, a partir da CFRB/1988 as matérias: ambiental e social passaram a fazer parte das agendas de políticas públicas⁸ dos Estados. Estas ações passaram a ter metas como a

⁸ Segundo manual do SEBRAE 2008, as políticas públicas, podem ser entendidas como “um conjunto de ações e decisões do governo, voltadas para a solução (ou não) de problemas da sociedade (...)”.

redução da pobreza⁹, através da busca de materialização do conceito de desenvolvimento sustentável. Para tanto, eram necessários à adoção de instrumentos previstos nas políticas de meio ambiente.

Nos anos 1990, além das práticas participativas inovadoras que se institucionalizam cada vez mais, surgem novos movimentos baseados em ações solidárias alternativas centradas em questões éticas ou de revalorização da vida humana (JACOBI, 2000, p. 20).

Pode-se então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). “A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real” (SOUZA, C. 2006, p. 25).

Assim, do ponto de vista teórico-conceitual, a política pública em geral e a política social em particular são campos multidisciplinares, e seu foco está nas explicações sobre a natureza da política pública e seus processos (SOUZA, C., 2006, p. 24). O Estado tem papel chave na criação de políticas públicas para atender à sociedade civil como um todo. Podemos dizer que as políticas públicas são as ações mais gerais que buscam resultados tendo em vista preocupações mais amplas dos problemas das camadas da sociedade com a finalidade de produzir mudanças concretas.

As políticas públicas são colocadas em prática pelos governos, e estes por sua vez, representam as escolhas da população, não sendo políticas obrigatoriamente centradas nas ações necessárias para atender a interesses de determinadas classes sociais tais como as políticas sociais que são focalizadas em um grupo específico.

As políticas sociais estão focadas nos interesses geralmente das camadas mais “baixas” da população (ou da população em situação de vulnerabilidade social), com vistas a minimizar problemas sociais.

Em seu percurso histórico a política social brasileira vai encontrar na Constituição de 1988 uma inovação: a definição de um sistema Seguridade Social para o país, colocando-se como desafio a construção de uma Seguridade Social universal, solidária, democrática e sob a primazia da responsabilidade do Estado (YAZBEK, 2007, p. 3).

⁹ Baseados na reparação histórica da desigualdade social enraizada na sociedade brasileira, através da aplicação nas agendas locais de programas de transferência de renda focalizados na população de baixa renda.

A Política Social¹⁰ estatal surge a partir de relações sociais, que peculiarizaram a sociedade brasileira nos anos 30 do século passado, representando uma estratégia de gestão social da força de trabalho (YAZBEK, 2007, p. 2). Nessa ótica, as políticas sociais estariam relacionadas com a ampliação da cidadania e conquistas mobilizadas pela população e/ou trabalhadores.

Ainda a abordagem das políticas sociais sob a ótica da cidadania deve ter como referência a construção de padrões de igualdade nos quais os direitos constituem a medida da política. Nesse sentido, combater a pobreza e a desigualdade fora da referência a direitos é abrir espaço para medidas de “gestão da pobreza” (JACCOUD 2008:10 *apud* YAZBEK, 2007, p. 6).

No contexto da sociedade ocidental, tem-se ainda o Estado de bem-estar social¹¹ que foi historicamente diferenciado das políticas sociais. Muito questionado sobre o seu fim, com o avanço dos ideais liberais na década de 1980 “Apesar dessas mudanças, não é pertinente afirmar que o Estado de Bem Estar Social, na maior parte dos países, tenha sido desmontado. O que se observa, sob a influência do neoliberalismo, é a emergência de “políticas sociais de nova geração” que têm como objetivo a equidade” (DRAIBE, 1998 *apud* YAZBEK, 2007, p.10).

A gestão de políticas públicas, por ação do Estado, do ponto de vista democrático, envolve as relações Estado e sociedade. Três conceitos são fundamentais no gerenciamento de funções públicas do governo para a execução de políticas públicas de maneira democrática, à saber:

Descentralização relaciona-se, pois, com a distribuição territorial do poder e implica delegação de autoridade. O grau de poder político que é transferido depende da forma de descentralização: desconcentração, delegação ou devolução. Desconcentração é a redistribuição do poder decisório entre os diversos níveis do governo central. Delegação é a transferência de responsabilidades e de poder do governo central para organizações semiautônomas (órgãos públicos) que não são

¹⁰ Para Jaccoud (2008:3) *apud* YAZBEK 2007, as políticas sociais fazem parte de um conjunto de iniciativas públicas, com o objetivo de realizar, fora da esfera privada, o acesso a bens, serviços e renda. Seus objetivos são amplos e complexos, podendo organizar-se não apenas para a cobertura de riscos sociais, mas também para a equalização de oportunidades, o enfrentamento das situações de destituição e pobreza, o combate às desigualdades sociais e a melhoria das condições sociais da população.

¹¹ O Estado de Bem-estar social surgiu na Europa ocidental após à segunda grande guerra, “De modo geral, o Estado de Bem Estar Social pode ser caracterizado pela responsabilidade do Estado pelo bem estar de seus membros. Trata-se de manter um padrão mínimo de vida para todos os cidadãos, como questão de direito social, através de um conjunto de serviços provisionados pelo Estado, em dinheiro ou em espécie” (YAZBEK, 2007)

totalmente controladas pelo governo central, mas que em última instância dele dependem (JACOBI, 2000, p. 32).

No atual contexto do desenvolvimento socioeconômico brasileiro as políticas públicas vêm sendo formuladas, como políticas sociais, através da legislação socioambiental, de forma a atender as demandas das populações de baixa renda, incluindo a categoria dos catadores de materiais recicláveis. Atualmente é comum o conceito de gestão ambiental entendida como:

O conjunto de procedimentos que visam à conciliação entre desenvolvimento e qualidade ambiental. Essa conciliação acontece a partir da observância da capacidade de suporte do meio ambiente e das necessidades identificadas pela sociedade civil ou pelo governo (situação mais comum) ou ainda por ambos (situação mais desejável). A Gestão Ambiental encontra na legislação, na política ambiental e em seus instrumentos e na participação da sociedade civil as suas ferramentas de ação. Assim, a gestão pode ser entendida como a prática do planejamento, devido aos elementos contidos dentro de um sistema de gestão (SOUZA, 2000, p. 11).

Com a constituição do Polo ter-se-á uma importante central de reciclagem, situada em local estratégico, na região da Baixada Fluminense do Rio de Janeiro.

2.3.1 O instrumento Cadastro Único Para Programas Sociais

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) procura atuar na gestão das políticas sociais voltadas para a população em situação de vulnerabilidade e risco social¹², tendo no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) um importante articulador do processo de inclusão social do ponto de vista econômico e pelo trabalho.

¹² A vulnerabilidade refere-se aos indivíduos e às suas suscetibilidades ou predisposições a respostas ou consequências negativas. Já o conceito de risco social utilizado em epidemiologia como a grupos e populações expostas a possibilidades. Oliveira (1995) aponta que “os grupos sociais vulneráveis poderiam ser definidos como aqueles conjuntos ou subconjuntos da população brasileira situados na linha de pobreza” (p. 9), além de considerar que “nem todos os vulneráveis são indigentes” (p. 9), pois entende que além dos indigentes, muitos grupos sociais que se encontram acima da linha da pobreza também são vulneráveis. Por essas raízes etimológicas, vulnerabilidade é um termo geralmente usado na referência de predisposição a desordens ou de susceptibilidade ao estresse (JANCZURA, R., 2012).

O Cadastro Único para programas sociais (figura 01), conhecido como CadÚnico para programas sociais, é definido como um instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, a ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários e integração dos programas sociais do Governo Federal voltados ao atendimento desse público-alvo. Foi criado em julho de 2001 pelo Decreto nº 3.877/2001, e passou a ser regido pelo Decreto nº 6.135 de 26/06/2007. E ainda, “Constitui uma base de informações que pode ser usada pelos governos municipais, estadual e federal para obter o diagnóstico socioeconômico das famílias cadastradas” (SOARES, C., 2010, p.192).

- ✓ Para o Governo Federal, o CadÚnico possibilita a análise das principais necessidades dos usuários dos programas sociais e facilita a formulação e a implementação de políticas públicas capazes de promover a melhoria das condições de vida dessas famílias.
- ✓ Para o trabalhador o CadÚnico é obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários e integração em diversos programas sociais, do Governo Federal, voltados para o atendimento dos cadastrados. Para o recebimento dos benefícios torna-se fundamental o seu preenchimento, bem como o atendimento dos pré-requisitos necessários previamente definidos.



Figura 01: Formulário do CadÚnico no Cadastramento dos Catadores do AMJG no CRAS - jardim Gramacho.
Fonte: a autora, 2011.

O Centro de Referência de Assistência Social o (CRAS) é o espaço responsável pelo cadastramento e pelas ofertas de serviços da proteção básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). São equipamentos que deverão estar localizados em áreas de vulnerabilidade e risco social no território. A identificação do público alvo é feita As estimativas de famílias pobres utilizadas pelo MDS¹³ são calculadas com base nas pesquisas do IBGE, como o Censo e Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD).

O preenchimento com o código 306 é utilizado para definir as famílias de catadores de materiais recicláveis no CadÚnico. Essas famílias possuem um código diferenciado assim como outras populações específicas, em situação de vulnerabilidade social, que gozam de atenção especial dos programas socioassistenciais no Brasil e de ações intersetoriais, as quais podem citar: educação, saúde, trabalho e renda, habitação e meio ambiente. Os catadores de materiais recicláveis são considerados parte da população vulnerável, para o Sistema Único de

¹³ Informações do sítio eletrônico do MDS disponível em: <
<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/capacitacao/1aula-2-processos-de-cadastramento.pdf>>

Assistência Social - sistema público que organiza, de forma descentralizada, os serviços socioassistenciais no Brasil.

Recentemente o Programa Nacional de Capacitação Tecnológica (PRONATEC), do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), vem utilizando o CadÚnico como base de informações. O acesso dos catadores aos programas sociais tem como pré-requisito o cadastramento no cadastro único. Hoje os catadores são reconhecidos como profissionais que devem receber capacitação técnica para atuarem na cadeia da reciclagem em cooperativas e/ou associações.

Alguns programas sociais que utilizam o cadastramento no CadÚnico como pré requisito seguem listados no quadro (02):

Quadro 02: Lista de programas sociais e seus objetivos

PROGRAMAS SOCIAIS ¹⁴	OBJETIVOS
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF)	O PBF possui 3 (três) eixos principais: a transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza; as condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social; e as ações e programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade.
PROGRAMA RENDA MELHOR	Da esfera municipal, pela prefeitura do Rio de Janeiro, tem como objetivo assistir com benefício financeiro as famílias que são integrantes do Programa Bolsa Família, do Governo Federal.
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL (PETI)	Articula um conjunto de ações para retirar crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos da prática do trabalho precoce, exceto quando na condição de aprendiz, a partir de 14 anos. O Programa compreende transferência de renda – prioritariamente por meio do PBF –, acompanhamento familiar e oferta de serviços socioassistenciais, atuando de forma articulada com estados e municípios e com a participação da sociedade civil.
PROJOVEM ADOLESCENTE	O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Adolescentes e Jovens de 15 a 17 anos (Projovem Adolescente) tem por foco o fortalecimento da convivência familiar e comunitária, o retorno dos adolescentes à escola e sua permanência no sistema de ensino.
PROJOVEM URBANO	O ProJovem Urbano, que constitui uma reformulação do Projovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens, tem como finalidade elevar o grau de escolaridade de jovens entre 18 e 29 anos, visando ao desenvolvimento humano e ao exercício da cidadania, por meio da conclusão do ensino fundamental, de qualificação profissional e do desenvolvimento de experiências de participação cidadã.
PROGRAMA NACIONAL DE CAPACITAÇÃO TECNOLÓGICA (PRONATEC)	Do Brasil sem miséria – capacitar por meio de cursos de qualificação profissional IFS, Senai, Senac. Objetiva ampliar as possibilidades de inserção no mercado de trabalho dos beneficiários de programas federais de transferência de renda por meio do

¹⁴ Há outros programas sociais, presentes no meio urbano, seguindo a mesmo procedimento de cadastramento no CadÚnico, que não foram listados no quadro como: carteira do idoso, tarifa social de energia elétrica, programa cisternas, programas habitacionais (minha casa, minha vida).

	incremento da formação e qualificação profissional.
PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL À FAMÍLIA (PAIF)	Consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo.

Fonte: sítio eletrônico do MDS, 2013.

2.4 Marco legal sobre resíduos sólidos no Brasil

2.4.1 A Política Nacional de Resíduos Sólidos

Segundo a Lei Nº 11.445/2007, Lei de Saneamento Básico, as prefeituras podem contratar, com dispensa de licitação, as associações e cooperativas de catadores para atuarem na coleta seletiva da cidade.

A Lei Nº 12.305, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) após tramitar por quase 20 (vinte anos) até a sua aprovação, foi promulgada em 2010, e está de acordo com as particularidades do caso brasileiro. Com esta lei houve a formalização da participação de entidades de catadores no sistema de gestão municipal de resíduos sólidos. A PNRS inclui a integração dos catadores de materiais recicláveis nas ações que envolvam a gestão compartilhada de resíduos sólidos e tem sido um dos pilares que garante via legislação que a gestão de resíduos sólidos seja adequada e eficaz.

De modo geral a Política Nacional de Resíduos Sólidos tem por objetivo definir estratégias que viabilizem a agregação de valor aos resíduos, incrementando a capacidade competitiva do setor produtivo, propiciando a inclusão social, bem como delineando o papel dos estados e municípios na gestão de resíduos sólidos (NETO & MOREIRA, 2013, p. 17).

Tem-se em regulamentação a Lei Nº 12.305/2010 a aprovação dos decretos oferecendo apoio ao trabalhador catador, estimulando a sua organização e inclusão através de seu trabalho na cadeia da reciclagem. Esse é o caso dos seguintes documentos:

- Decreto nº. 7404 de 23 de dezembro de 2010, que cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a implantação dos sistemas de logística reversa.
- O Decreto nº 7.405, de 23 de dezembro de 2010 que institui o Programa Pró-Catador, com a finalidade de integrar e articular as ações do Governo Federal voltadas ao apoio e ao fomento à organização produtiva dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, à melhoria das condições de trabalho, à ampliação das oportunidades de inclusão social e econômica e à expansão da coleta seletiva de resíduos sólidos, da reutilização e da reciclagem.

O catador passa a ter papel importante na gestão de resíduos sólidos municipais. Este, por sua vez, deve ser incluído nos programas sociais e nas políticas governamentais, tendo como premissa o exposto em legislação socioambiental.

Conforme expõe Demajorovic (2007):

Os programas de gestão compartilhada geram uma série de benefícios. Em primeiro lugar, almeja-se valorizar o trabalho do catador, promovendo o resgate da cidadania e a inclusão social. Em muitas cidades, os programas lograram retirar adultos e crianças dos lixões que serviam não apenas como fonte de materiais recicláveis mas também como fonte de alimento e mesmo de auto medicação. No lixão Zona Norte em Porto Alegre, até a década de 1990, mais de 300 catadores disputavam alimentos com prazo de validade vencido, provenientes de supermercados, ou restos de alimentos coletados em hospitais, além de medicamentos, seringas e agulhas recolhidos junto à rede hospitalar. Para muitos, o lixão também transformou-se na própria moradia, pois estar permanentemente no lixão significava acesso privilegiado aos resíduos despejados pelos caminhões de coleta da prefeitura (Oliveira, 2001). Com o início do programa de gestão compartilhada em Porto Alegre, parte destes catadores passou a gerenciar alguns dos galpões de triagem montados pela prefeitura, alcançando um dos principais objetivos do programa que é a remoção destas pessoas do lixão e o resgate de sua condição de cidadãos. Um dos aspectos dessa lei é a preocupação em como será feito o Gerenciamento dos Resíduos sólidos e à articulação da Governança no processo de gestão (DEMAJOROVIC, 2007, p. 7)

Campos (2013) destaca no corpo da Lei Nº. 12.305/2010 quatro pontos importantes:

- A integração dos catadores nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto;
- O incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas e/ou demais formas de associação de catadores, assim como a prioridade aos recursos da União para municípios que implantarem a coleta seletiva com inclusão de organizações de catadores;

- A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, poderão instituir normas e conceder incentivos fiscais, financeiros ou creditícios às empresas recicladoras e organizações de catadores, respeitadas as limitações da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº. 101/2010);
- Possibilita o fortalecimento de redes de organizações e a criação de centrais de estocagem e comercialização regionais (quando vistos em consórcios).

A PNRS reúne o conjunto de princípios, objetivos e ações a serem adotadas pelos municípios, isoladamente ou em regime de cooperação com outros municípios através dos planos de resíduos sólidos. Muito vem sendo discutido em fóruns e conferências sobre resíduos sólidos para a futura aplicação dos planos municipais que permitam gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS – Lei Nº 12.305 de 2010 determinou a obrigatoriedade de tratamento da totalidade dos resíduos coletados e a disposição final em aterros sanitários apenas dos rejeitos dos tratamentos. Determina, também, que devem ser encerrados todos os lixões no País, até o ano de 2014. As atividades de catação de materiais nessas localidades deverão ser interrompidas e o trabalho de recuperação dos resíduos deverá ter continuidade, prioritariamente, pelos próprios catadores, mas em instalações adequadas e em condições dignas de trabalho. (TAVARES, 2013, p. 28).

Atualmente a logística reversa na PNRS Lei Nº 12.305/2010 corresponde a um instrumento de desenvolvimento econômico e social, caracterizado pelo conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação ambientalmente adequada. Permanece ainda até o presente momento as discussões que ditam as formas de como acontecerá à implantação deste sistema, as parcerias a serem estabelecidas, sempre respeitando o disposto em lei.

2.4.2 A legislação que destaca a coleta seletiva solidária e as organizações de catadores de materiais recicláveis

Desde 2001, as articulações do MNCR com o Governo Federal vêm acontecendo e um dos resultados foi à promulgação de decretos de apoio à introdução do catador no sistema de gestão de resíduos sólidos.

No ano de 2003, o Governo Federal criou o comitê de inclusão social de catadores de materiais recicláveis. Dentre outras atribuições esse comitê deveria implantar projetos que visassem garantir condições dignas de vida e trabalho à população catadora de materiais recicláveis, bem como apoiar a gestão e destinação adequada de resíduos sólidos nos municípios brasileiros (MEDEIROS & MACEDO, 2006, p. 66).

Entre todos os documentos, destacamos os decretos que versam sobre coleta seletiva solidária, envolvendo a destinação de resíduos segregados dos órgãos públicos às cooperativas constituídas por catadores que tenham a catação como única fonte de renda, desse modo temos:

- Decreto 5.940/2006, que institui a separação de resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal.
- Decreto nº 40.645/2007 institui a separação de resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública estadual do Rio de Janeiro direta e indireta.
- Decreto nº 5.623, de 19 de junho de 2009 institui a separação dos resíduos sólidos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública municipal de Duque de Caxias direta e indireta.

A coleta seletiva corresponde às atividades classificadas em etapas de separação, triagem de material até a entrega para a reciclagem. Dizemos coleta seletiva solidária quando o material para beneficiamento é destinado – sendo doado – à cooperativas de catadores, conforme dito na letra da lei cooperativas que sejam constituídas obrigatoriamente por pessoas que tenham a catação como única fonte de renda.

No cenário atual às cooperativas buscam se adequar as exigências legais para recebimento dos resíduos dos órgãos da administração pública direta e indireta no âmbito: federal, estadual e municipal. No entanto encontram dificuldades financeiras, logísticas e de viabilidade para o recebimento dos resíduos.

Recentemente visando melhorias de condições de saúde e segurança do trabalhador catador, organizado em associações/e ou cooperativas, foi criada a Lei Nº 12.690, de 19 de julho de 2012, que dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de

Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho – PRONACOOOP. Essa lei estabelece prazos para o enquadramento das funções de forma a melhorar as condições de segurança e trabalho do cooperativado e da própria organização. Dentro dos limites do que hoje representam às cooperativas de catadores de materiais recicláveis, estima-se uma maior inserção no sistema, de modo que hajam condições de trabalho mais dignas e melhor aproveitamento do material de trabalho, assim como possibilitará maior poder de articulação no mercado da reciclagem.

Ainda, as políticas públicas voltadas para incentivo à criação de cooperativas de catadores para atuar na gestão dos resíduos sólidos municipais. Segundo a Lei N^o 12.690/2012:

Art. 7^o A Cooperativa de Trabalho deve garantir aos sócios os seguintes direitos, além de outros que a Assembleia Geral venha a instituir:

I - retiradas não inferiores ao piso da categoria profissional e, na ausência deste, não inferiores ao salário mínimo, calculadas de forma proporcional às horas trabalhadas ou às atividades desenvolvidas;

II - duração do trabalho normal não superior a 8 (oito) horas diárias e 44 (quarenta e quatro) horas semanais, exceto quando a atividade, por sua natureza, demandar a prestação de trabalho por meio de plantões ou escalas, facultada a compensação de horários;

III - repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;

IV - repouso anual remunerado;

V - retirada para o trabalho noturno superior à do diurno;

VI - adicional sobre a retirada para as atividades insalubres ou perigosas;

VII - seguro de acidente de trabalho.

O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) em recente matéria no seu sítio eletrônico na *internet*¹⁵ manifestou sua opinião sobre a Lei N^o 12.690, de 19 de julho de 2012 (quadro 03), reivindicando que não fosse aplicada as cooperativas de materiais recicláveis. O documento diz que:

A referida lei não atende aos anseios de uma legislação de cooperativismo popular e de economia solidária, pois não foram contempladas nas discussões e deliberações, as reivindicações e sugestões do MNCR para a elaboração do projeto de lei, como consta no documento de reivindicações do MNCR de Dezembro de 2011, entregue à presidenta Dilma Rousseff, na Celebração de Natal de 2011 em São Paulo.

Vale destacar também que, a inclusão dos catadores de materiais recicláveis nesta nova Lei do Cooperativismo, implicará em perdas sociais, políticas e culturais irreparáveis quanto à sua estrutura organizacional e produtiva que ao longo de sua história foi construída com a luta dos catadores de forma democrática, através de sua organização e mobilização política social.

Segundo o MNCR, a lei trás os seguintes impactos:

¹⁵ O endereço eletrônico da matéria no MNCR é: <http://www.mnccr.org.br/box_1/notas-e-declaracoes/nota-sobre-a-nova-lei-de-cooperativas-de-trabalho>

Quadro 03: Declaração do MNCR: posicionamento sobre a Lei nº 12.690/2012

POSICIONAMENTO DOS CATADORES SOBRE A LEI 12.690/2012	
✓	Coíbe a formação de novas cooperativas de catadores de materiais recicláveis, visto que grande parte dos catadores encontram-se em situação de pobreza extrema e a superação dessa realidade só é possível com a formação da cooperativa, no entanto, a nova lei onera ainda mais a atividade;
✓	Coloca em risco jurídico a totalidade das cooperativas de catadores já existentes, por exigir o cumprimento integral da lei 12.690/2012, sem que seja considerada a realidade das cooperativas de catadores e de seu entorno socioproductivo e solidário;
✓	O cumprimento das exigências do capítulo 1, artigo 7º incisos de I a VII e de seus parágrafos de 1º a 6º, não são de competência natural dos empreendimentos cooperativos, e sim dos empreendimentos empresariais mercantis. Na sua estruturação e funcionamento, as Cooperativas de Catadores primam pelos princípios e valores do cooperativismo e da economia popular solidária;
✓	É oferecida como alternativa ao não cumprimento da lei o puro e simples encerramento das atividades das cooperativas de catadores.

Fonte: sítio eletrônico do MNCR <<http://www.mnccr.org.br/box_1/notas-e-declaracoes/nota-sobre-a-nova-lei-de-cooperativas-de-trabalho>>.

2.5 A economia solidária no contexto das organizações de catadores de materiais recicláveis

Para Ignacy Sachs (2003) as formas de inclusão social pelo trabalho são todas as buscas de alternativas de crescimento pelo emprego. Nesse contexto, segundo o mesmo autor, entre os modos de produção e alternativas encontramos atualmente a economia solidária como aquela que “não se rege pelos princípios da economia capitalista – as cooperativas, empresas autogeridas por trabalhadores, atividades de organizações não governamentais sem fins lucrativos. É o chamado ‘terceiro setor’”. Nas ideias de Sachs (2003, p. 27) “os partidários da economia solidária veem nela uma contribuição importante na busca de um capitalismo reformado, social e ambientalmente mais solidário”.

Segundo a Secretaria Nacional de Economia solidária (SENAES) e o Ministério do Trabalho e Emprego¹⁶ (MTE), a Economia Solidária (ES) é o conjunto de atividades econômicas – produção de bens e serviços, distribuição, consumo e finanças – organizados e

¹⁶ Endereço eletrônico é: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm>>

realizados solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras na forma coletiva e autogestionária. “A Economia Solidária possui as seguintes características: cooperação, autogestão, dimensão econômica e solidariedade” (REIS, C. N., 2005, p. 14). A abordagem Marxista por Barbosa (2007) nos fala que:

A economia solidária acompanha as recentes tendências sobre programas de geração de renda em consonância com a reestruturação produtiva e a desregulação no campo da proteção social. Responde a isso, material e ideologicamente, fomentando formas de ocupação, algumas vezes ampliando o espaço econômico. As limitações de atuação são propositais a fim de não competir com as empresas capitalistas. A categoria fica assim restrita às necessidades do mercado e, por vezes, tratam-se de atividades complementares de baixa concorrência com as grandes empresas capitalistas (BARBOSA, 2007, p. 200).

Barbosa (2007) em seu estudo sobre economia solidária e ressignificação do trabalho aponta que:

Com a desregulamentação do trabalho, tornou-se possível extrair sobretrabalho sem relação explícita de assalariamento, fazendo parecer troca de equivalentes (e não exploração). Com o crescimento dessa informalização, amplia-se o espaço econômico tanto para o trabalho produtivo e improdutivo como para aquele segmento que responde a essa corrente de forças instituída como aquele segmento que responde a essa corrente de forças sociais manifestadas em variadas áreas por meio do cooperativismo (BARBOSA, 2007, p. 100).

O cooperativismo dentro do projeto de Economia solidária, segundo Pinho (1977), ao comentar o perfil da empresa cooperativa fala do risco assumido, pois os associados são os usuários e também os empresários, no sentido de que exercem uma atividade econômica, assumindo os riscos e repartindo entre si os ganhos ou as perdas.

Sobre o cooperativismo, Pinho (1977) diz que foi o movimento nascido nos meios populares da Europa de meados do século XIX, para uma ação pacífica de defesa e emancipação socioeconômica de trabalhadores urbanos e rurais, surgida originariamente em oposição ao capitalismo desbragado, mas que depois reagiu também contra os sistemas econômicos que se instalaram em vários países, embasados em crescente intervencionismo estatal ou no socialismo revolucionário; e técnica organizatória dos usuários-empresários cooperativados.

Na mesma década, dessa análise, havia sido promulgada a Lei Nº. 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que define a Política Nacional de Cooperativismo. No contexto brasileiro, esta lei visava a atender a formação de cooperativas rurais, não se tratando de uma política de cooperativismo que pensasse especificamente sobre cooperativas como as de catadores de

materiais recicláveis, realidade recente, surgida com o avanço da questão socioambiental do lixo.

As cooperativas de trabalhadores do setor de reciclagem de materiais recicláveis surgiram nos anos 1990 como força da organização nacional de trabalhadores presentes em vários municípios do país apoiados em geral por ONGs, igrejas ou governo municipal. O cooperativismo brasileiro se organiza hoje em duas modalidades, uma formada pela Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) que absorve cerca de 8000 unidades de diferentes ramos e, outra, chamada de economia solidária ou cooperativismo popular que tem a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) como amparo público, envolvendo 14000 unidades voltadas para o cooperativismo de pequeno porte, baixo capital e produtividade. A primeira vertente se apoia na legislação em vigor Lei 5764/71, a segunda vive a sombra de mudanças na legislação e reivindica maior adesão aos anseios democráticos e solidários do cooperativismo em suas origens (BARBOSA, 2007, p. 9).

As cooperativas de trabalho são definidas como um grupo de pessoas que coordenam seus esforços para a consecução de uma finalidade comum, sem relação de subordinação entre si. Tratando-se de sociedade de pessoas sem fins lucrativos e com especificidade de atuação na atividade produtiva/comercial. Seu principal objetivo é o de viabilizar o negócio produtivo de seus associados junto ao mercado.

Atualmente as cooperativas de trabalho, obrigatoriamente assim chamadas, são regidas pela nova Lei Nº 12.690 de julho de 2012, no que diz respeito aos pontos divergentes com a Lei Nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, buscando adequar a nova realidade mundial que leva em consideração os aspectos do desenvolvimento sustentável. Pela nova lei as cooperativas de trabalho são organizações com no mínimo sete cooperados que estabelecem entre si uma divisão democrática, de ajuda mútua e com objetivos econômicos e sociais comuns e pré-estabelecidos. Elas seguem, ou devem seguir as orientações da economia social em organizações solidárias como economia popular solidária.

As empresas, no âmbito da economia social, diferem nos estatutos e nas formas de organização estrutural, mas tem em comum a solidariedade entre as pessoas e com outros empreendimentos de mesmo ideal, cooperação, a autogestão democrática a cargo de seus integrantes, a eliminação do intermediário e a sujeição do capital à finalidade social (REIS, C. N., 2005, p. 15).

Encontramos as “associações” regidas pela Lei Federal nº 10.406/2002 como sendo sociedade de pessoas sem fins lucrativos. São definidas como uma forma jurídica de legalizar a união de pessoas em torno de seus interesses e a sua constituição permite a construção de condições maiores e melhores do que as que os indivíduos teriam isoladamente para a realização dos seus objetivos. Organizações que tem por finalidade a promoção de assistência social, educacional, cultural, representação política, são consideradas filantrópicas.

O conceito de associativismo está relacionado à adoção de métodos de trabalho que estimulem a produção, socialização e distribuição de riquezas baseado em princípios como a ajuda mútua, a igualdade, a democracia e a equidade, a participação, a confiança, a corresponsabilidade, enfim, a cidadania e a democracia. Unidos por interesses comuns, sejam eles econômicos, sociais, culturais, filantrópicos, sejam científicos, os associados constituem-se como grupo colegiado ou entidade jurídica e constroem estratégias que estimulem o fortalecimento do capital humano e social, bem como mecanismos de mobilização das pessoas em torno do empreendimento cooperativo. (UEMG, 2012, p. 26).

E as Organizações Sociais (OS) são regidas pela Lei Federal nº 9.637/1998 de interesse social e utilidade pública concedida pelo órgão estatal, cumpridos os requisitos da lei, poder e receber recursos orçamentários, bens públicos em permissão de uso, isenções fiscais dentre outros benefícios provenientes da parceria estabelecida com a Administração Pública. Correspondem a uma forma de propriedade não estatal, constituída pelas associações civis sem fins lucrativos, impedidas de serem propriedade de qualquer indivíduo ou grupo, orientadas diretamente para o atendimento do interesse público;

As Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), regidas pela Lei Federal nº 9.790/1999, são entidades sem fins lucrativos que regulamenta as relações entre o Estado e as organizações da Sociedade Civil; Construindo sistemas de financiamento público sustentáveis para desenvolver suas atividades públicas, promoção gratuita da assistência social, da cultura, da saúde, do voluntariado, educação.

A função da OSCIP pangea (Centro de estudos sociambientais) em Jardim Gramacho foi a de mediar às relações entre estado e sociedade civil sendo uma alternativa de atuação legal para o Terceiro Setor. Veremos que ela veio, através da governança, para introduzir uma nova institucionalidade que reconheceu o catador de Gramacho como sujeito público e como ator social altamente relevante nos processos sociais ocorridos no sub-bairro Jardim Gramacho.

2.5.1 As organizações em estrutura de redes solidárias

As principais formas de organizações foram encontradas no manual do SEBRAE e em DIEESE (2007): Cooperativas de Trabalho, Associações, Organizações Sociais (OS), Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Os catadores de materiais

recicláveis geralmente organizam-se em associações ou cooperativas, sendo bem difícil encontrá-los em outras formas de organização:

Nos dias de hoje, essas formas de organizações tendem a se abrigar em estruturas de redes para facilitar a comercialização com as indústrias Recicladoras. A formação de redes ambiciona a cooperação entre organizações para ter impactos na produtividade, na produção em escala e na inovação das empresas envolvidas, além de permitir, em alguns casos, a formação de novos negócios. Nesse sentido, as empresas se unem em redes para obter ganhos e vantagens competitivas. Por isso, argumenta que o sucesso de uma rede organizacional está no equilíbrio entre a competição e a cooperação (PORTER *apud* TIRADO SOTO, M., 2011, p. 10)

A organização em estruturas de redes é uma realidade recente que se desenvolveu há aproximadamente 10 (dez) anos segundo revisão bibliográfica conceitual realizada.

No Polo de Reciclagem de Gramacho encontramos a estrutura de rede organizada entre: 4 (quatro) cooperativas de trabalho e uma associação, além da atuação de uma Oscip. O objetivo do trabalho conjunto em Gramacho fundamenta-se ainda em uma estrutura maior que será vista adiante no estudo de caso. Conforme o exposto no quadro (04) temos algumas diferenças jurídicas entre associações e cooperativas:

Quadro 04: Diferenças jurídicas entre associações e cooperativas

FORMAS DE ORGANIZAÇÃO	ORIGEM	OBJETIVOS
Cooperativas de Trabalho	Lei Federal Nº 5.764/1971 Lei Federal Nº 12.690/2012	Formada por no mínimo 7 (sete) pessoas físicas, de acordo com a nova lei 12.690 de julho de 2012; As cooperativas têm a finalidade essencialmente econômica.
Associações	Lei Federal Nº 10.406/2002	Mínimo de 2 (duas) pessoas. As Associações priorizam a defesa de interesses de classe, são filantrópicas;

Fonte: Adaptado DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos socioeconômicos – endereço eletrônico: <www.dieese.org.br> e legislação.

Espera-se para melhor gerenciamento de resíduos sólidos no trabalho com reciclagem à aglomeração de organizações em estrutura de redes que são – locais regionais que facilitam a comercialização conjunta e ampliação da negociação das organizações de catadores com as indústrias recicladoras para a venda direta do material reciclável. Essa forma de organização introduz novas estratégias logísticas e organizacionais, melhoram a eficiência e apresentam maiores vantagens competitivas sustentáveis. Permitindo que os mecanismos sociais sejam

mais eficazes na obtenção de seus objetivos. Segundo Besen (2006), a estrutura de redes está diretamente relacionada à cooperação entre diferentes atores.

Ao que parece, o sucesso das redes depende dos indicadores de desempenho desses empreendimentos econômicos solidários que devem estar atentos às flutuações do mercado no qual atua. Besen (2007), propôs indicadores para avaliação socioambiental de cooperativas de catadores, segundo a autora a sustentabilidade de um programa socioambiental de coleta seletiva é a capacidade desenvolver suas atividades com garantia legal e de recursos e com a meta de universalização dos serviços e obtenção de resultados ambientais e sociais crescentes. Conforme análise da mesma autora:

Para evitar que o sistema entre em colapso é importante estar atento aos indicadores de sustentabilidade necessários a gestão eficiente do polo. A sustentabilidade socioeconômica e institucional das organizações é a capacidade de desenvolver suas atividades, com a garantia de regularização institucional e a realização de trabalho e geração de renda em condições adequadas aos membros da organização (BESEN, 2007, p. 165).

No caso de Jardim Gramacho a integração em redes é necessária “para fortalecê-las, promover a venda conjunta e obter maiores quantidades e melhores preços e evitar que essas organizações passem a competir entre si” (GRIMBERG, *et al.* 2005 *apud* BESEN, 2007, p. 147).

Quanto ao cenário socioambiental da área de estudo foi elaborado um mapa conceitual no início da definição do tema do estudo de caso de Jardim Gramacho. Ele está representado na figura 02.

A pesquisa contou com uma **revisão da legislação socioambiental** nos tópicos referentes aos catadores de materiais recicláveis, tendo como base a tentativa de um processo de inclusão social pelo trabalho e econômica dos catadores de Jardim Gramacho.

Com destaque para a Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei Nº 12.305/2010, que inclui perspectivas de atuação dos catadores na gestão compartilhada dos resíduos sólidos urbanos. Tendo em vista, a inclusão social e econômica dos catadores organizados trabalhando em condições dignas na cadeia produtiva da reciclagem – promovidas através do fomento a inclusão socioprodutiva dos empreendimentos econômicos solidários - para que seja garantida a sustentabilidade socioeconômica das organizações.

Da mesma forma, é necessária a inclusão econômica através do acesso dos catadores, enquanto população em situação de vulnerabilidade social, aos direitos sociais através das políticas sociais setoriais e focalizadas.

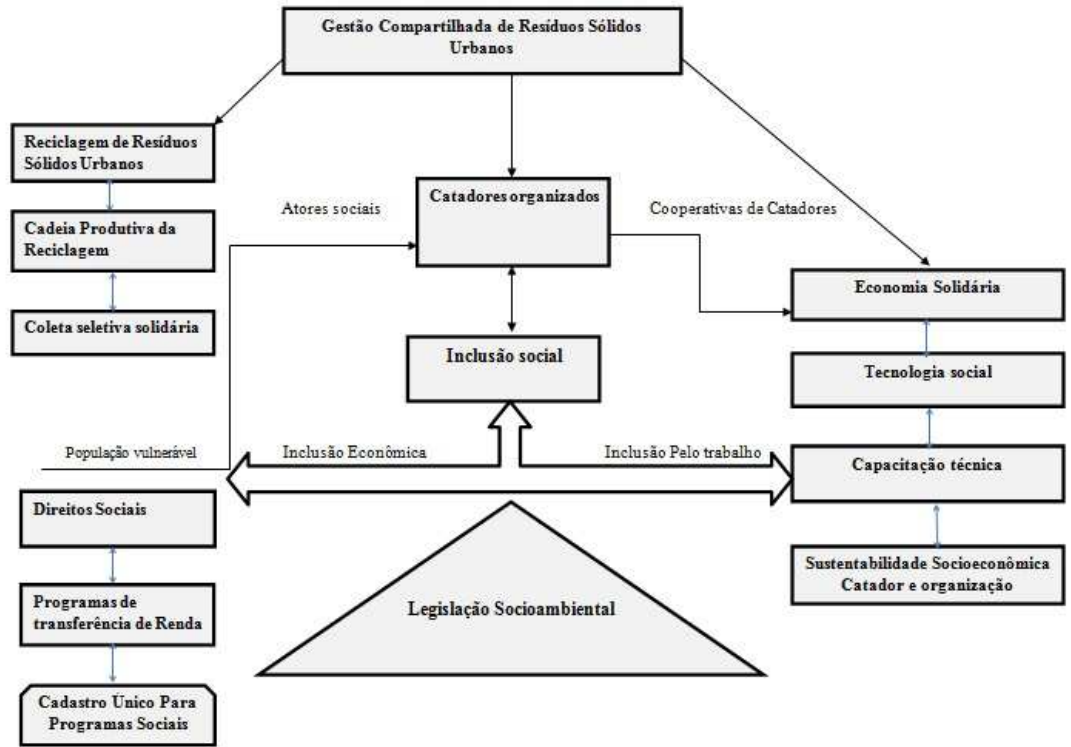


Figura 02: Mapa conceitual Fonte: própria autora.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

3. O ESTUDO DE CASO DE JARDIM GRAMACHO

3.1 O Aterro Metropolitano Jardim Gramacho

O cenário de estudo foi o território de Jardim Gramacho (figura 03) que está localizado no município de Duque de Caxias, situado na região da Baixada Fluminense, na Região Metropolitana da cidade do Rio de Janeiro (RMRJ). O mapa da área de estudo está situado nas latitudes e longitudes S 22°45', W 43°16', localidade¹⁷ do 1º Distrito do município de Duque de Caxias, sub-bairro Jardim Gramacho, próximo à foz do Rio Iguaçu, na Baía de Guanabara.

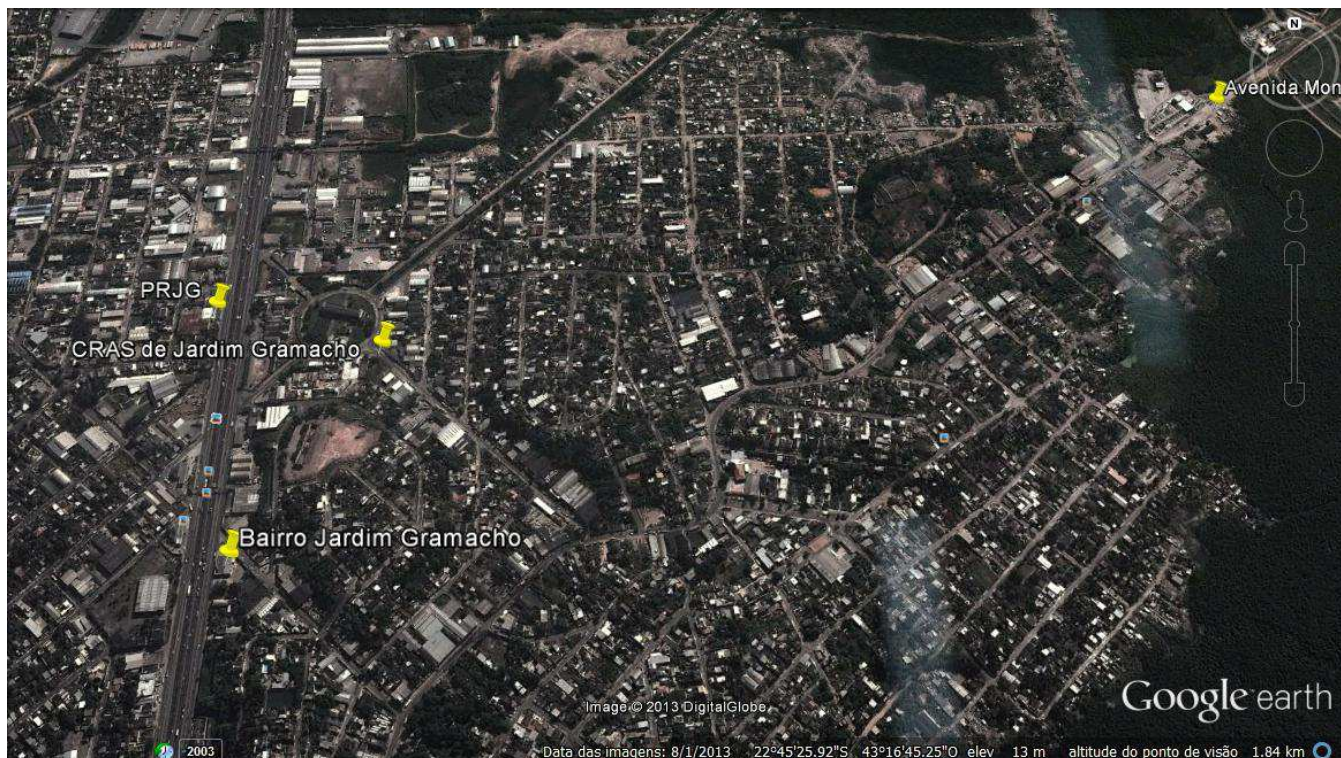


Figura 03: Mapa do sub- bairro de Jardim Gramacho Fonte: Google earth data da imagem:8/1/2013

¹⁷ 1º Distrito - Duque de Caxias; Onde se localiza o Bairro Gramacho e o sub-bairro Jardim Gramacho ; 2º Distrito - Campos Elíseos; 3º Distrito - Imbariê; 4º Distrito - Xerém.

Esta área apresenta certa homogeneidade geográfica, portanto sua classificação climática tem características regionais. De acordo com a classificação climática de Köepen, baseado nos parâmetros temperatura, precipitação e sazonalidade, a classificação climática atribuída à área em questão é —Af” que representa Clima Tropical sem Estação Seca. Sobre a temperatura média no bairro ser em torno de 25°C podendo chegar a 31°C, nos meses mais quentes que ocorrem no período dezembro-março. Os meses mais frios correspondem ao período junho-agosto com temperaturas em torno de 18°C com temperatura mínima de até 14°C. (OUERJ, 2008, p. 17).

A umidade relativa na Região é alta ficando em torno de 80% com média de precipitação de 1300 mm/ano nas planícies, e 2000 mm em áreas de maior altitude, podendo chegar a 2600 mm.

A Serra do Mar, cujas escarpas são abrangidas por parte do município de Duque de Caxias, formam uma barreira natural à entrada dos ventos úmidos do mar, proporcionando a formação de nuvens e chuvas orográficas, caracterizando a região como uma das áreas de maior pluviosidade do Estado do Rio de Janeiro. No período mais chuvoso, entre os meses de dezembro a março, as médias mensais de precipitações variam entre 180 mm na planície e 300 mm na Serra, podendo chegar a 385 mm. Observa-se, então, que as variações são pouco expressivas e podem ser atribuídas à compartimentação do relevo (morros e serras) e à presença constante da floresta ombrófila densa da Serra do Mar. (OUERJ, 2008, p. 17).

No diagnóstico do Instituto de Estudos Socioeconômicos (IETS, 2011) foram identificados os principais aspectos do território. Entendendo que o “território é o chão mais a identidade. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da resistência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (SANTOS, 2007, p.14).

Todavia, a principal destinação do sub-bairro Jardim Gramacho é a ocupação residencial (85%). A população do sub-bairro Jardim Gramacho é estimada em 20.000 habitantes, sendo que o crescimento demográfico do sub-bairro foi acompanhado ao longo dos anos pela economia que gira em torno do lixo.

De acordo com o diagnóstico IETS, no quesito trabalho “cerca de 20% dos ocupados são catadores, e essa atividade representa 65% da renda domiciliar per capita desse grupo.” Quanto à educação: a taxa de analfabetismo funcional atinge 41,2% dos catadores, indicando demanda para a educação de jovens e adultos (EJA) na Região.

Milton Santos (1997) nos fala sobre a existência de dois circuitos de economia urbana complementares entre si. O circuito superior constituído pelas atividades modernas do capital internacionalizado – bancos, grandes indústrias e o circuito inferior da economia, feito em

escala local por atividades e serviços pouco capitalizada, com a divisão territorial do trabalho operada no próprio lugar.

O sub-bairro Jardim Gramacho apresenta-se hoje com sérios problemas sociais e ambientais, pois permaneceu durante muito tempo esquecido pelo poder público. Mesmo tendo a dinâmica do circuito inferior da economia do lixo alterada, ele retomou as suas atividades (que por quase 40 anos girou em torno da comercialização de materiais), com mais dignidade e ganhou o reconhecimento há muito buscado pelas lideranças de catadores existentes na área.

No caso de Jardim Gramacho nos referimos à economia local que absorve num arranjo produtivo informal as atividades de catação, comercialização e recuperação de recicláveis. Para atender as demandas do circuito inferior da economia no sub-bairro existem estabelecimentos comerciais como bares e mercearias, depósitos, indústrias de diversas áreas e estabelecimentos comerciais e de serviços.

Ainda com base no estudo do IETS (2011), os domicílios com catadores se concentram no setor censitário da favela do esqueleto representada na figura (04), Parque Planetário e Av. Rui Barbosa. A favela do esqueleto (figura 04) foi constituída a partir deste contexto de ocupação pelos catadores que laboravam no aterro com os barracos feito do material oriundo do Aterro. A ocupação e uso do solo se deram nas proximidades do AMJG, conforme relatório do meio biótico - OUERJ:

Mais recentemente, após a instalação do AMJG, também surgiram as oportunidades econômicas representadas pelo comércio de materiais recicláveis, retirados do AMJG ou mesmo recebidos diretamente pelos diversos depósitos de materiais reciclados. A população atuante nessas atividades naturalmente buscou locais próximos a esses depósitos, para fixar suas moradias, especialmente em vista da dificuldade e do custo da locomoção de outros bairros. Como estas atividades geralmente fornecem condições de sobrevivência precárias, as moradias também são precárias, e todo o desenvolvimento da região do entorno do AMJG foi pautado pela informalidade e precariedade. Como toda a área em torno do AMJG era área de vegetação de mangue, a ocupação humana somente pôde avançar às custas da transformação dessas áreas em áreas de moradia e de atividades relacionadas ao aproveitamento de RSU. (OUERJ, 2008, p. 22).



Figura 04: Favela do esqueleto no sub-bairro Jardim Gramacho. Fonte: Marie-Noelle Bertrand - RIO Catadores à recycler. Reportage Photographique. Endereço eletrônico: <<http://www.sophot.com/fr/edu/dossier.php>>.

Contudo, além do quadro social, o quadro ambiental é igualmente preocupante, posto que as habitações em locais inadequados propiciaram a favelização ao longo dos anos com a ocupação de margens dos rios, vem destruindo todo o ecossistema de manguezal ali presente.

A Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (IBGE, 2008), constatou que o abastecimento de água chega a 99,4% dos municípios brasileiros. Conforme dados da tabela (01), em relação ao total nacional o município de Duque de Caxias preenche a estatística de abastecimento de água. No entanto, no sub-bairro Jardim Gramacho apenas 45% da população é abastecida por água não chegando a cobrir à população total do sub-bairro.

Trata-se da área noroeste da Baía de Guanabara, considerada uma área que recebe grande número de efluentes de origem industrial e esgoto doméstico, de 3 (três) grandes rios urbanos: os rios São João de Meriti, Iguçu-sapucaí e Estrela.

Tabela 01: Atendimento da população no abastecimento de água em Jardim Gramacho

Abastecimento de água %	Poço ou nascente %	Rede geral e canalização %
45	30	15

Fonte: Diagnóstico IETS, 2011.

Na área do entorno do extinto AMJG, os danos à saúde da população ali presente são enormes, provenientes, sobretudo, da contaminação generalizada por substâncias tóxicas e metais pesados na água, solo e ar com origem no Aterro. A presença de organismos patogênicos, vindos dos resíduos perigosos não acondicionados e/ou dispostos incorretamente, também vem acarretando danos.

Segundo diagnóstico IETS (2011), os principais metais encontrados na água de Jardim Gramacho são: mercúrio (*Hg*), chumbo (*Pb*), Cromo (*Cr*), Cobre (*Cu*), Cádmio (*Cd*). A qualidade do solo também foi muito afetada ao longo dos anos de aterro e até mesmo nos dias de hoje por causa da disposição inadequada de resíduos pela população nos lixões clandestinos. Dias (2009) observa que os catadores ao manusearem o lixo, em lixões, ficam expostos as emissões de poluentes que são emanadas destes materiais, devido a prática comum da disposição do lixo a céu aberto.

A ausência de equipamentos de proteção individual também aumenta os riscos a que os catadores estão expostos. A sobrevivência dos catadores está condicionada à coleta, separação e reaproveitamento de materiais secundários. Assim, eles incorrem em altos riscos de acidentes e adoecimento, incluindo entre estes os riscos derivados do contacto com matéria fecal; papel saturado com substâncias tóxicas; vidros com substâncias químicas; containers de metal com resíduos de pesticidas e solventes; agulhas e bandagens (com organismos patogênicos) provenientes de hospitais e baterias contendo metais pesados (COINTREAU, 2006:18 *apud* DIAS, 2009).

A falta de saneamento básico no sub-bairro de Jardim Gramacho (figura 05) levou a proliferação de animais transmissores de doenças como moscas, mosquitos, baratas e ratos. Aumentando os riscos patogênicos de: tifoide, tuberculose, hanseníase, tifo, cólera, meningite, peste bubônica, varíola, poliomielite, hepatite A, verminoses intestinais, disenteria, diarreia, leptospirose, esquistossomose (barriga d'água), ancilostomíase (amarelão), dengue, tétano, entre outras.



Figura 05: sub-bairro Jardim Gramacho em julho de 2012. fonte: Marie- Noele Bertrand.

Quanto à destinação do lixo no bairro a tabela 02, mostra parte do material não é coletado, tendo como destino a queima ou aterramento inadequado.

Tabela 02: Tratamento do lixo no sub-bairro Jardim Gramacho

Coleta de lixo direta	Coleta de lixo indireta	Lixo queimado ou enterrado
52,3 %	6,5 %	30,4%

Fonte: Diagnóstico IETS, 2011.

O sub-bairro é atendido pelo Programa Saúde da Família (PSF). Os domicílios mais acessados (55,6% do total de usuários) são os de catadores, devido à susceptibilidade maior deste público a doenças e acidentes de trabalho (IETS, 2011). Atualmente há duas unidades de saúde existentes no território. A oferta desse serviço é insuficiente, fazendo-se necessária à presença de hospital público na região. Em 2011, as doenças que mais afetavam os domicílios com catadores e /ou situados nas localidades habitacionais em proximidade com o lixão estão listadas na tabela 03, a seguir:

Tabela 03: Doenças que afetam catadores

Doenças	%
Dengue	16,6 %
Asma/ bronquite	14,6%
Diarréia	12,2%
Problemas de pele	10,7%
Verminose	12,9%

Fonte: Diagnóstico IETS, 2011.

Mesmo se tratando de aterro controlado, quando há preparação do solo e tratamento do chorume, o AMJG (figura 06) ao longo dos 34 anos de funcionamento possuía diversos problemas ambientais. As emissões de *CH4* (metano) para a atmosfera de metano eram intensas na área, sendo causa de inúmeros prejuízos para a saúde coletiva não somente dos catadores que ali laboravam como também da população do sub-bairro Jardim Gramacho.

Assim, os problemas ambientais advindos do lixo são todos aqueles que podem causar prejuízos ao meio físico (ar, água e solo), ao biológico (fauna e flora) e ao antrópico (homem e suas relações históricas, culturais, econômicas, políticas etc.). Quanto ao meio físico, os agravos derivam, principalmente, do lixo expostos a céu aberto, em que os processos de decomposição do material orgânico se encontram acelerados e gases (como o dióxido de carbono e metano – vilões do aquecimento global e efeito estufa) acabam sendo lançados na atmosfera sem nenhum tratamento (SANTOS, G. O., 2009, p. 28).



Figura 06: Exploração do gás natural no AMJG. fonte: a autora, 2011.

De acordo com convênio entre o Governo Federal, o estado do Rio de Janeiro, a Petrobras e COMLURB, com o encerramento do AMJG o gás *metano* resultante (cerca de 200 mil metros cúbicos), caberia exploração da Reduc conforme vimos na figura (06) de 2011.

3.1 O processo de encerramento do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho

O aterro sanitário metropolitano como era chamado o Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho (AMJG) foi implantado na década de 1970 a fim de receber resíduos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), dos municípios: Rio de Janeiro, Nilópolis, Duque de Caxias, Nova Iguaçu e São João de Meriti.

Foram previstos 20 (vinte) anos de uso da área, o que terminaria em 1992. Porém, seu funcionamento continuou por mais 20 (vinte) anos, a funcionar quase como um lixão.

O Aterro alternou momentos em que funcionava como um aterro controlado permitindo assim a entrada de catadores de materiais recicláveis, com momentos em que era proibida a entrada dos trabalhadores. Todavia, o AMJG funcionou por muitos anos como um verdadeiro lixão até saturar sua capacidade máxima de recebimento de resíduos, pois a sua vida útil, estimada em 20 anos, vimos que foi ultrapassada em mais 20 anos.

O Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho esteve localizado em uma área de 1,3 milhões de m² de acordo com dados da pesquisa bibliográfica. O Aterro está situado ao norte do canal do rio Sarapuí e rio Iguaçú, a leste da Baía de Guanabara e a oeste de um trecho do braço morto do canal de Sarapuí na figura (07). A foz do rio Iguaçú desemboca na Baía de Guanabara, poluída pelos resíduos oriundos da contaminação promovida pelo depósito de lixo no Aterro.

O aterro controlado – o maior da América Latina – funcionou por 34 anos e recebia diariamente aproximadamente 9.500 mil t/dia de lixo do Rio de Janeiro (75%), Duque de Caxias, São João de Meriti, Nilópolis, Queimados e Mesquita (25%). Com o encerramento, todo o lixo que era levado para o Aterro Sanitário de Gramacho passou a ser transferido para a Central de Tratamento de Resíduos, situada no município de Seropédica (SEA¹⁸/RJ, 2012).

¹⁸ Matéria publicada: SEA assume vários compromissos em benefícios dos catadores do Aterro de Gramacho. Endereço eletrônico: <<http://www.rj.gov.br/web/sea/exibeconteudo?article-id=705420>> Acesso em: 30 out. 2013.



Figura 07: Mapa do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho. fonte: Google earth, 2013.

Desde 2004, o Aterro Sanitário de Gramacho estava com seu final decretado pelo poder público, que veio buscando formas de controlar as atividades de catação no aterro, com o cadastramento dos catadores. O Ministério Público chegou a elaborar um Termo de Ajustamento de Conduta¹⁹ (TAC), mas a COMLURB negou-se a assumir sozinha a responsabilidade pelo passivo socioambiental na área. As empresas que administravam o aterro eram escolhidas em licitação pela empresa responsável.

O território de Jardim Gramacho esteve invisível para os responsáveis pelo lixo depositado ao longo dos anos e tornou-se mundialmente conhecido após o documentário do artista plástico brasileiro Vik Muniz, gravado entre os anos de 2007- 2009, *waste land* traduzido como o “lixo extraordinário”, trabalha com um grupo de catadores do Aterro de Jardim Gramacho.

¹⁹ O TAC é muito utilizado quando Órgãos públicos e ou autarquias fazem intervenções onde causam impacto ambiental, deste modo é feito um acordo de reparação ou compensação com a sociedade civil organizada juntamente com o Ministério Público. Este procedimento é uma solução interessante antes de qualquer ação civil pública ou outros meios legais de reparação.

Ao longo do ano de 2011 muito se discutiu sobre o encerramento do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho (AMJG). No Caso do sub-bairro houve a articulação de atores sociais em torno de uma tentativa de construção de uma governança para organização do encerramento.

Durante o processo de encerramento aconteceram reuniões com atores sociais representantes do estado nas três esferas, catadores, empresas, população (comunidade), sociedade civil organizada.

Logo nas primeiras reuniões de encerramento do AMJG os atores sociais foram articulados nos Grupos de Trabalho (GT) para facilitar o trabalho organizado.

As Atividades se constituíram de reuniões mensais convocadas pela Secretaria de Ambiente do Estado do Rio de Janeiro (SEA- RJ) sempre com representantes dos atores sociais de relevância nos GT. A Cada reunião eram assumidos compromissos e obrigações para cada ator social do GT a fim de serem realizadas as tarefas para as próximas reuniões e muito se avançou com esta forma de discussão democrática.

Os GT encontravam-se organizados contando com as articulações entre SEA/INEA, Pangea (centro de estudos sociambientais - Oscip), representantes do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), Estado nas três esferas Federal, Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos de Duque de Caxias (SMASDH), Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Duque de Caxias (SMMA); Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos humanos (SEASDH); Novo Gramacho Energia Ambiental (NGEA – administradora do aterro); Catadores e Catadoras de Jardim Gramacho, Representantes da sociedade civil, Secretaria Geral da República (SGR). Os GT estavam separados em:

- Geração de trabalho e renda;
- Saúde, assistência social e educação;
- Infraestrutura urbana e ambiental;

O IETS (2011) apresentou os GT esquematicamente e propôs o envolvimento dos atores sociais no processo de desenvolvimento territorial de Jardim Gramacho. O trabalho foi organizado em três temáticas conforme veremos nas figuras (08, 09, 10).

- GT – Trabalho e Renda – Estado nas três esferas Federal, estadual – Catadores e Catadoras de Jardim Gramacho, Pangea (OSCIP), Representantes da sociedade civil, Secretaria Geral da República (SGR), SEA;

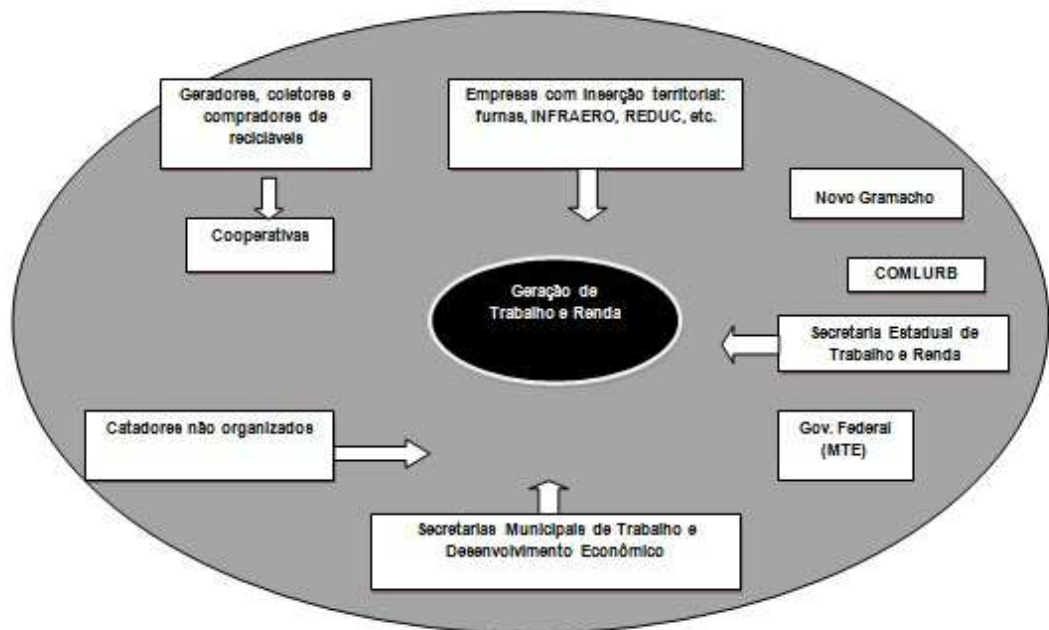


Figura 08: Esquema GT trabalho e Renda para o sub-bairro Jardim Gramacho. Fonte: IETS, 2011.

- GT – Proteção social – Representantes do Estado, nas esferas esfera federal, estadual, municipal com a proteção básica de Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos de Duque de Caxias (SMASDH), Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Duque de Caxias (SMMA); Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos humanos (SEASDH); Novo Gramacho energia Ambiental (NGEA);

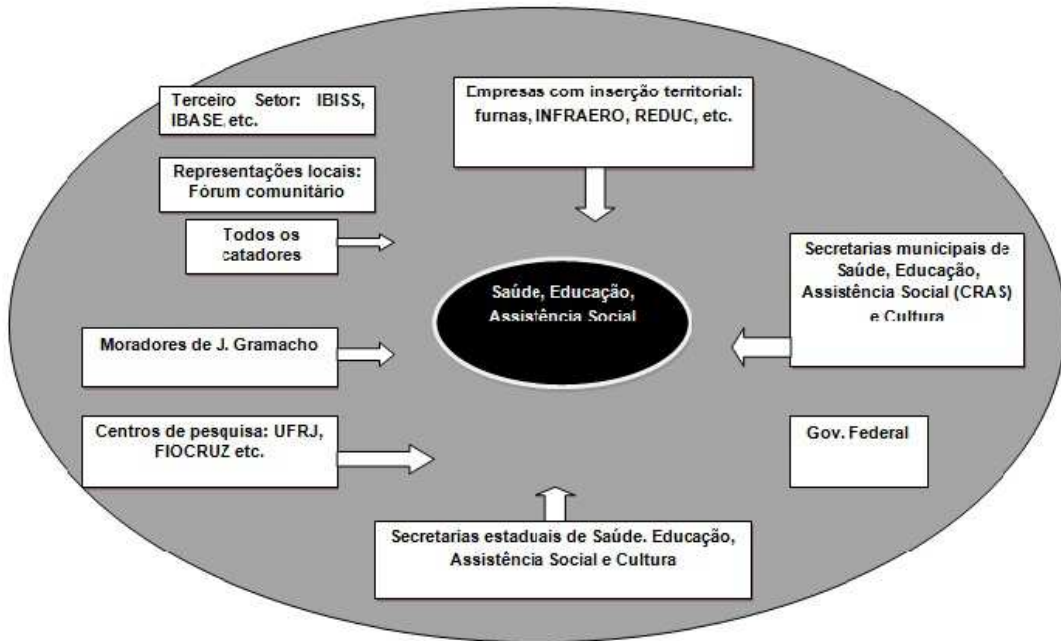


Figura 09: GT Saúde, Educação, assistência social para Jardim Gramacho. Fonte: IETS, 2011.

- Além do GT- urbanismo – em andamento – planeja a revitalização do sub-bairro Jardim Gramacho através de plano esquemático de recuperação da área do Aterro;

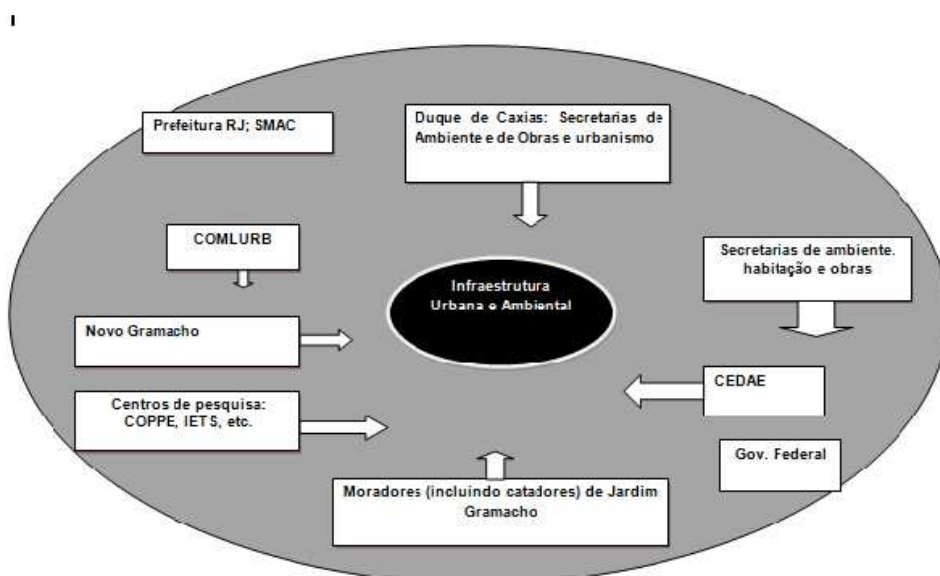


Figura 10: Infraestrutura Urbana e Ambiental para Jardim Gramacho. Fonte: IETS, 2011.

Os GTs foram basicamente organizados de acordo com a natureza institucional, interesses e competências dos atores sociais. A grande inovação no encerramento do AMJG foi o protagonismo dos Catadores no processo de articulação com o Governo. No aplicando a análise de Segundo Bobbio (1987 *apud* JACOBI, 2000) as relações entre os atores sociais revelam a:

contraposição entre as duas dinâmicas – “estatização da sociedade”, mas também “socialização do Estado” – se dá “através do desenvolvimento de diversas formas de participação dentro das opções políticas, do crescimento das formas de organização de massa que exercem direta ou indiretamente algum poder político, onde a expressão *Estado social* pode ser entendida não só no sentido de Estado permeado pela sociedade”. Os dois processos representam, segundo o autor, “as duas figuras do cidadão” participante e do cidadão protegido que estão em conflito entre si às vezes na mesma pessoa: do cidadão que através da participação ativa exige sempre maior proteção do estado e através da exigência de proteção reforça aquele mesmo Estado do qual gostaria de se assenhorar e que, ao contrário acaba por se tornar seu padrão (BOBBIO, 1987 *apud* JACOBI, 2000, p. 13).

A luta das lideranças de Catadores de Jardim Gramacho remonta as primeiras edições do Fórum Nacional Lixo e Cidadania (FNLC) das quais eles participaram. Os representantes dos Catadores foram protagonistas no processo de encerramento do aterro conforme frase da liderança:

Tião em entrevista: Espero que no dia 1º de junho a gente possa encerrar Gramacho da melhor forma e mostrar que existe vida após o fechamento. Há outras formas de trabalho com a reciclagem. A gente vai buscar trabalhar a coleta seletiva, a logística reversa e a cadeia produtiva da reciclagem no Rio de Janeiro de forma mais humana. 'informação verbal'²⁰

Contudo, o encerramento do AMJG foi apontado na pesquisa de Bastos (2012) como fator integrante da atual conjuntura política da cidade (e sua extensão pela Região metropolitana) na qualidade de sede de grandes eventos na sequencia dos próximos anos, à saber:

- Rio + 20 – junho /2012
- Copa das Confederações - junho /2013
- Copa do Mundo - 2014
- Olimpíadas 2016

²⁰ Entrevista concedida, publicada no sítio eletrônico <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/05/31/desastre-ambiental-lixao-de-gramacho-fecha-amanha-com-60-milhoes-de-toneladas-de-residuos.htm>.

Neste sentido entendemos que o Aterro encerrado as vésperas da conferência “Rio + 20” fez frente ao contexto político dos grandes eventos e a necessidade de intervenção paliativa dos problemas sociais mais graves existentes no Brasil. Conforme a pesquisa de Bastos (2012) aponta:

Enfim, várias ações foram desenvolvidas, mas os momentos de muita tensão também foram bastantes presentes no processo de mediação realizado entre os poderes constituídos nessa relação, visto que o primeiro anúncio de fechamento do Aterro para o dia 23 de abril de 2012, não tinha sido algo discutido com o grupo das lideranças, e sim veiculado pela mídia oficialmente pelo Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, o que entendemos ter sido um compromisso político e ambiental para realização da Conferência para Nações Unidas - Rio + 20, pois um evento desse porte não deve ocorrer com o maior “LIXÃO” da América Latina em operação. (BASTOS, 2012, p. 6).

O Aterro então encerrou suas atividades (figura 11) às vésperas do dia do meio ambiente, dia 3 de junho do ano de 2012. E os catadores que se encontravam nos tempos finais do AMJG, cerca de 1.200, perderam sua fonte de renda para dar lugar a um novo projeto de inclusão socioprodutiva no sub-bairro de Jardim Gramacho.



Figura 11: Foto do encerramento do aterro Metropolitano de Jardim Gramacho. Fonte: sítio eletrônico da prefeitura do Rio de Janeiro

3.1.1 A Situação dos Catadores de Jardim Gramacho

O primeiro cadastramento dos catadores do Aterro de Jardim Gramacho foi realizado em 1996, devido ao trabalho social existente na área.

O ano foi o de 1996 e a principal justificativa encontrava-se nas obras de recuperação e modernização do Aterro de Gramacho, impondo a realização de um investimento social considerando a realidade existente dos catadores. Os parceiros foram a COMLURB e a Construtora Queiroz Galvão. Um dos resultados foi à implantação da COOPERGRAMACHO, traduzindo “novas condições de trabalho e disciplina para os catadores”, agora organizados (BASTOS & ARAÚJO, 1998).

O cadastro era renovado a cada ano e na pesquisa de Lucia pinto (2004) no Aterro de Gramacho totalizavam 142 pessoas cooperativadas, trabalhando nas linhas de triagem com esteiras mecânicas, localizadas na entrada do aterro e pertencentes à COOPERGRAMACHO com um total de total 1.700 catadores somando os que estavam nas rampas, os protooperativados e os catadores de depósitos.

Em 2005 foi fundada a ACAMJG (Associação de Catadores de Material Reciclável de Jardim Gramacho) com o objetivo de garantir trabalho para os catadores após o término das atividades do aterro; criar projetos de inclusão social na comunidade e lutar pela implantação da coleta seletiva no município de Duque de Caxias, realizada e gerida pela associação (GOMES, 2008, p. 87).

Na pesquisa de Gomes em 2008, quando trabalhavam cerca de 1700 catadores no Aterro apenas 90 desta parcela, ou seja, quase 5 % eram cooperativados na Coopergramacho. Sendo que a maioria dos catadores trabalhava de forma independente nas rampas.

Tabela 04: Catadores do Aterro Sanitário de Gramacho

Catadores do Aterro	1993	1996	2002	2004	2011
	600	960	1.060	1.700	1.200

Fonte: pesquisa bibliográfica em Gomes, 2008 & SEA, 2012.

A figura (12) expressa em gráfico os números de catadores do AMJG entre os anos de 1993 e 2011, mostrando o período auge da catação no Aterro até o seu encerramento.

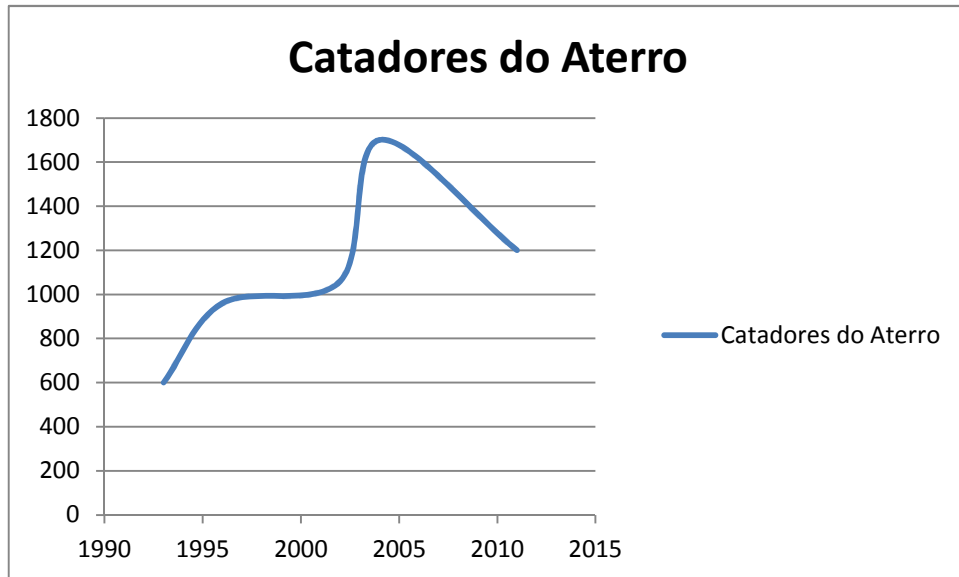


Figura 12: Quantitativo de Catadores do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho entre os anos de 1993 até o encerramento em 2012. Fonte: pesquisa bibliográfica, GOMES, 2008.

Na época do encerramento atuavam aproximadamente 1.200 (mil e duzentos) catadores nas rampas do AMJG (figura 13) e apenas 500 demonstraram interesse em permanecer no trabalho com a reciclagem após o fechamento do AMJG, representando uma pequena parcela, que acredita no trabalho em grupo, através das organizações.



Figura 13: Os Catadores na rampa às vésperas do AMJG encerrar as suas atividades. Fonte: a autora, 2012.

Entre os resultados do estudo de caso apresentamos através da:

✓ Transcrição das falas dos ex- catadores que hoje são lideranças no Polo de Reciclagem de Gramacho;

- Sobre o encerramento do Aterro temos depoimento de ex- catador (a) do AMJG – atualmente liderança no PRG – entrevistado (a) (II) da cooperativa (B):

✓ *Foi confuso né cara, foi desesperador para as pessoas, para mim não, porque eu já vinha de um processo que eu já sabia que ia fechar mesmo, mas para as pessoas que não acreditavam, para eles foi totalmente ruim.*

Desde quando eu comecei trabalhar aqui todo mundo falou que o Aterro ia fechar em 2004, então foi na época que eu comecei.

Então desde 2004 que eu ouço falar que ia fechar mas ninguém acreditava (...)

Devido muita gente não acreditar, não se cadastrar.

Poucos deles ficaram de fora, não foi muito mas ficou uma quantidade legal. Por devido não acreditar (...).

- ✓ Os resultados da abordagem social com ex- catadores do AMJG no CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) de Jardim Gramacho e as participações nos grupos de catadores;
 - De acordo com a abordagem social realizada no CRAS e na participação nos grupos de catadores o encerramento do aterro acarretou consequências para os catadores de gramacho, tais como:
 - ✓ Cadastramento das famílias de catadores no CadÚnico para programas sociais;
 - ✓ Recebimento do Fundo do Catador de Jardim Gramacho;
 - ✓ Acesso aos programas sociais;
 - ✓ Há relatos no sub-bairro sobre catadores falecidos, após o recebimento da parcela do Fundo do Catador;
 - ✓ Aumento do consumo de drogas;
 - ✓ Catadores que continuaram trabalhando em depósitos e lixões clandestinos no sub-bairro de Jardim Gramacho;
 - ✓ Aumento de estratégias de sobrevivência, com investimento do Fundo em outras atividades informais, que não exigiam qualificação profissional, mas que garantiam a sobrevivência.
 - ✓ Alguns catadores do aterro não quiseram permanecer no trabalho com a catação, tendo alcançado a inserção social, participando de cursos oferecidos, através de programas sociais investindo, assim, em outras atividades produtivas no mercado de trabalho formal;
 - ✓ Catadores, migrantes que decidiram retornar as cidades de origem, entregando-se a outros negócios e/ou atividades;
 - ✓ Parte dos catadores, interessados em continuar o trabalho de catação (cerca de 500 Catadores) foi absorvida pelo Polo de Reciclagem de Gramacho. Quando for construído terá capacidade para 500 catadores. Outro polo para recebimento de resíduos da construção civil terá capacidade para 100 catadores quando estiver concluído;

✓ Existe hoje no sub-bairro de Jardim Gramacho dois projetos de inclusão socioprodutiva, formulados a partir do encerramento do AMJG (figura 14) em parceria com a Governança, que são conhecidos pela autora à saber: um Polo que também está sendo construído, para recebimento de Resíduos da Construção Civil, com recursos públicos, beneficiará cerca de 100 catadores, da Associação de Catadores de Gramacho (ACEX), terá reciclagem de Resíduos da Construção Civil e fábrica de tijolos. E o Polo de Reciclagem de Gramacho, que faz parte do nosso trabalho, envolve a reciclagem de Resíduos Sólidos Urbanos.

3.1.2 Os catadores de Jardim Gramacho e as organizações

Atualmente no estado do Rio de Janeiro estima-se um total de 3.084 catadores e catadoras cadastrados em 41 municípios dos 92 municípios existentes no Programa Catadores e Catadoras em Rede Solidária (CRS). Sendo que 80% fazem parte do grupo dos não organizados, identificados como trabalhadores de rua (73,7%) e lixão (6,3%), 19% estão organizados em empreendimentos, e 1% não informou seu status de organização. Estes números do CRS apontam que a baixa capacidade de organização ainda é um empecilho à inclusão produtiva direta dos catadores.

No projeto CRS, no estado do Rio de Janeiro encontrou-se o perfil do cooperativado. O valor para o total de cadastrados equivale a 136, indicando que para cada grupo de 100 catadores do sexo feminino há 136 do sexo masculino. O recorte conforme o status de organização sinaliza, contudo, que a proporção segundo o sexo apresenta características distintas entre os catadores não-organizados e organizados. No primeiro grupo, o indicador corresponde a 161, reforçando o perfil encontrado para o total de cadastrados. Já entre os catadores organizados, esta razão se inverte, pois para cada grupo de 100 catadoras existem 71 homens. (SEA-RJ, 2013, p. 35).

A baixa capacidade de organização dos catadores em cooperativas no território de Jardim Gramacho (figura 14) foi observada pelo baixo número de cooperados desde a época do funcionamento do Aterro, quando havia maior concentração de catadores trabalhando diretamente nas frentes de trabalho, nas rampas, por conta própria.

Nas pesquisas consultadas, os empecilhos à organização não se resumiam apenas a ação de sucateiros, que firmavam compromissos com os catadores por meio de adiantamento

em espécie. Mas também pela ação do poder paralelo, com grande capacidade de influenciar nas situações cotidianas das cooperativas de Gramacho.

A ação destes sucateiros não se limitou, porém, a tais dimensões. Eles também exerceram um papel dificultador para o início das atividades da Coopergramacho, ao boicotarem o material oriundo da mesma, comprando apenas o que era coletado por aqueles que permaneceram na rampa. Além disso, travestindo o processo de exploração em benesses, eles mantinham o controle sobre os catadores que, em geral, por medo, acabavam optando por permanecerem na mesma situação em que até então viviam. (BASTOS & ARAÚJO, 1998). Neste contexto, há que destacar ainda o “poder paralelo” exercido pela marginalidade, com reflexos no interior da Cooperativa. Tratava-se de um poder materializado através da ação dos próprios cooperados, já que uma grande maioria deles registrava a presença de um ou mais integrantes do grupo marginal em seu núcleo familiar. Utilizando tal grau de parentesco como “escudo”, vários se negavam a cumprir suas tarefas ou ficavam isentos de aplicação de medidas disciplinares. (JUNCA, 2004, p. 136).



Figura 14: Catadores de três cooperativas, em atividade em Jardim Gramacho em 2012, imediatamente após o encerramento do AMJG. Fonte: Marie-Noelle Bertrand - RIO Catadores à recycler. Reportage Photographique. Endereço eletrônico: <<http://www.sophot.com/fr/edu/dossier.php>>.

A falta de liberdade com horário e o rendimento de valor mais baixo também foi apontado como fatores que explicam o baixo número de cooperados de Jardim Gramacho. Conforme em Juncá (2004), desde a fundação da coopergramacho:

Cooperados ainda se sentiam “funcionários” e pouco tinham assumido, em termos de se colocarem como recicladores de suas próprias vidas. Vários eram os problemas a serem enfrentados e sua resolução ainda era delegada a terceiros, apontando para um atrelamento ao órgão gestor, onde se destacava a ação do Serviço Social. Mobilização da base e exercício da organização e auto-gestão eram movimentos que necessitavam ser ainda muito trabalhados. O que ainda prevalecia era a postura de espera (JUNCÁ, 2004, p.151).

Na pesquisa de Besen (2007) são sentidos os benefícios que possui o catador organizado:

Essa pesquisa, junto a 59 % do universo de cooperativas apoiadas pelo banco identificou avanços significativos na qualidade de vida dos cooperados e suas famílias, bem como aumento da eficiência nas atividades. Quanto à gestão operacional houve incremento do material coletado em 20,6%, processado em 25,5% e da capacidade de processamento instalada.

Quanto às condições de vida, a pesquisa revelou melhoras no relacionamento familiar em 82%, nas condições de higiene em 79,6%, na alimentação dos cooperados e de suas famílias em 78,85% e no conforto das moradias em 69,3%. Também foram apontados outros fatores positivos, como melhorias no ambiente de trabalho e no relacionamento entre os cooperados, bem como na conscientização de seus direitos e deveres (BESEN, 2011, p. 36).

Esses resultados nos mostram a importância da aderência dos catadores às organizações. Entre alguns benefícios que a organização dos catadores proporciona ao cooperado temos o aumento das possibilidades de acesso às políticas públicas, aumento da capacidade de negociação, a união de classe, politização do catador, sendo fatores fundamentais para uma melhor qualidade de vida deste trabalhador.

3.1.3 As políticas sociais no território de Jardim Gramacho e a inclusão do catador

As preocupações com os problemas ambientais mundiais começaram a emergir ao longo do século XX, e a partir da CNUMAD, conhecida como ECO-92 realizada na cidade do Rio de Janeiro, foram aumentadas as preocupações com as garantias dos direitos sociais e ambientais de toda a comunidade. Estas ações passaram a ter metas de redução da pobreza (histórica desigualdade social enraizada na sociedade brasileira).

Devido à descentralização político-administrativa prevista na Constituição de 88, de forma complementar passaram a legislar os estados e os municípios, estes últimos atuam de acordo com as especificidades locais. Atualmente, é de responsabilidade dos municípios a

questão da gestão do lixo urbano. Cabendo às prefeituras municipais o gerenciamento dos RSU.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei Nº 12.305/2010 considera e relaciona as variáveis cultural, social, ambiental, contribui, ainda, para o alcance efetivo da sustentabilidade do gerenciamento de resíduos sólidos em escala local;

A gestão de resíduos sólidos no município do Rio de Janeiro e em sua região metropolitana tem contado com parcerias do Governo do Estado do Rio de Janeiro, que vem elaborando novas formas de gestão compartilhada dos resíduos, através de programas de coleta seletiva solidária e assim como a erradicação dos lixões. O Fechamento dos lixões existentes no Brasil é hoje meta exposta na PNRS de modo que seja restaurada a dignidade dos trabalhadores que encontram-se nessas áreas de degradação social e ambiental.

Explicitamos, no quadro (05), as principais legislações referentes aos catadores de materiais recicláveis e a sua relação com a inclusão social pelo trabalho:

Quadro 05: Catador e a lei de Resíduos Sólidos Urbanos

MARCO SOCIAL	MARCO LEGAL	RESULTADOS
Catador na gestão compartilhada de resíduos sólidos municipais	Política Nacional de Resíduos Sólidos Lei Nº 12.305, de 2 de agosto de 2010	Catador, ator social através de parcerias na gestão compartilhada de resíduos sólidos.
Catador profissão	Regulamentação da PNRS: os Decretos: nº. 7404/2010 e nº 7.405/2010 , voltados para a inclusão social do Catador.	Catador no processo de gestão compartilhada de resíduos sólidos, inclusão social pelo trabalho do catador; programas sociais voltados para capacitação dos catadores de materiais recicláveis.
Catadores organizados	Segundo a Lei 11.445 (Lei de Saneamento Básico) as prefeituras podem contratar, com dispensa de licitação, as associações e cooperativas de catadores para atuarem na coleta seletiva da cidade; Decreto Nº 7.405/2010 inclusão social e geração de emprego e renda dos integrantes de cooperativas e associações de catadores de materiais reutilizáveis e Lei Nº 12.690, de 19 de julho de 2012, sobre o funcionamento de cooperativas de trabalho fortalecimento institucional de cooperativas;	Fortalecimento institucional e criação de cooperativas de catadores; melhoria das condições de trabalho dos catadores; Geração de emprego e Renda aos integrantes de cooperativas;

Fonte: Revisão da legislação socioambiental brasileira.

No território de Jardim Gramacho o CRAS foi inaugurado no seu atual endereço na – Avenida Pistoia s/n, em maio de 2011- para atender as demandas sociais da população do sub-bairro Jardim Gramacho com o processo de encerramento do AMJG.

Enquanto população em situação de vulnerabilidade social o cadastramento dos catadores no Cadastro Único para programas sociais deve ser estimulado. Um exemplo das ações governamentais direcionadas às famílias cadastradas é o acesso dos catadores e ex-catadores no território de Jardim Gramacho aos cursos de qualificação profissional oferecidos pelo Governo Federal através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Os catadores do AMJG contaram com a inscrição prévia no CadÚnico para programas sociais, sendo organizados cerca de 6 meses antes do fechamento do AMJG, entre os dias 23 de janeiro de 2012 até 16 de fevereiro de 2012, para cadastramento coletivo no Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) de Jardim Gramacho conforme figura (15).

Da mesma forma, em decorrência do encerramento do AMJG, foi realizado o recebimento da parcela do “fundo do Catador” – por 1.612 catadores do AMJG, no valor de R\$ 13.850,00/catador - recebidos em uma única cota.

A seleção dos beneficiários foi feita a partir de critérios definidos pelos próprios catadores em assembleia realizada no CIEP 218, em 31 de março de 2012; Foram realizadas reuniões de cadastramento no Centro de Referência de Assistência Social, o CRAS - Jardim Gramacho (figura 15). A palavra indenização buscou ser evitada, cabendo aos catadores à decisão sobre a gestão particular desse fundo.



Figura 15: Reunião da governança no cadastramento coletivo dos Catadores do AMJG no CRAS – Jardim Gramacho fonte: a autora, 2011.

Conforme fala do entrevistado (II) da cooperativa (A) do PRG:

Em várias ações o CRAS apoiou a gente aqui. A gente teve o CadÚnico, a distribuição das cestas básicas, acompanhamento dos catadores que está sendo feito pelo CRAS, encaminhamento para os benefícios.

Ainda nas falas dos ex-catadores do Aterro, que nos dias de hoje frequentam o CRAS, sobre o acesso ao “fundo do catador” através do cadastro único para programas sociais:

*Pra mim teve melhoria, recebi o fundo mas eu não soube administrar ele (...)
Pelo menos aqui (no aterro de Jardim Gramacho) o pessoal teve essa sorte de colocar a mão no dinheirinhoDeveria ter mais e com valor maior vai ser de boa serventia (...).Com certeza, vai melhorar bastante né ,eu acredito que sim a tendência é essa de melhorar ,não piorar ...o que já foi de pior (em Jardim Gramacho) hoje em dia tem que ser melhor, vai ser bem vindo também ...*

No contexto do plano Brasil sem miséria em recente entrevista no sítio eletrônico da Secretaria Geral da República, por Sant'anna, foi abordada a questão da necessidade de inscrição dos catadores no CadÚnico para programas sociais:

Sant'ana destacou que as prioridades são dirigidas a três grupos diferentes – os catadores dos lixões que tem como principal característica a baixa organização, exclusão quase completa de direitos (estão fora do cadastro único e parte importante sequer tem registro civil); os catadores desorganizados e cooperativos em estágio inicial de desenvolvimento, que têm como característica a precária condição de trabalho, exploração por atravessadores e fragilidade estrutural. Finalmente, o universo das cooperativas em estágio mais avançado de desenvolvimento e que já acessa programas federais, contrata com o poder público, está em condições de solicitar crédito e têm potencial para participar da chamada logística reversa (informação verbal²¹).

A abordagem social com os catadores do CRAS, através do cadastramento coletivo no CadÚnico para programas sociais, realizado no CRAS Jardim Gramacho pode ocorrer, além do recebimento do fundo do catador do AMJG, o encaminhamento dos catadores aos benefícios dos programas sociais.

Podemos dizer que foi o início da participação do estado na inclusão socioeconômica dos catadores no território em questão. A partir da inscrição no CadÚnico para programas sociais, após cumprido os critérios de elegibilidade de renda familiar, pode ser feito o recebimento de benefícios, auxílios e capacitação técnica que a médio e longo prazo fortalecerão esses trabalhadores e as suas organizações. Desse modo:

Ao contar com a participação de atores múltiplos (por exemplo, governo local, empregadores privados, organizações não governamentais e órgãos federais operando no nível local) que trabalham em bases intersetoriais, os projetos de desenvolvimento local integrado podem produzir um impacto mais significativo no cotidiano dos excluídos. (MAZZA et. al., 2004 p.21).

Temos algumas políticas sociais desdobradas em programas sociais para catadores de materiais recicláveis como:

- Pacto pelo Saneamento - realizado no estado do Rio de Janeiro abrange programas como o Lixão Zero, Recicla Rio, subprogramas como o PCSS, CRS entre outros;

²¹ O endereço eletrônico da entrevista é:

<http://www.secretariageral.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2012/10/04-10-2012-governo-federal-reforca-politica-de-inclusao-de-catadores-de-material-reciclavel>

- O Programa Coleta Seletiva Solidária (PCSS) - realizado no âmbito do estado do Rio de Janeiro para assessorar os municípios na elaboração, planejamento e implantação de programas municipais de coleta seletiva solidária, para a gestão integrada de resíduos sólidos, a inclusão socioproductiva dos catadores de materiais recicláveis e a educação ambiental. Observando às leis e normas ambientais, decretos que versam sobre coleta seletiva é um instrumento do programa recicla rio;
- Catadores e catadoras em rede solidária - os objetivos são apoio técnico intensivo aos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) de catadores/as apoio à organização social e política dos/a catadores/as e incentivo à concretização de eco negócios na cadeia da reciclagem formação profissionalizante em economia solidária, gestão e operação de empreendimentos de catadores/as de graus do conhecimento;
- Cataforte – listado no sítio eletrônico do MNCR²², o programa é voltado à estruturação de redes de cooperativas e associações para que estas redes solidárias se tornem aptas a prestar serviços de coleta seletiva para prefeituras, participar no mercado de logística reversa e realizar conjuntamente a comercialização e o beneficiamento de produtos recicláveis;
- Pró Catador - criado por legislação através Decreto nº 7.405, de 23 de dezembro de 2010, regulamentador da PNRS. Ele institui o Programa Pró-Catador, denomina Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis o Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo criado pelo Decreto de 11 de setembro de 2003. Tendo como finalidade de integrar e articular as ações do Governo Federal voltadas ao apoio e ao fomento à organização produtiva dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;
- Bolsa Reciclagem do estado de Minas Gerais – criado pela Lei Estadual n.º 19.823, de 2011 que versa sobre a concessão de incentivo financeiro aos catadores de materiais recicláveis. A bolsa reciclagem é um valor a ser

²² O endereço eletrônico da notícia no MNCR é: <http://www.mncr.org.br/box_2/noticias-regionais/cataforte-3-e-investimento-direto-no-meio-ambiente>

repassado para as associações e cooperativas de catadores, reconhecendo o benefício que esses trabalhadores trazem para a sociedade;

- Bolsa Verde - do governo federal para estados da Amazônia Legal²³ presente cartilha do plano Brasil sem miséria no endereço eletrônico²⁴ do MDS. O nome oficial é Programa de Apoio à Conservação Ambiental trata-se de um benefício financeiro concedido para famílias extremamente pobres que vivem em áreas consideradas prioritárias para a conservação do meio ambiente. Os objetivos do Programa são: incentivar a conservação dos ecossistemas, entendida como sua manutenção e uso sustentável; promover a cidadania; melhorar as condições de vida e elevar a renda da população beneficiária; e Incentivar a participação de seus beneficiários em ações de capacitação ambiental, social, educacional, técnica e profissional;
- Bolsa Verde²⁵ (BVRio) que no âmbito do estado do Rio de Janeiro promovido pela SEA/INEA. A BVRio foi formada para desenvolver um inovador mercado de ativos ambientais que promova a economia verde no Estado do Rio de Janeiro;
- Programa de Ampliação da Coleta Seletiva com Inclusão Social - projeto da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro em parceria com a COMLURB e BNDES lançaram o programa que visa complementar as ações de coleta seletiva por meio dos Pontos de Entrega Voluntária (PEV) (eco-pontos, eco-pneus), educação sanitária e ambiental em escolas e comunidades; apoio às cooperativas de catadores com destaque para as organizações em redes;

²³ Os estados da Amazônia Legal são 9 (nove) : Acre; Amapá; Amazonas; Mato Grosso; Pará; Rondônia; Roraima; Tocantins; e Parte do estado do Maranhão.

²⁴ O sítio eletrônico do MDS o endereço é:
<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2013/janeiro/Cartilha_Brasil-Sem-Miseria-no-seu-municipio.pdf>

²⁵ Idealizada pelas secretarias de Estado do Ambiente (SEA) e Municipal de Fazenda do Rio de Janeiro (SMF). O endereço eletrônico é: < <http://www.rj.gov.br/web/sea/exibeconteudo?article-id=730065>>

- Além dos programas sociais que passaram a assistir o catador de Jardim Gramacho após o cadastramento das famílias de catadores no CadÚnico para programas sociais do governo federal como o: programa bolsa família (PBF), programa renda melhor (complementar ao PBF, pela prefeitura do Rio de Janeiro), programa de erradicação do trabalho infantil (PETI), PROJOVEM adolescente, PROJOVEM urbano (do estado do Rio de Janeiro), programa nacional de capacitação tecnológica (PRONATEC), programa de atenção integral à família (PAIF), Minha Casa, minha vida;

Contudo, os programas sociais da política nacional de assistência social, são por vezes mal interpretados quando veiculado por um discurso criador de estigmas.

A força dos estigmas produziu várias consequências políticas. Primeiro, vetou ou limitou políticas voltadas a reformar os arranjos estruturais que reproduzem a pobreza. Esses arranjos resultam da privação histórica do acesso à terra, à moradia e a oportunidades de capacitação política, econômica e educacional de grande maioria da população brasileira. (BASTOS, P. P. Z., 2013).

Os estigmas são reforçados pelo preconceito com público dos programas sociais, que por muitos são taxados como preguiçosos e/ou acomodados, como também pelo desconhecimento da maioria da população dos objetivos dos programas sociais e os valores de seus benefícios. Neste caso o desconhecimento pode ser generalizado, incluindo o da própria população que seria beneficiária dos programas sociais.

Nos dias de hoje a imagem do catador como pessoa em situação de rua vem se invertendo quando temos em vista as conquistas desses trabalhadores. Temos a partir do final dos anos 90 o surgimento do MNCR - movimento autogestionário que vem ganhando projeção internacional. Assim como as alterações do próprio termo utilizado em escala continental: atualmente eles são chamados “recicladores” na Colômbia e catadores de materiais recicláveis no Brasil em detrimento do termo “catadores de lixo”.

Concluimos então, que o trabalho que vem sendo realizado pelo catador organizado tem obtido um bom retorno. O crescimento da organização conjunta dos catadores vem facilitando a própria luta da organização do movimento nacional, permitindo assim um avanço na proposição de políticas públicas focalizadas nos catadores.

A população em situação de vulnerabilidade social possui direitos que estão pautados na Carta maior da República Federativa do Brasil. Constituindo-se como direitos do cidadão, não se tratando de favor do Estado a sua promoção.

Conforme resultados da pesquisa publicada do livro “Vozes do Bolsa Família – autonomia, dinheiro e cidadania”, em matéria publicada na carta capital, temos uma dimensão desses estigmas criados pela classe dominante e reproduzido por uma sociedade alienada que não reconhece os direitos do cidadão, sobretudo os que se encontram em vulnerabilidade social:

O BF, por sua vez, transfere o registro da pobreza (e sua atenuação) do campo da caridade pessoal para a esfera da responsabilidade institucional e do direito à cidadania substantiva, ou seja, parte do reconhecimento institucional de uma dívida social e inicia o processo de habilitação de cidadãos. É diferente do assistencialismo tradicional porque, primeiro, assegura regularmente o atendimento de necessidades básicas sem as quais qualquer direito à cidadania é puramente formal. Segundo, exige a contrapartida da frequência escolar e, de fato, reduz o trabalho infantil, a repetência e a baixa escolaridade nas famílias beneficiadas, um arranjo central da reprodução da pobreza e subcidadania. Terceiro, a transferência de dinheiro aumenta a responsabilidade individual e confere uma autonomia mínima antes desconhecida pelas mães beneficiárias (informação em sítio eletrônico²⁶).

Esses autores nos falam dos estigmas produzidos pelo discurso de que os beneficiários do programa seriam preguiçosos, ignorando o campo dos direitos sociais como garantias fundamentais para a população brasileira. O que reforça a exclusão social:

A anulação daqueles que são percebidos como diferentes e inferiores constitui uma questão social que atravessa nossa história e continua a ser elemento constitutivo das relações sociais fortemente hierarquizadas e estigmatizadas importantes na nossa sociedade (KOWARICK, 2002, p. 23).

Por vezes existe uma dificuldade da nossa sociedade em entender que o apoio dado pelo poder público não pode ser confundido com uma ação assistencialista, mas sim, como fomento à autonomia do grupo, possibilitando que o mesmo não se torne dependente e que novos grupos possam ser apoiados.

O papel do governo federal é fundamental. Apenas o governo federal pode assegurar tanto a transferência apropriada e eficaz de recursos quanto à boa coordenação de

²⁶ Os autores partem da hipótese que os mitos que culpam o acaso ou os próprios pobres pela pobreza secular herdada legitimam a indiferença dos ricos e humilham os pobres até levá-los à resignação ou, mais raramente, à violência. No Brasil, o predomínio de uma visão liberal que culpa os pobres por sua pobreza tem raízes históricas profundas. Seus antecedentes são os estereótipos que taxaram homens livres e pobres como vagabundos depois da Abolição, e que estigmatizavam o escravo como preguiçoso, leniente, lascivo e que, portanto, só trabalharia sob a coerção mais absoluta. O endereço eletrônico é: <<http://www.cartacapital.com.br/economia/vozes-da-pobreza-1525.html>>

políticas nacionais. Deve-se evitar que uma região seja ainda mais isolada da economia nacional em função de aquisições e de participação inadequadas das autoridades nacionais (MAZZA et. al, 2004, p.21).

Como forma de cidadania, a inclusão dos catadores nesses programas sociais, deve contrariar os que acreditam que formas de apoio e parcerias com o governo são formas de assistencialismo que contribuem apenas para a não inclusão social pelo trabalho.

Essas políticas são, antes, formas de dentro da igualdade social garantida via Constituição Federal, encontrar um meio de tornar desigual (privilegiar o acesso às políticas pelas camadas da população), para então igualar. Sendo assim, ao atender as demandas das minorias, pode-se contribuir para o fim da desigualdade social que atinge a população que se encontra historicamente em situação de vulnerabilidade social, nesta situação encontram-se os catadores.

Conforme revisão bibliográfica realizada, expomos no quadro (07), o marco social e o marco legal das principais ações que foram realizadas no sub-bairro Jardim Gramacho, articuladas com a situação desejável que se resume à aplicação da legislação referente aos catadores materiais recicláveis.

Quadro 07: Marco social do encerramento do AMJG

MARCO SOCIAL	MARCO LEGAL	RESULTADOS (ações da governança no sub-bairro)
Fechamento do Aterro Metropolitano Jardim Gramacho (AMJG - Junho 2012)	<p>Maior aterro da América Latina, caracterizado como um lixão. Funcionou quase 30 anos. Constituição Federal – art. 225.</p> <p>Política Estadual de Resíduos Sólidos, Lei Nº 4.191/2003 no estado do Rio de Janeiro.</p> <p>A PNRS Lei Nº 12.305/2010 prevê a erradicação dos Lixões no Brasil.</p> <p>O PERS/RJ – Política Estadual de Resíduos Sólidos através do Programa Lixão zero do estado do Rio de Janeiro – prevê o fechamento dos lixões até 2014;</p> <p>PNAS – Gestão de políticas sociais – SUAS RJ – CRAS instrumento CadÚnico – Acesso aos programas sociais.</p> <p>Criação de Grupo Gestor para administrar recursos financeiros destinados ao apoio para inclusão social e econômica dos catadores atuantes no Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho publicado no Diário Oficial através da Resolução do Secretário do Estado do Ambiente sob o nº 262 de 13/04/2012;</p>	<p>Ações no CRAS para o Cadastramento coletivo dos catadores no CadÚnico para programas sociais do governo Federal;</p> <p>De maneira pioneira Parcerias entre as esferas Federal, Estadual e Município;</p> <p>Recebimento do Fundo do Catador, em decorrência do encerramento do AMJG;</p> <p>Incubação e estímulo à capacitação técnica, fortalecimento institucional de cooperativas de Jardim Gramacho;</p>

Fonte: estudo de caso de Jardim Gramacho.

Desse modo, alguns catadores de Jardim Gramacho passaram da informalidade ao protagonismo na luta por seus direitos. Temos em Barbosa (2007) que:

Nesse quadro, não se perdem de vista essas conquistas sociais – direito à proteção social e ao trabalho, mas descaracteriza-se o seu sentido político com a ressignificação de elementos fundamentais da tradição de Luta dos trabalhadores. Isso se faz, por exemplo, desgastando a universalização das políticas, retraduzindo-as em programas focalizados e compensatórios, ou transfigurando previdência social em seguro social, como foi iniciado no governo anterior e confirmado na reforma aprovada no governo Luiz Inácio Lula da Silva. Não se abdica da proteção social, como mediação no processo de produção e reprodução social, mas ela é investida de outro significado (BARBOSA, 2007).

O Fórum Lixo e Cidadania do Rio de Janeiro (FNLC) foi criado em 17 de agosto de 2000 se caracterizando como um espaço de articulação e participação da sociedade no âmbito do estado do Rio de Janeiro. Foi através do Festival lixo e cidadania de 2000, que foi conseguido o TAC da Reduc que participou da constituição do polo. Conforme apontado por liderança do Polo de Reciclagem de Gramacho, o FNLC foi fundamental para o fortalecimento de lideranças locais de Jardim Gramacho enquanto movimento social articulado. Conforme indicado por entrevistado (II) da cooperativa (A) do PRG:

O Lixo e Cidadania a gente participa desde o terceiro..., esse ano foi o 12º. Hoje essa estrutura que a gente tá dentro foi conquistada no Fórum. A construção do polo é resultante de uma verba de uma multa aplicada na Petrobras (...)
Então a gente conquistou muita coisa no Festival. O Polo mesmo é resultado de uma dessas idas. (isso foi no começo na época 1999, 2000, 2001).
Essa questão da verba foi mais para ajudar a nossa organização, como instituição, como pessoas, como lideranças. Se a gente não tivesse esse espaço do Polo, essa caminhada, para tá fortalecendo a gente como liderança, para chegar no polo, no centro de referencia.(...)

O Fórum Comunitário de Jardim Gramacho (FCJG) foi consolidado em fevereiro de 2006 com o apoio do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE). Esteve composto por diferentes atores locais: representantes de associações, igrejas, organizações, grupos comunitários e poder público distribuídos em 4 (quatro) GT, à saber:

- GT Educação;
- GT Saúde;
- GT Condições de Vida no sub-bairro;
- GT Geração de Trabalho e Renda;

É importante ressaltar que foi mantida uma estrutura parecida – nas demandas com o processo do encerramento do AMJG, ao longo do ano de 2011 – 2012, quando no sub-bairro Jardim Gramacho atuava constantemente uma governança.

Nos dias de hoje, os programas acessados pelos catadores organizados do Polo de Reciclagem de Gramacho (PRG), estão listados no quadro (08):

Quadro 08: Principais Programas sociais e subprogramas para Catadores de materiais recicláveis

Programas Sociais	Abrangência	Objetivos
Pró Catador	Federal	A legislação aponta que o Programa Pró-catador tem a finalidade de integrar e articular as ações do Governo Federal voltadas ao apoio e ao fomento à organização produtiva dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, à melhoria das condições de trabalho, à ampliação das oportunidades de inclusão social e econômica e à expansão da coleta seletiva de resíduos sólidos, da reutilização e da reciclagem por meio da atuação desse segmento.
Cataforte	Federal	O projeto é voltado à estruturação de redes de cooperativas e associações para que estas redes solidárias se tornem aptas a prestar serviços de coleta seletiva para prefeituras, participar no mercado de logística reversa e realizar conjuntamente a comercialização e o beneficiamento de produtos recicláveis.
Catadores e catadoras em rede solidária	Estadual	Apoio à inclusão socioprodutiva de Catadores e Catadoras no estado do Rio de Janeiro. Surgiu de um convênio entre SEA e a SENAES.

Fonte: sítios eletrônicos: SEA-RJ < <http://www.rj.gov.br/web/sea>>, MDS < <http://www.mds.gov.br/>>, SGR < <http://www.secretariageral.gov.br/>>, MNCR < <http://www.mnrc.org.br/>>, Acesso em 2013.

Destacamos o projeto catadores e catadoras em rede solidária como ponto principal da articulação da coleta seletiva solidária no estado do Rio de Janeiro. A metodologia do projeto de apoio à inclusão socioprodutiva dos catadores e catadoras de materiais recicláveis foi dividida em quatro eixos:

- I. Identificação, cadastramento, sensibilização e mobilização de três mil catadores para a implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos e a participação no projeto;
- II. Fornecimento de capacitação, assessoria e investimentos físicos para a organização dos catadores em Empreendimentos Econômicos Solidários – EES;

III. Criação de seis redes de cooperação, envolvendo os EES apoiados, sendo um em cada região beneficiária do projeto;

IV. Monitoramento e Avaliação (M&A) das ações do projeto.

O projeto vem sendo executado por meio da parceria estabelecida entre a SEA/RJ, o Pangea– responsável pelos três primeiros eixos – e a FGV Projetos – responsável pelo eixo final, de Monitoramento e Avaliação. (SEA/RJ, 2013).

O Polo de Reciclagem de Gramacho faz parte do projeto CRS e tem se apresentado como peça fundamental para a formação das seis redes locais, nosso caso a rede da baixada fluminense²⁷. O CRS até o presente momento está atendendo 41 municípios cadastrados.

²⁷ Área beneficiária do projeto CRS formando Uma das seis centrais de reciclagem, a baixada fluminense é composta pelos seguintes municípios cadastrados: Belford Roxo; Duque de Caxias; Guapimirim; Itaguaí; Japeri; Magé; Mesquita; Nilópolis; Nova Iguaçu; Paracambi; Queimados; São João de Meriti; Seropédica;

4. O POLO DE RECICLAGEM DE GRAMACHO

Situado no sub-bairro de Jardim Gramacho, o Polo foi articulado a partir das parceiras da governança . A sua principal função foi a absorção da massa de trabalhadores oriundas do AMJG. O Polo de Reciclagem de Gramacho surgiu das iniciativas dos atores sociais envolvidos no processo de encerramento do AMJG.

A Secretaria de Estado do Ambiente (SEA) deu início, em 2012, ao processo de sua instalação. Serão aplicados R\$ 3,5 milhões para implantação do polo, com recursos oriundos da Petrobras²⁸ (PERS-RJ, 2013).

O processo de criação do Polo incluiu as articulações de uma OSCIP, representante da sociedade civil e das lideranças de catadores de JG, com o governo do estado do Rio de Janeiro, através da SEA – motivada pelas iniciativas previstas no programa Lixão Zero - em decorrência do encerramento do AMJG. Ainda no processo de fechamento do Aterro, quando aconteceu o cadastramento dos catadores no CadÚnico para programas sociais, outras ações ocorreram como o preenchimento de um questionário sobre a inclusão dos catadores pela OSCIP – Pangea – Centro de Estudos Socioambientais.

A seguinte pergunta foi feita: (*Quem gostaria de trabalhar com a reciclagem após o fechamento do Aterro?*). Com isso, a capacidade do espaço foi estipulada, um total de 500 Catadores quando totalmente construído.

Desse modo, em agosto de 2012, foi firmado um convênio para implantação do Polo, entre a SEA, Petrobras (através da Refinaria de Duque de Caxias) e a OSCIP – Pangea. Com um terreno de Cerca de 41.000 metros quadrados, em processo de ser cedido pelo governo, construído com apoio de recursos do fundo FECAM²⁹, a estimativa é que sejam construídos 10 galpões.

²⁸ Ainda à destinação do recurso pela Petrobras faz parte de um item de um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) firmado em outubro e 2011, entre a SEA e INEA e a companhia.

²⁹ O Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano (FECAM) foi criado pela Lei 1060, de 10 de novembro de 1986, alterado pelas leis nº 2575, de 19 de junho de 1996 e Lei Nº 3520, de 27 de dezembro de 2000; e Lei Nº 4143, de 28 de agosto de 2003; o “fundo FECAM” possui o objetivo de atender às

No presente momento existem 2 (dois) galpões em construção com 640 m² cada um, faltariam 8 (oito), a serem construídos ao longo dos anos de trabalho. A construção dos galpões tem envolvido as articulações com a Petrobras, que está participando o projeto, através de recursos de um TAC da Refinaria Duque de Caxias, que fica no 2º Distrito - Campos Elíseos, próximo à Gramacho.

Inaugurado em 22 de novembro de 2013, o Polo de Reciclagem de Gramacho (PRG), entrou em funcionamento, ainda em plena articulação para obter toneladas de materiais recicláveis de empresas como a COMLURB, Reduc.



Figura 16: Inauguração do Polo de Reciclagem de Gramacho. Fonte: Jorge Pinheiro, 2013.

No projeto de construção do Polo estiveram presentes 4 (quatro) cooperativas:

- ✓ Coopergramacho (fundada desde novembro de 1996);
- ✓ Cooperjardim (fundada em 2010);
- ✓ Coopercaxias (criada em 2011, oficializada em 11 de novembro de 2012);
- ✓ Coopercamj (fundada em 2011)

necessidades financeiras de projetos e programas ambientais e de desenvolvimento urbano em consonância com o disposto no parágrafo 3º do artigo 263 da Constituição Estadual do Rio de Janeiro.

- ✓ No espaço de uma associação à ACAMJG (Associação de Catadores do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho).

As atividades no Polo foram iniciadas com 12 (doze) cooperados por cooperativa, incluindo o espaço onde atua à ACAMJG, associação que abriga todos os catadores e catadoras do aterro de Jardim Gramacho.

Segundo entrevistado (a) (II) da cooperativa (D) do Polo de Reciclagem de Gramacho:

Para as cooperativas de trabalho com catadores de materiais recicláveis de Gramacho, o polo é uma tentativa de por força juntar, se unir e vender em redes.

Para a trabalhadora do polo, a falta de conhecimento das ações gerou a insatisfação no ex-catador do AMJG, no período entre o fechamento do Aterro e início de funcionamento do polo (período que totalizou um ano) dos que não haviam ingressado no recente processo.

A maioria dos catadores presentes hoje no Polo de Reciclagem de Gramacho trabalhou no interior do aterro. Nos dias de hoje, tratam-se de trabalhadores que buscam inserção no mercado de trabalho da reciclagem em cooperativas e associações que fazem parte do citado polo. Atualmente no território de Jardim Gramacho as organizações de catadores estão participando deste momento de transição da informalidade para a tentativa de inclusão, na gestão compartilhada dos resíduos sólidos.

Em Barbosa (2007) temos algumas críticas à economia solidária como política pública valendo-se de forças sociais em posição desigual no mercado de trabalho pois se por um lado, o estado atua no sentido de evitar o controle social da produção e faz isso impondo a contraditória relação entre iguais que são livres, o que garante a eficácia da força de trabalho no processo de exploração. Para isso, há uma estrutura legal que normatiza essa relação de forças desproporcional como equivalentes. Opera-se assim o despotismo no trabalho, com salvaguarda estatal para a propriedade – meios de produção e produto – e controladores. Por meio do aparato estatal, também se normatiza e garante a articulação das unidades econômicas até a formação de monopólios.

4.1 O processo de implantação do Polo de Reciclagem: a percepção dos catadores

Os entrevistados ressaltam o caráter inovador do processo de encerramento do AMJG.

A participação nos programas sociais foi apontada como um fator fundamental de inclusão econômica no sub-bairro Jardim Gramacho, sendo realizado pelo apoio da governança. Conforme expõe entrevistado (I) da cooperativa (A) do Polo de Reciclagem de Gramacho (PRG):

*Eu mesmo fiz um curso do SENAI, todo mundo fez curso aí a maioria das pessoas que estava interessada pelo CRAS, que tinha que se cadastrar direitinho, as pessoas ligavam para o seu telefone e você comparecia.
Por exemplo, tem uma sala de informática, eu fiz um curso de montagem e desmontagem de computador
Se tiver para poder fazer numa CPU eu já conheço alguma coisa para se fazer, já não precisa pagar alguém para poder vim mexer com isso entendeu?*

Todo apoio foi garantido desde o encerramento do aterro até a construção do Polo. O CRAS foi um órgão que ofereceu apoio contínuo e ininterrupto a todos os catadores do território de Jardim Gramacho, inclusive nos dias de hoje, acontecem reuniões mensais nos Grupos de Catadores com finalidade de resgate de autoestima, socialização destes catadores oriundos do aterro encerrado e que não ingressaram no PRG.

O Recebimento da parcela do fundo do Catador, por exemplo, foi inovador, já que os lixões serão obrigados a fechar até 2014. Assim como no âmbito do estado do Rio de Janeiro com o programa Lixão zero, não é previsto em lei que tenha que haver alguma compensação ao Catador. Acreditamos que deva ser uma pauta de discussão para a inclusão do tema indenização, assunto que vem sendo discutido através da luta do MNCR:

Ainda na fala do entrevistado (II) da cooperativa (A) do Polo de Reciclagem de Gramacho:

Quando a gente começou isso tudo, em 1998, a gente brigava por conquistar direitos que a gente nunca imaginou. A conquista do Fundo dos Catadores mesmo é uma coisa inédita em todo o Brasil.

Sabemos que o trabalho desenvolvido pelo catador oferece grande benefício à natureza e a sociedade, e até hoje não se tem a obrigatoriedade de pagamento por esse serviço prestado por essa categoria de trabalhadores.

As diretrizes para a inclusão do tema já são apontadas por autores em política pública que discutem maior participação do governo e responsabilidade por serviços da sua competência.

Esperamos que ocorram iniciativas num futuro próximo, contemplando um modelo de fundo para o catador originário dos aterros que irão fechar. O MNCR tem papel fundamental nesta discussão de que seria melhor o direito conquistado e um dever cumprido pelo governo e/ou responsáveis pelos aterros em questão. Conforme indicado por entrevistado (II) da cooperativa (A) do PRG:

A gente está buscando entendimento para que aconteça agora em Gericinó no aterro de Bangu, mas a gente tá com muita dificuldade. Porque a gente já vinha costurando isso há um bom tempo né. Seria interessante se ao invés de a gente ficar conquistando esses resultados (.....) igual foi aqui a gente queria que se tornasse uma lei a nível estado , a nível nacional que aí garantiria a todos os companheiros de todos os aterros que a gente tem no Brasil porque a gente sabe que a inclusão social e econômica nem sempre é garantida como foi aqui.

4.2 Dificuldades enfrentadas e avaliação do processo de implantação do Polo

Os entrevistados apontam três grandes dificuldades no processo de mais de um ano, entre o encerramento do aterro até a implantação e efetivo funcionamento do Polo:

- I. O início da construção do polo – devido aos fatores climáticos nos meses de janeiro e fevereiro de 2013 - as chuvas intensas na região;
- II. O Licenciamento ambiental – a licença de operação;
- III. Assim como a inexistência de efetividade nos programas de Coleta Seletiva Solidária no município de Duque de Caxias;

O enfrentamento com o poder paralelo também foi mencionado como tentativa de impedimento à constituição do Polo. Segundo entrevistado (II) da cooperativa (A)

A gente sofreu pressão de tudo quanto é tipo, uma dos piores foi a do poder paralelo, mas a gente conseguiu passar bem por isso.

Não sendo novidade à tentativa de influência destes na implantação do polo. Presente também nas falas de catadores desde a época de funcionamento do Aterro. Apontado em diversos trabalhos sobre a área de estudo, o enfrentamento com o poder paralelo sempre foi uma constante no sub-bairro de Jardim Gramacho, e em alguns momentos, tentava influenciar até mesmo as ações e decisões a serem tomadas até mesmo nas cooperativas que funcionaram no aterro.

O Estado, na presença das instituições citadas ao longo do trabalho, basicamente se fez presente no processo de fechamento do AMJG e podemos dizer que este recuperou ou no mínimo passou a permear as relações de poder no território de Jardim Gramacho. Ao tentar uma inclusão social e econômica do catador de Gramacho, o resgate da dignidade, prestígio e alguma relação de confiança e/ou estabilidade passam a surgir entre as relações da sociedade civil no sub-bairro (representado pelos catadores e suas famílias) e o Estado (na materialização do CRAS no território).

A gestão dos resíduos sólidos em meio urbano, com a coleta seletiva, geram possibilidades de um desenvolvimento incluyente que possa “garantir a participação de todos os atores envolvidos (trabalhadores, empregadores, o Estado e a sociedade civil organizada)” (SACHS, 2004).

Segundo IBGE na PNSB (2008) existiam no país 994 (18%) municípios com coleta seletiva, sendo 653 municípios (66%) que a praticavam em parceria com catadores organizados em cooperativas e associações. Em 279 municípios, os catadores atuavam de forma independente (BESEN, R., 2011, p. 22).

A consolidação de um sistema de coleta seletiva é uma reivindicação pública quando em 2006 foi criado o fórum comunitário de Jardim Gramacho (FCJG). A partir da constituição do polo foi realizado estudo gravimétrico da geração de lixo no município de Duque de Caxias sendo encontrados os bairros: Vila São Luís, Laureano, Jardim Gramacho e Olavo Bilac, como potenciais geradores que poderiam fazer parte da coleta seletiva – porta a porta - pelo PRG. Há a alternativa de que os núcleos descentralizados de cada um dos 4 (quatro) distritos de Duque de Caxias tenha um grupo de catadores (as) realizando a coleta, o

bairro Gramacho está situado no primeiro distrito, responsável por levar o material reciclável para o Polo de Beneficiamento e Comercialização de Recicláveis.

Entre as principais dificuldades de sobrevivência das organizações estão à efetividade dos programas de coleta seletiva nos municípios. É preciso que haja parceria entre os atores sociais catadores e os municípios.

Uma das premissas da sustentabilidade de programas municipais de coleta seletiva em parceria com organizações de catadores definidas por Besen (2007) como sendo ideais, deve contemplar:

- A inserção da coleta seletiva como etapa da Gestão integrada de Resíduos Sólidos Urbanos no sistema de Limpeza Urbana do município.
- A existência de instrumento legal/jurídico que estabeleça o vínculo e as regras entre as partes envolvidas;
- A remuneração pelo serviço prestado pelas organizações, como parte do sistema de gerenciamento de resíduos sólidos urbanos, proporcional à quantidade de resíduos coletada e triada;
- A existência de programa de Educação ambiental e de divulgação de informação à sociedade, visando aumento do grau de adesão à coleta seletiva, com qualidade na segregação de materiais;

No caso de Jardim Gramacho, o município de Duque de Caxias dispõe do Decreto nº 5.623, de 19 de junho de 2009 que versa sobre coleta seletiva, mas não tem posto em prática a CSS. Dificultando assim o trabalho do catador já organizado num polo em plena condição de receber material reciclável para comercialização.

O Polo de Reciclagem de Gramacho visa consolidar a coleta seletiva junto à prefeitura de Duque de Caxias – através de um projeto de coleta seletiva com recebimento pela prestação de serviço. Permanecem as negociações sem, ainda, até o presente momento ser alcançado os objetivos da proposta.

Conforme fala do entrevistado (I) da cooperativa (C) do Polo de Reciclagem de Gramacho que aponta para a grande dificuldade para o seu funcionamento:

E também receber material reciclável coleta seletiva em Caxias. Tem que depender do rio para mandar material para aqui.

Os resíduos recebidos e a negociação advêm das parcerias estabelecidas pelas cooperativas pertencentes ao polo. Os principais doadores de material são – Reduc, Rio Cenário, Inmetro e morada do sol.

O governo federal por meio comitê interministerial – estabeleceu geração de postos de trabalho para cooperativas e associações de catadores, através do investimento de milhões, postos de trabalho para a organização, capacitação/profissionalização com recursos não reembolsáveis de ministérios, da Petrobrás, Banco nacional de desenvolvimento social (BNDES) e da Fundação Banco do Brasil (FBB).

O Programa Cataforte³⁰ teve início em 2007 é resultado das reivindicações e negociações diretas do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) e o Governo Federal com diversas parcerias de órgãos que trabalhavam separadamente o mesmo tema em uma única iniciativa reunindo a Secretaria Geral da Presidência da República, Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Trabalho e Emprego, Fundação Nacional de Saúde do Ministério da Saúde, Banco de Desenvolvimento Econômico e Social, Banco do Brasil, Fundação Banco do Brasil e a Petrobrás. Visando o fortalecimento das organizações sociais e produtivas, das suas formas de autogestão e dos empreendimentos econômicos solidários. Com o sucesso das primeira e segunda edições do programa, que focaram níveis distintos, desde a organização em cooperativa até o trabalho cooperativo em redes de comercialização e logística, o Projeto Cataforte, que buscou dar seguimento às ações traduzidas por investimentos na estruturação logística das redes de comercialização, com ênfase na aquisição de veículos para a realização de coleta, transporte e comercialização de materiais recicláveis, além de capacitações em logística para lideranças e para catadores das cooperativas integrantes das redes e assistência técnica para a elaboração de planos de logística executáveis para essas redes. (informação em sítio eletrônico³¹).

O Polo de Reciclagem de Gramacho (PRG) participa deste programa, tendo alcançado a conquista do edital 2013 – da terceira edição do programa, através das parcerias de cooperativas do polo com a rede movimento, formada por cooperativas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Para liderança dos catadores integrante da cooperativa (A) do PRG, houve equívoco na execução do programa nas duas primeiras edições (I e II). A execução do programa teria acontecido sem a devida participação do MNCR, havendo o desencaminhamento da proposta original. No entanto, na terceira fase do programa Cataforte III o MNCR volta à execução do

³⁰ O Cataforte é uma parceria entre a Secretaria Geral, Fundação Banco do Brasil, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério do Meio Ambiente, Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Petrobras e Banco do Brasil.

³¹ O endereço eletrônico é: <<http://www.secretariageral.gov.br/cataforte>>

programa direcionando os recursos para as necessidades reais dos catadores organizados em redes.

O CRS é também apontado como o programa voltado para o catador capaz de promover a articulação necessária entre redes no âmbito do estado do Rio de Janeiro. Capaz de trazer avanço aos programas de coleta seletiva solidária e a organização em redes. Um dos indicadores de sustentabilidade de Besen (2007) aponta “a existência de política pública e de mecanismos de incentivo que induzem à autonomia das organizações de catadores”.

Entre as dificuldades do processo de implantação do polo, temos o início da construção do polo – devido aos fatores climáticos nos meses de janeiro e fevereiro e as chuvas intensas na região, conforme exposto na fala do entrevistado (I) da cooperativa (C):

*Primeiro foi a Chuva que é uma coisa que a gente não tem como brigar (...)
Choveu muito em janeiro e a obra atrasou muito!
E agora tem o prefeito que não quer liberar a licença pra gente de jeito nenhum.
Está num atraso do caramba, um atraso (...)*

O licenciamento ambiental é instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) – A Resolução CONAMA 01/86 indica as atividades efetivas ou potencialmente poluidoras, definido por Resolução CONAMA 237/97 o licenciamento ambiental é um procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental.

Nos dias de hoje o licenciamento ambiental é normatizado pela lei complementar 140/2011, na qual os principais objetivos se resumem à: III - harmonizar as políticas e ações administrativas para evitar a sobreposição de atuação entre os entes federativos, de forma a evitar conflitos de atribuições e garantir uma atuação administrativa eficiente;

O licenciamento ambiental possui três fases: – licença prévia (LP), licença de instalação (LI) e licença de operação (LO) – no caso do PRG o licenciamento das suas atividades seria competência do município de Duque de Caxias. No entanto, os catadores do Polo encontraram dificuldades para obter a licença de funcionamento (LO). A licença de operação foi concedida pelo Governo do Estado, através de órgão ambiental capacitado, que possui competência pontual para licenciar no caso do PRG.

Recentemente no âmbito do estado do Rio de Janeiro, somente após a inauguração do PRG, o licenciamento para este tipo de atividade foi aprovada à resolução CONEMA nº 56 de 13 de dezembro de 2013 – ela garante a inexigibilidade de licença para as associações e cooperativas de catadores operarem os centros de triagem de recicláveis se aplica às atividades e empreendimentos classificados como sendo de porte mínimo ou pequeno com até 100 trabalhadores, organizados legalmente em forma de associação ou cooperativa autogestionária com sistema de rateio.

Havendo o maquinário (conforme figuras 17 e 18) e espaço pronto para trabalho a estrutura física do PRG se apresenta hoje com: 8 (oito) prensas, carrinho de fardo, (2) duas mesas de separação, (1) uma esteira, 4 (quatro) carrinhos de lona ou bag e (1) uma balança. Além de (um) caminhão com motorista.



Figura 17: Maquinário no galpão do Polo de Reciclagem de Gramacho. fonte: a autora, 2013.

A questão da licença de operação foi apontada como o maior desafio para início do funcionamento do polo. Conforme fala do entrevistado (II) da cooperativa (A):

A maior dificuldade de todas mesmo foi à questão do licenciamento, a liberação para funcionar.

A gente ficou 3 meses indo 4 meses parado com tudo pronto pela questão do licenciamento.que a prefeitura de Caxias não cedeu, queria cobrar 180 mil reais, um governo que nada fez, que não se movimentou, o município de Caxias ficou alheio a toda essa movimentação, o município de Caxias cruzou os braços na gestão passada e nessa tentou dificultar ao máximo.

As tendências com o polo entrando em funcionamento é quase unânime na opinião dos catadores lideranças do PRG sobre as dificuldades do trabalho em rede. Conforme catador entrevistado (II) da cooperativa (A):

A gente já está acostumada a trabalhar em conjunto, aqui no RJ, a gente trabalha junto com a cooperquitungo junto com a reciclar para viver.

Eu não vejo como dificuldade não.

Eu vejo como uma questão de adaptação

Adaptação para a gente não é uma palavra...difícil ou indecifrável

Eu não vejo dificuldade!

Nós catadores de gramacho a gente é acostumados a adaptação as dificuldades.

No momento, no início é mais uma questão de adaptação, como o tempo já estamos acostumados.

Tenho certeza que a gente vai virar excelência.

O catador, em sua trajetória de luta diária por sobrevivência, é sempre acostumado a driblar as dificuldades encontradas pelo caminho, e o árduo trabalho da catação é quase sempre encarado de forma positiva por esses profissionais. Observado através da exposição do entrevistado (I) da cooperativa (A):

Eu no meu ver, eu não acho dificuldade nenhuma. E a gente Já tivemos um curso de capacitação em relação de trabalho né dentro do galpão né

Eu acho que cada um assumindo seu cargo e respeitando um ao outro, não tem problema nenhum.

Eu não vejo dificuldade em nada de trabalho...é só ter organização. se organizar , botar as coisas para andar.

Cada um no seu setor, organizando direitinho, a gente vai em frente.

Eu não vejo dificuldade em relação a trabalho.

O otimismo quanto ao trabalho no polo e a consequente organização em Redes, em princípio em dois galpões, está presente nas exposições do entrevistado (II) da cooperativa (A):

A questão de adaptação no início, né. naquela coisa ali de trabalho coletivo, aquele trabalho parado na esteira, perder um pouco aquela mobilidade, aquela agitação, aquela disputa, aquele individualismo que era no aterro. É mais uma questão de adaptação.

Até as pessoas já fizeram a capacitação e tudo...a capacitação para o trabalho no polo.



Figura 18: foto do galpão do Polo de Reciclagem de Gramacho fonte: Carla Salomão, 2013.

Os depoimentos (entrevistado II – cooperativa C) vão exatamente nesta direção mesmo quando traduzem as possíveis dificuldades no trabalho em rede:

A dificuldade que vai ter as 4 cooperativas juntas vai ser o povo se habituar as regras né , porque o catador em si ele não tinha regra.(...) Então desde o momento que se montou o polo, nós aqui temos uma regra, temos que cumprir aquilo , tudo direitinho , que está dentro do manual do estatuto da cooperativa. Aí vai ter um pouco de dificuldade, mais eu creio que vão tudo chegar no eixo.

A gestão do polo vem sendo feita de forma democrática com participação política dos cooperados em reuniões frequentes, das lideranças do polo de 15 (quinze) em 15 (quinze) dias ou sempre que necessário. Dessa forma aponta para o indicador de sustentabilidade “gestão de participação democrática” que contribui para ajuste de possíveis erros e garantir o sucesso das organizações em rede.

CONCLUSÕES:

Os catadores vêm, ao longo dos anos, buscando a subsistência através da catação e separação de material reciclável para a sua negociação e venda. Eles encontram na baixa capacidade de organização um empecilho, assim, como tantos outros associados à gestão dos resíduos sólidos urbanos e ao trabalho com a reciclagem.

No mercado da coleta e reciclagem de resíduos sólidos urbanos, o catador é a parte mais frágil da cadeia produtiva, onde a sua atividade está sujeita as oscilações do mercado e a um retorno financeiro, por muitas vezes pouco justo.

Estima-se cada vez mais a inclusão dos catadores nas ações da cadeia da reciclagem. Via legislação socioambiental este ator adquire grande importância no processo, encontrando os subsídios que visam permitir a valorização deste profissional, através de uma inserção social legítima na cadeia, que não seja apenas na ponta, sendo equiparada, pelo menos pela lei, a ação e posição de outros atores sociais da cadeia produtiva da reciclagem.

Por sua vez, a Lei Nº 12.305/10 veio formalizar a participação de entidades de catadores no sistema de gestão municipal de resíduos sólidos. Com isso, o pleno cumprimento da legislação socioambiental referente aos catadores de materiais e a coleta seletiva solidária deveriam responder as necessidades dos catadores organizados, garantindo a inclusão social, através do seu trabalho.

Entretanto na área do AMJG a participação dos catadores no processo de encerramento do aterro com a construção de uma governança foi fundamental para o trabalho de tentativa de inclusão social catador de Gramacho. A participação em programas sociais do governo federal também teve importante papel no processo de inclusão econômica do catador de Gramacho sendo aceito por parte dos catadores.

Mesmo não sendo a situação ideal de que as políticas sociais tenham que ser restringidas a políticas emergenciais de compensação, as ações de inclusão em programas sociais continuam sendo alternativas que injejam uma inclusão econômica, ainda que falte muito para que isto ocorra, também no caso de Jardim Gramacho.

Acreditamos que as políticas de inclusão social deveriam ser efetivas e continuadas, independentes de governos e/ou conjunturas políticas.

Ainda assim, as políticas sociais estabelecidas em leis tais como a Política Nacional de Resíduos Sólidos e a Política Nacional de Assistência Social – tem encontrado instrumentos que são uma proposta de centralização no mapeamento e organização dos beneficiários conforme é o CadÚnico para programas sociais enquanto cadastrado nacional unificado.

Podemos observar que o acesso às políticas sociais pelas populações de baixa renda, tende a ser via programas sociais. A inclusão dos catadores nos programas sociais possibilita uma garantia mínima de inserção desses atores nas novas parcerias estabelecidas com o setor público. Tendo em vista que o acesso aos programas sociais possibilita um aumento na renda individual do catador beneficiado, conseqüentemente contribui para a sustentabilidade socioeconômica e sobrevivência das organizações quando estas também passam a acessar programas que estão voltados para os catadores organizados.

Algum grau de autonomia pode ser alcançado ao participar desses programas sociais, seja com o recebimento de auxílios financeiros e/ou capacitação técnica, até que seja estabelecida a estruturação, não só dos catadores como também das organizações das quais fazem parte.

Os objetivos da pesquisa foram alcançados eles consistiram na descrição do processo de encerramento das atividades do AMJG e do processo de criação e implantação do PRG.

A principal dificuldade encontrada ao longo caminho consistiu na possibilidade de não haver viabilidade de alcance de objetivos específicos da pesquisa. Por tratar-se de ações dinâmicas que envolviam articulações, consenso dos atores sociais e o pioneirismo/ineditismo no encerramento do maior aterro da América Latina. Foram abertos espaço para dúvidas se os objetivos de acompanhamento do encerramento do aterro até o estabelecimento do polo seriam atingidos em tempo de produzir o cenário da presente pesquisa.

Nos tempos finais do AMJG, a atuação dos atores sociais no sub-bairro Jardim Gramacho, as reuniões e ações do governo, foram fundamentais para o encerramento como uma via de inclusão social pelo trabalho. Observamos o protagonismo dos atores sociais catadores como o principal fator de sucesso na conquista do encerramento do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho e na constituição do Polo de Reciclagem de Gramacho.

Deve-se ressaltar ainda que a trajetória política dos atores sociais catadores da região chamou a atenção para a nossa área de estudo, atraindo esforços para a região. O sub-bairro Jardim Gramacho esteve esquecido durante anos caracterizando-se como uma área de

degradação socioambiental. Destacamos Jardim Gramacho por ter tido o maior aterro sanitário da América Latina. Foram mais de 30 anos de exploração econômica do lixo, sem a devida atenção de um estado mais preocupado em livrar-se do lixo vindo da RMRJ.

O caso de Jardim Gramacho representa um modelo que pode ser seguido em outras áreas de lixão em processo de encerramento. Dependendo das características locais pode ser reproduzido à medida que tenham atores sociais engajados, lideranças de catadores que sejam fortes nos movimentos sociais, que possuam anos de participação política e trajetória similar a de Jardim Gramacho, que iniciou seu processo de encerramento e reconhecimento muito tempo antes do seu efetivo encerramento.

A partir da inauguração do Polo de Reciclagem de Gramacho, quando encerramos a presente pesquisa, observamos que ainda há diversos temas a serem estudados na área. Ficarão para a posteridade estudos sobre o andamento do polo com as diversas questões que merecem ser exploradas nesta área de estudo. Incluindo aquelas que visam o contexto do estado do Rio de Janeiro, a coleta seletiva solidária, as redes solidárias e a inclusão do catador na Gestão compartilhada de Resíduos sólidos.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? – Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** (6ª. ed.). Campinas, SP: Cortez, 1995, 200 pág.
- BAIRD, C. & CANN **Química Ambiental** Editora: Bookman 4ª Ed. 2011.
- BARBOSA, R. N. C. **A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil.** São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007 315 pág.
- BARBOSA, R. N. C. & SILVA, A. A. da **A questão ambiental e o trabalho no lixo** disponível em :
<http://www.historiagora.com/dmdocuments/Questao_Ambiental_e_o_lixo.pdf> Acesso em: 30 out. 2013.
- BASTOS, V. P.; ARAÚJO, M. S. **Possibilidades e limites do trabalho de organização dos catadores de lixo do aterro metropolitano de Jardim Gramacho.** Rio de Janeiro, 1998.
- BASTOS, V. P. **Catador: profissão: um estudo do processo de construção identitária do catador de lixo ao profissional catador. Jardim Gramacho, de 1996 aos dias atuais.** Tese de Doutorado em Serviço Social – PUC/RJ, Rio de Janeiro, 2008. 196 f.: il.
- BASTOS, V. P. **CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: excluídos ou beneficiários das políticas sociais?** (no prelo), 2012, 8 p.
- BASTOS, P. P. Z. **Contra o estigma da pobreza. Sítio eletrônico da Carta Capital.** Disponível em:<<http://www.cartacapital.com.br/economia/vozes-da-pobreza-1525.html>>. Acesso em: 26 set. 2013.
- BEHRING, E. R. & BOSCHETTI, I. B. **Política Social: fundamentos e História.** São Paulo: Cortez, 2007 2ª edição 213 pág.
- BESEN, G. R. Programas municipais de coleta seletiva em parceria com organizações de catadores na Região Metropolitana de São Paulo. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Saúde Pública. São Paulo: USP, 2006.
- BESEN, G. R. Coleta seletiva com inclusão de catadores construção participativa de indicadores e índices de sustentabilidade. Tese de Doutorado. Faculdade de Saúde Pública. São Paulo: USP, 2011.

BNDES – BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO - Análise das diversas tecnologias de tratamento e disposição final de resíduos sólidos urbanos no Brasil, Europa, Japão e Estados Unidos – (org) FADE/UFPE – Fundação de apoio ao desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco disponível em: <http://www.tecnologiasresiduos.com.br/secao/publicacao/>> Acesso em: 30 out 2013.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. Decreto N° 5.940 de 25 de outubro de 2006. Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos públicos, na fonte geradora e sua destinação as associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis.

BRASIL. Decreto N° 40.645/07 de 08 de março de 2007. Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública estadual direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis.

BRASIL. Lei n° 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei N°. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.

BRASIL a. Decreto n°. 7404 de 23 de dezembro de 2010. Regulamenta a Lei N° 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, e dá outras providências.

BRASIL b. Decreto N° 7.405, de 23 de dezembro de 2010. Institui o Programa Pró-Catador, denomina Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis o Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo criado pelo Decreto de 11 de setembro de 2003, dispõe sobre sua organização e funcionamento e dá outras providências.

BRASIL. Lei N° 12.690, de 19 de julho de 2012. Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho - PRONACOOP; e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei N° 5.452, de 1° de maio de 1943.

BRASIL. portaria Nº 350, DE 3 DE OUTUBRO DE 2007 que Dispõe sobre a celebração do Pacto de Aprimoramento da Gestão dos Estados e do Distrito Federal no contexto do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único.

CAMPOS, H. K. T. **Resíduos Sólidos e Sustentabilidade: o papel das instalações de recuperação** Dissertação de Mestrado, Centro de Desenvolvimento Sustentável. Brasília: UNB, 2013. 235 p.: il.

CASTELLS, M. & BORJA, J. As Cidades como Atores Políticos. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n.º 45, julho, 1996.

COMISSÃO Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro. FGV, 1988.

DAGNINO, R. De S. & DAGNINO, R. P. **Políticas para inclusão social de catadores de materiais recicláveis** disponível em: <
<http://www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADAESP2011/04DAGNINOESP2011.pdf>> Acesso em: 20 Out. 2013.

DEMAJOROVIC, J., BESEN, G. R. & RATHSAM, A. A. **Os desafios da gestão compartilhada de resíduos sólidos face à lógica do mercado** Disponível em:<
http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT11/jacuques_demajorovic.pdf >
Acesso em: 20 out 2013.

DIAS, S. M. **TRAJETÓRIAS E MEMÓRIAS DOS FÓRUMS LIXO E CIDADANIA NO BRASIL: Experimentos Singulares de Justiça Social e Governança Participativa**. Tese de Doutorado, programa de pós graduação em ciência política. Belo Horizonte, UFMG, 2009, 195 pág.

FONTOURA, H. A. **Tematização como proposta de análise de dados na pesquisa qualitativa**. UERJ, 2011. pp. 1-19.

GASPAR, F. **Direito ambiental positivo: comentários à legislação, doutrina e mais de 200 questões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. 368 p.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

GOFFMAN, E. **Estigma e identidade social**, 1988.

GOMES, L. C. M. A cooperativa de catadores de materiais recicláveis de Jardim Gramacho - Coopergramacho: uma nova identidade social a partir do trabalho cooperativo. Disponível

em: <http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/brasil/09_504.pdf> Acesso em: 30 out. 2013.

GONÇALVES, A. O conceito de governança. *In: ENCONTRO DO CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO*, 2005, Florianópolis. *Anais Florianópolis: Fundação Boiteux*, 2006.

IETS - INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. Diagnóstico socioeconômico de Jardim Gramacho. Rio Janeiro, 2011. Disponível em: <www.observatoriodasmetroles.net> Acesso em: 20 out. 2013.

IBGE - FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2000/2008.

IBGE - FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Síntese de Indicadores 2006.

JACOBI, P. Políticas Sociais e Ampliação da Cidadania. Rio de Janeiro, Ed. Fund. Getúlio Vargas, 2002.

JACCOUD, L. **Proteção Social no Brasil: Debates e Desafios**. Brasília, IPEA, 2007.

JANCZURA, R. **Risco ou Vulnerabilidade social**. *Textos & Contextos* (Porto Alegre), v. 11, n. 2, p. 301 - 308, ago./dez. 2012.

JUNCÁ, D. C. de M. **Mais que Sobra e Sobrantes: Trajetória de Sujeitos no Lixo**. 2004. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação Saúde do Trabalhador. Fundação Oswaldo Cruz, ENSP. Rio de Janeiro, 2004.

KOWARICK, L. Viver em risco: sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano. *Novos Estudos*, n.63, São Paulo, jul 2002.

LAJOLO, R. D. **Instituto de Pesquisas Tecnológicas/Sebrae** – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, 2003.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LAJOLO, R. D. **Cooperativa de catadores de materiais recicláveis – guia para implantação**. São Paulo: Cempre/ipt/Sebrae, 2003.

LAKATOS, E. M. & MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ªed. São Paulo: Atlas, 2003. 311 p.

- LALANDE, A. **Vocabulário técnico e crítico da Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- LESBAUPIN, I. **Poder local x exclusão social: a experiência das prefeituras democráticas no Brasil**. Petropolis, RJ: Vozes, 2000. 102 p.
- MACHADO B. *et. al.* **A importância social e econômica da implementação de cooperativas de materiais recicláveis**. *In: XXVI ENEGEP – Fortaleza CE, Brasil, 09 a 11 de Outubro de 2006.*
- MEDEIROS, L. F. R de & MACÊDO, K. B. **Catador de material reciclável uma profissão para além da sobrevivência?** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v18n2/08.pdf>> Acesso em: 21 out. 2013.
- MANZATO, A. J. & SANTOS, A. B. A elaboração de questionários na pesquisa quantitativa. Depto de Ciencia de computação e Estatística, IBILCE/UNESP, 2013.
- MARX, Karl – “A Lei Geral da Acumulação Capitalista” (cap. XXIII), *in: O Capital (Livro Primeiro, vol. II) – Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1979 (pg. 712-827).*
- MAZZA, J., BUVINIC, M. & DEUTSCH, R. **Inclusão social e desenvolvimento econômico na América Latina**. Rio de Janeiro : Elsevier : BID : Campus, 2004, 366 p.
- MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo, Hucitec-Abrasco, 1996.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Perfil dos Beneficiários do Programa Bolsa Família, vários, 2009. (mimeo).
- Plano Brasil sem miséria no estado do Rio de Janeiro <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/FerramentasSAGI/grupo.php?id_grupo=78>
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS Cartilha Catador é legal (org) BORGES, R. M., ESPESCHIT, M., GONÇALVES, E., 2013, 80 pág.
- NETO, P. N. & MOREIRA, T. A. **Política Nacional de Resíduos Sólidos - Reflexões acerca do novo marco regulatório nacional** Disponível em:<http://www.rbciamb.com.br/images/online/RBCIAMB-N15-Mar-2010Materia02_artigos225.pdf> Acesso em: 23 out 2013.
- OLIVEIRA, P. S. Caminhos de construção da pesquisa em ciência humanas. *In: OLIVEIRA, P. S. (Org.). Metodologia das ciências humanas*. São Paulo: HUCITEC/UNESP, 1998.



- OUERJ - OBSERVATÓRIO URBANO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Diagnóstico do Meio Biótico da Região do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho (AMJG), município de Duque de Caxias, RJ. Rio de Janeiro: UERJ, 2008. 143 p.
- PEREIRA, P. A. P. **Política Social: temas e questões**. São Paulo: Cortez, 2008. 214 p.
- PINHEL, J. R. (org.) **DO LIXO À CIDADANIA Guia para a Formação de Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis**. São Paulo: Peirópolis, 2013. 239 p.
- PINTO, L. L. **Diagnóstico da Atividade de Catação. Duque de Caxias, 2004**. Rio de Janeiro: IBASE, 2005. Disponível em: <http://www.ibase.br/pt/wp-content/uploads/2011/06/cter-diagn%C3%B3stico-social-de-jardim-gramacho.pdf>, Acesso em: 30 out. 2013.
- POCHMANN, M. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**. São Paulo. Contexto. pág. 205, 1999.
- PLANO ESTADUAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS - Sítio eletrônico do governo do estado do Rio de Janeiro SEA – Disponível em: < <http://www.rj.gov.br/web/sea/exibeconteudo?article-id=1941406>> Acesso em: 20 out 2013.
- PAES de B., R.; CARVALHO, M. de; MENDONÇA, R. **Sobre as utilidades do cadastro único**. Brasília; IPEA; 2009. 32 p.
- PANGEA – Centro de Estudos Socioambientais – Organização da Sociedade Civil para o Interesse Público, que desenvolve ações culturais, sociais, econômicas e ambientais. Disponível em: <www.pangea.org.br> Acesso em: 30 out 2013.
- PINHO, D. B. **Economia e cooperativismo**. São Paulo: Saraiva, 1977. 178 p.
- PORFÍRIO, M. V.; SOUZA FILHO, R. De & BACKX S. **Assistência Social: Contextualização e Legislação**. Secretaria de Desenvolvimento Social, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. 2ª ed, Jul/2001.
- REIS, C. N. **Economia Solidária: um instrumento para inclusão social?** Primeras Jornadas de Historia. Regional Comparada. In: Anais. Porto Alegre: FEE, v. 1 p. 1-30, 2005.
- RIBEIRO, R. dos R. **Avaliação de alternativas sócio-econômicas para a população em torno de aterros sanitários. Estudo de caso: Aterro de Gramacho**. Dissertação de mestrado, Programa de pós graduação em engenharia Ambiental. RIO DE JANEIRO: UFRJ, 2012. 75 p.

- RIBEIRO, R. L. O impacto do encerramento do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho (AMJG) sob a ótica dos comerciantes do setor informal de alimentos - Dissertação (mestrado em Administração) – Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy”, Escola de Ciências Sociais Aplicadas, 2011. 76 f
- SACHS, I. (Org.). **Inclusão social pelo trabalho. Desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte.** Ed. Garamond, 2006, 200 pág.
- SACHS, I. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável.** 3ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2008.
- SACHS, I. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- SANTOS, M. **Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SANTOS, M. **A Economia Espacial** Ed. EDUSP, 2003, pág. 204.
- SANTOS, M. **O Dinheiro e o território – em Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial.** 3ª Ed. Rio de Janeiro. Lamparina, 2007.
- SANTOS, G. O. **Interfaces do lixo com o trabalho, a saúde e o ambiente.** *Revista saúde e ambiente, Santa Catarina. Ano 2009, n.2, v. 10.* Disponível em: <<http://periodicos.univille.br/index.php/RSA/article/view/233>> Acesso em: 30 out. 2013.
- SARTÓRIO, K. C. **Os Dilemas contemporâneos das políticas públicas.** *Revista do Serviço Público, Brasília. ano 55, n.3, p. 87-90, Jul-Set- 2004.* Disponível em: <http://www.enap.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=2603>. Acesso em: 30 out. 2013.
- SECRETARIA DO ESTADO DE AMBIENTE – RJ – Projeto catadores e catadoras em redes solidárias
<http://download.rj.gov.br/documentos/10112/1856308/DLFE65298.pdf/02_PublicacaoCRSS_emeestre1.pdf> Acesso em: 30 out. 2013.
- SEBRAE - MG **Manual de Políticas Públicas: conceitos e práticas** Disponível em: <<http://www.agenda21comperj.com.br/sites/localhost/files/MANUAL%20DE%20POLITICAS%20P%20C%20ABLICAS.pdf8>> Acesso em: 30 out. 2013
- SILVA, M. G. **Questão ambiental e Desenvolvimento sustentável: um desafio ético-político ao Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2010.

- SISSINO, C. S. (org) **Resíduos sólidos, ambiente e saúde: uma visão multidisciplinar**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2000.
- SOARES C. B. **Sistemas focalizados de transferência de renda: contextos e desafios ao bem-estar**. Tese de doutorado, Faculdade de Economia. RIO DE JANEIRO: UFRJ, 2010. 235 p.
- SHEPPARD, M. **Social work and social exclusion: the idea of practice**. Aldershot: Ashgate, 2006.
- SOUZA, C. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto. Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, pp. 20-45.
- SOUZA, M. P. **Instrumentos de Gestão Ambiental: fundamentos e prática**. Editora: Riani Costa. 2000.
- TIRADO SOTO, M. M. Análise e formação de redes de cooperativas de catadores de materiais recicláveis no âmbito da economia solidária/ Magda Martina Tirado Soto – Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, 2011, 214 p.: il.
- UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS **Dicionário Brasileiro de Políticas Públicas** – (org) CASTRO, C. L. F. de; GONTIJO, R. B. & AMABILE, A. E. de N. Barbacena: EdUEMG, 2012 242 f.
- YAZBEK, M. C. **Estado e Políticas Sociais** Disponível em: <<http://www.slideshare.net/ThiagoPrisco/yazbek-maria-carmelita-estado-e-polticas-sociais-1>> Acesso em: 30 out. 2013.
- WIXEY, S *et al.*, **Measuring Accessibility as Experienced by Different Socially Disadvantaged Groups**, funded by the EPSRC FIT Programme — Transport Studies Group — Universidade de Westminster, 2005.

GLOSSÁRIO

APÊNDICE A: Termo de livre consentimento esclarecido

	<p>Universidade do Estado do Rio de Janeiro Faculdade de Engenharia Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental Programa de Pós-Graduação em Engenharia Sanitária em Ambiental Rua São Francisco Xavier, 524 5º andar, Maracanã Fone: 2334-0512</p>	
---	--	---

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____,
 Concordo em participar voluntariamente da pesquisa sobre

 _____,
 na qualidade de entrevistado, estando informado e esclarecido de que os dados serão utilizados exclusivamente nesta pesquisa, sendo minha identificação mantida em sigilo em quaisquer publicações.

Declaro estar ciente de que tenho a liberdade de recusar ou retirar sua permissão a qualquer momento, sem prejuízo. Em caso de dúvidas, ligar para:

Rio de Janeiro, de _____ 2013.

 Assinatura do Entrevistado

 Assinatura do Pesquisador

APÊNDICE B: Roteiro de entrevistas fechadas e abertas realizadas com ex catadores do AMJG no CRAS Jardim Gramacho

I- DADOS GERAIS

Nº entrevista:

Nome do entrevistado: _____

Telefone de contato: _____

II- DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Data de ingresso em cooperativa (mês/ano): _____

Local de nascimento (cidade e estado) e data de nascimento:

Idade: _____ anos

Sexo: () masculino () feminino

Religião: () católica () protestante () evangélica () espírita

() afro-brasileira () nenhuma () outra. Qual? _____

Local de moradia (bairro/município): _____

Se veio de outro estado, Por que veio morar aqui?

() por motivo de trabalho

() por motivos familiares

() outros. Quais? _____

POSSUI DOCUMENTOS? QUAIS

RG	
CPF	
CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL	
CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO	
CERTIFICADO DE VACINAS	
HISTÓRICO ESCOLAR OU CERTIFICADO DE CONCLUSÃO	
HISTÓRICO ESCOLAR OU CERTIFICADO DE CONCLUSÃO	

TÍTULO DE ELEITOR	
--------------------------	--

IDENTIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO FAMILIAR (MEMBROS DA FAMÍLIA QUE VIVEM NA MESMA CASA)

Nome	Idade	parentesco	escolaridade	Trabalho Sim ou não	Renda Dos que trabalham
1.					
2.					
3.					
4.					
5.					
6.					
7.					
8.					
9.					

ACESSA OU ALGUM MEMBRO DA COMPOSIÇÃO FAMILIAR AOS PROGRAMAS SOCIAIS.

SIM NÃO QUAIS?

POGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF)	
PROGRAMA RENDA MELHOR	
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL (PETI)	
PROJOVEM ADOLESCENTE	
PROGRAMA NACIONAL DE CAPACITAÇÃO TECNOLÓGICA (PRONATEC)	
PROGRAMAS HABITACIONAIS (MINHA CASA, MINHA VIDA..)	
OUTROS- QUAIS?	

PROJETOS DE INCLUSÃO PRODUTIVA	
PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL À FAMÍLIA (PAIF)	
TARIFA SOCIAL DE ENERGIA ELÉTRICA	
PROGRAMA CISTERNAS	
CARTEIRA DO IDOSO	

III- ESCOLARIDADE E QUALIFICAÇÃO

Estudou ? () sim () não () Nunca frequentou escola (não alfabetizado)

() Alfabetizado (em casa)

Até que série? _____

Se não concluiu os estudos, gostaria de continuar a estudar?

() sim () não. Porque? _____

() outros cursos de capacitação. Quais? _____

Fez algum treinamento específico sobre a atividade de separação de resíduos e reciclagem?

() sim () não. Qual? _____

Gostaria de fazer algum treinamento ou curso?

() sim () não. Qual? _____

1- TRABALHO

- 1- FOI CATADOR NÃO ORGANIZADO (DE RUA)? SIM NÃO
- 2- SENTE SATISFAÇÃO EM SER CATADOR. O QUE VOCÊ CONSIDERA IMPORTANTE NO SEU TRABALHO?
- 3- PORQUE MOTIVO VOCÊ GOSTARIA DE CONTINUAR NO TRABALHO COM A RECICLAGEM?
- 4- QUAIS AS PRINCIPAIS DIFICULDADES NA PROFISSÃO DE CATAÇÃO EXERCIDA EM COOPERATIVA: CONDIÇÕES DE TRABALHO, REMUNERAÇÃO? AVALIE BREVEMENTE?

2- REVISÃO SOBRE O CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS

- 1- O CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL (CADASTRO ÚNICO) É UM INSTRUMENTO QUE IDENTIFICA E CARACTERIZA AS FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA. DIVERSOS PROGRAMAS SOCIAIS COMO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, MINHA CASA MINHA VIDA, POSSUI O CADÚNICO COMO BASE DE INFORMAÇÕES SOBRE AS FAMÍLIAS. POSSUI CONHECIMENTO SOBRE O CADÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL?**

- 2- CONSIDERA QUE TEVE ALGUMA MELHORIA NA SUA VIDA ECONÔMICA APÓS A INCLUSÃO NO CADASTRO ÚNICO. OS PROGRAMAS SOCIAIS ACESSADOS CONTRIBUÍRAM PARA O AUMENTO DA SUA RENDA. QUAL A IMPORTÂNCIA DESSES PROGRAMAS SOCIAIS HOJE NA VIDA DO CATADOR DE JARDIM GRAMACHO?**

3- ATORES SOCIAIS E GOVERNANÇA

1- COMO VOCÊ CATADOR , VE ESSES PROGRAMAS SOCIAIS, ACREDITA QUE ELES SÃO SUFICIENTES, GOSTARIA DE ACESSAR MAIS PROGRAMAS?

2- AS POLÍTICAS SOCIAIS FAZEM PARTE DE UM CONJUNTO DE INICIATIVAS PÚBLICAS, COM O OBJETIVO DE REALIZAR, FORA DA ESFERA PRIVADA, O ACESSO A BENS, SERVIÇOS E RENDA, ALÉM DE MELHORIAS NAS CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO. CONSIDERA IMPORTANTE AS POLÍTICAS SOCIAIS NO TERRITÓRIO DE JARDIM GRAMACHO?

SIM -

NÃO

INDIFERENTE

PORQUE.

APÊNDICE C: Roteiro de entrevista de perguntas fechadas e abertas realizada com catadores do Polo de Reciclagem de Gramacho

1- DADOS GERAIS

Nº DA ENTREVISTA:

INSCRIÇÃO MUNICIPAL:

CNPJ:

RESPONSÁVEL:

COOPERATIVA:

ENTREVISTADO\ CARGO:

ENDEREÇO: POLO DE RECICLAGEM DE GRAMACHO

BAIRRO: JARDIM GRAMACHO MUNICÍPIO: DUQUE DE CAXIAS

E-MAIL:

TELEFONE:

CELULAR:

2- HISTÓRICO DA FORMAÇÃO

COMO TUDO COMEÇOU?

SITUAÇÃO JURÍDICA ATUAL:

INÍCIO DA ARTICULAÇÃO:

DATA INÍCIO DAS OPERAÇÕES:

SITUAÇÃO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL:

POSSUI

VALIDADE:

NÃO POSSUI

EM ANDAMENTO

TEM ESTATUTO? SIM NÃO

COMO FOI FEITO O ESTATUTO?

DATA DA FORMALIZAÇÃO:

TEM REGIMENTO INTERNO? SIM NÃO

POSSUI ATAS DAS REUNIÕES: SIM NÃO

QUANTAS ATAS:

Nº DE COOPERADOS:

ATIVOS:

CADASTRADOS:

QUAIS DOCUMENTOS FALTAM FORMALIZAR:

**CNPJ INSCRIÇÃO MUNICIPAL INSCRIÇÃO ESTADUAL
LICENÇA AMBIENTAL OUTROS QUAIS?**

**TEM APOIO INSTITUCIONAL OU FINANCEIRO DA ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA (LEI 5.940/06 OU DECRETO ESTADUAL 40.645/07) OU DE OUTRO
SETOR ? SIM NÃO**

JUSTIFICAR:

3- LOGÍSTICA

ÁREA DO TERRENO:

ÁREA CONSTRUÍDA:

QUANTIDADE DE GALPÕES:

M²/ GALPÃO:

OUTRAS INSTALAÇÕES:

COMO SERÁ O MODO DE COLETA:

PRINCIPAIS FORNECEDORES:

OS BAIRROS DE COLETA:

TEM ÓRGÃOS PÚBLICOS NA ÁREA? SIM NÃO

QUAIS?

HAVERÁ COLETA EM ÓRGÃOS PÚBLICOS? SIM NÃO

QUAIS?

4-GESTÃO

FREQUÊNCIA DAS ASSEMBLÉIAS:

ATUALMENTE QUEM COMPÕE A DIRETORIA?

COMO FOI FEITO O ESTATUTO?

**JÁ ACONTECE A PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DA
COOPERATIVA/ASSOCIAÇÃO NAS REUNIÕES? SIM NÃO**

COMO SE DÁ A TRANSPARÊNCIA :

**VERBAL QUADRO INFORMATIVO OUTRAS FORMAS
QUAIS?**

HAVERÁ A CAPACITAÇÃO PERIÓDICA DOS MEMBROS?

SIM NÃO

3- ATORES SOCIAIS E GOVERNANÇA

- 1- **COMO FOI O PROCESSO DE ENCERRAMENTO DO ATERRO METROPOLITANO DE JARDIM GRAMACHO?** (QUANDO, COMO INICIOU?)

- 2- **COMO VOCÊ VÊ A IMPLANTAÇÃO DO POLO DE RECICLAGEM DE JARDIM GRAMACHO QUAIS SÃO AS SUAS PERSPECTIVAS, EXPECTATIVAS COM RELAÇÃO AO FUNCIONAMENTO DO POLO?** PERCEPÇÃO DOS CATADORES DO POLO DE RECICLAGEM SOBRE O SEU PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO

- 3- **QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS DIFICULDADES ENCONTRADAS PELOS CATADORES NA IMPLANTAÇÃO DO POLO DE RECICLAGEM DE JARDIM GRAMACHO?** DIFICULDADES ENFRENTADAS E AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO POLO

- 4- **PARA VOCÊ QUAIS SERÃO (OU SÃO) AS PRINCIPAIS DIFICULDADES NO TRABALHO EM COOPERATIVA?**

ANEXO A: Proposta de modelo de gestão do fundo dos catadores de Gramacho

Proposta de Modelo de Gestão Operacional do Fundo de Inclusão dos Catadores e Catadoras de Gramacho

O Fundo de apoio a inclusão social e econômica dos catadores e catadoras atuantes no Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho – AMJG, origina-se de uma cláusula contratual prevista no contrato firmado entre a Companhia Municipal de Limpeza Urbana – COMLURB e a Empresa Novo Gramacho, responsável atualmente pela gestão e exploração do Aterro.

Este Fundo, constituído por repasses anuais da empresa Novo Gramacho, durante 15 anos, com recursos de cerca de 1,4 milhões de reais anuais, está destinado a promoção de ações de geração de trabalho e renda para os catadores e catadoras do AMJG, de forma a minimizar as consequências do fechamento do Aterro junto a essas pessoas e suas famílias. Após muitas negociações, a Caixa Econômica Federal, a título de adiantamento, disponibilizará, de uma só vez, os recursos previstos para os 15 anos.

De forma acordada com as lideranças dos catadores do AMJG, o Governo do Estado do Rio de Janeiro conduz o processo de modelagem do funcionamento deste Fundo, que operacionalmente será gerido pela CEF, contando com um Comitê Gestor composto por representações das diferentes esferas do poder público e dos catadores atuantes no Aterro.

A fórmula inicial de operacionalização do Fundo, já acordada com as lideranças dos catadores do AMJG, indica o seguinte:

1. O valor global a ser disponibilizado pela Caixa será dividido pelo total de catadores do AMJG, estabelecendo-se assim o valor ao qual cada um terá direito;
2. Estes recursos poderão ser acessados por todos os catadores e catadoras que comprovarem sua atuação no AMJG, mas só poderá ser utilizado para investimento em atividades de geração de trabalho e renda;
3. Os recursos poderão ser utilizados para investimento em negócios coletivos, como nas cooperativas já existentes ou naquelas que por ventura venham a ser criadas, e também em negócios individuais, como, por exemplo, na compra de um pequeno comércio local ou para abertura de negócios que ofereçam serviços;
4. Os recursos poderão ser utilizados também como bolsa para a realização de cursos de qualificação profissional, que possibilitem a inserção dos interessados no mercado de trabalho;
5. Os recursos só poderão ser acessados por pessoas que queiram utilizá-lo para outro fim nos casos em que o beneficiário for idoso ou portador de alguma necessidade especial (física ou mental);

Considerando estas premissas, as características do público beneficiário, a urgência da disponibilização do recurso e a necessidade de que este seja bem utilizado e garanta a estabilidade futura e condições dignas de vida para os beneficiários exercem sua plena cidadania, entendemos ser fundamental a construção de um processo de gestão operacional, orientação e acompanhamento da utilização deste recurso.

Nesse sentido, apresentamos uma proposta inicial para esta modelagem, considerando a importância de avançarmos com segurança no processo de disponibilização e utilização do recurso do Fundo, de forma a garantir a eficiência e o melhor aproveitamento possível por parte dos/as catadores/as na utilização do Fundo.

O que inspira a proposta a seguir, é a disposição de minimizar ao máximo as consequências econômicas e sociais decorrentes do fechamento do AMJG, que terá como principais vítimas os/as catadores/as atuantes no Aterro.

1. Análise da Matriz de Negócios e Consumo de Jardim Gramacho:

Para que os catadores e catadoras beneficiários do Fundo não sejam levados a investirem em negócios que venham a não vingar, buscar-se-á entender ao máximo a dinâmica econômica local e o potencial de expansão das atividades econômicas para bairros limítrofes a Jardim Gramacho.

Para tanto, será realizado um estudo com a seguinte finalidade:

- a. Identificar os negócios já existentes no bairro Jardim Gramacho;
- b. Analisar o perfil de consumo dos moradores do bairro Jardim Gramacho;
- c. Indicar os negócios potenciais que poderiam ser desenvolvidos pelos beneficiários do Fundo;
- d. Analisar as possibilidades de aproveitamento do mercado de bairros vizinhos, para comercialização de produtos e serviços por parte dos negócios a serem desenvolvidos pelos beneficiários;

Este trabalho será desenvolvido por meio da realização de pesquisa de campo e da análise dos materiais já produzidos em relação às informações que buscamos. Todas as informações serão bem vindas, pois vamos partir do que já existe, evitando a realização de retrabalho.

Com estas informações, poderemos atuar com o atendimento as demandas espontâneas, de acordo com a disposição apresentada pelos próprios beneficiários, e também com a indução de demanda, aproveitando os potenciais de negócios identificados.

Dada a urgência da situação, realizaremos este estudo em um prazo máximo de 40 dias.

2. Oficinas de orientação da demanda:

Realizaremos oficinas de orientação da demanda, com o objetivo de informar a todos como será o processo de acesso ao recurso do Fundo, detalhando os procedimentos que cada um deverá seguir para acessar o recurso e as exigências estabelecidas para este acesso.

Aproveitando o estudo realizado, nesta oficina indicaremos aos beneficiários os negócios potenciais que poderiam ser abertos no bairro, orientando sobre a necessidade de se qualificarem para desenvolver tais atividades.

A partir da utilização de técnicas de trabalho em grupo, estimularemos os beneficiários a se manifestarem sobre suas intenções de utilização dos recursos, para que possamos ter ao final uma indicação das principais áreas que necessitariam da realização de uma qualificação específica.

Considerando que se estima que existam cerca de 1500 catadores atuando no AMJG, serão realizadas 20 oficinas, com 80 participantes cada, tendo duração de 8h.

Estas oficinas serão concluídas em um prazo máximo de 30 dias.

3. Recebimento e cadastramento das demandas:

O recebimento e cadastramento das demandas de utilização do recurso, por parte dos catadores, serão realizados paralelamente a realização das oficinas. Na medida em que os beneficiários realizarem as oficinas, terão o seu atendimento agendado para apresentação da demanda.

Será montada uma estrutura com, no mínimo, 10 pessoas e equipamentos necessários para atenderem os catadores. Estas pessoas passarão por uma oficina de qualificação, de forma a prepará-las para o atendimento ao público, na qual serão repassadas todas as informações importantes sobre o Fundo.

Sendo assim, serão atendidos grupos de 80 pessoas a cada dia, o que evitará a formação de tumultos que prejudicariam o trabalho.

Pretende-se que este cadastramento seja concluído em, no máximo, 30 dias.

4. Análise da demanda e enquadramento nas exigências:

À medida que as demandas forem sendo cadastradas, elas serão repassadas para uma equipe de técnicos que analisarão, preliminarmente, sua viabilidade e se estão enquadradas nas regras e exigências do Fundo, a serem estabelecidas pelo seu Comitê Gestor e pela Caixa.

Com base nesta análise inicial, a equipe orientará os beneficiários sobre a viabilidade do negócio e, quando for o caso, sobre os documentos que precisam ser levantados para o prosseguimento do processo.

Aqui está prevista também a análise das condições dos demandantes idosos e portadores de necessidades especiais e a orientação destes para o cumprimento das exigências de acesso ao fundo, além de encaminhamento, quando for o caso, para os programas sociais disponíveis.

Pretende-se que esta etapa tenha duração máxima de 30 dias, ocorrendo paralelamente ao processo de cadastramento das demandas.

5. Capacitação específica:

Com base no estudo realizado e nas demandas que foram apresentadas e encaminhadas a Caixa, serão realizados cursos de qualificação direcionados ao atendimento destas demandas.

Pretende-se que esta qualificação inicie logo após o encaminhamento das demandas a Caixa, tendo duração compatível com o tema a ser tratado.

6. Acompanhamento e assessoria ao negócio:

É provado por vários estudos e práticas concretas, que os pequenos negócios, de origem popular, obtêm maior sucesso quando contam com um acompanhamento e assessoria permanente durante seu período inicial de instalação.

O processo de acompanhamento e assessoria será realizado pelos mesmos técnicos responsáveis pela análise e enquadramento da demanda, de forma a contar com o acúmulo que estes terão, dada a atividade anteriormente desenvolvida. Este serviço será disponibilizado a todos os interessados, por um prazo de 12 meses, a contar da data de liberação do recurso por parte da Caixa.

Assim como acontece com linhas de financiamento de crédito assistido, entendemos que o aceite deste acompanhamento deveria ser uma exigência para todos, pois, está seria uma boa forma de garantir a correta utilização dos recursos.

7. Sistematização e divulgação dos resultados:

Considerando que esta será a primeira grande experiência de fechamento de um Aterro no Brasil, dando respostas e soluções para os catadores, entendemos que será fundamental sistematizarmos e divulgarmos este processo, pois isso poderá contribuir em muito com a política nacional de resíduos, que prevê o fechamento de todos os lixões no Brasil até 2014.

Todas as ações realizadas serão registradas e sistematizadas, por meio de relatórios, registros fotográficos, vídeos e outros, de forma a não perdermos os detalhes do processo de execução, que neste caso serão fundamentais para o melhor aproveitamento e, quando for o caso, replicação da experiência.

No transcorrer do processo, realizaremos alguns eventos de avaliação com os próprios beneficiários, de forma a captarmos suas percepções sobre as atividades desenvolvidas e sobre o desempenho do seu negócio.

Ao final do processo, disponibilizaremos uma publicação que trará o relato e os principais aspectos da experiência desenvolvida, a ser editado e divulgado de acordo com as exigências do contratante.

Observações importantes:

- Entendemos ser fundamental que este processo seja acompanhado de perto pelo Comitê Gestor do Fundo;
- Achamos que é importante desenvolvermos uma linha de atuação específica para o fortalecimento das cooperativas.

ANEXO B: Chamada para cadastramento dos catadores do aterro de gramacho

COMPAHEIROS CATADORES E CATADORAS

ATENÇÃO!!!!


DE 23 DE JANEIRO A 16 DE FEVEREIRO SERÁ REALIZADO O CADASTRAMENTO DOS CATADORES E CATADORAS DO ATERRO DO JARDIM GRAMACHO. A FINALIDADE DESTE CADASTRO É IDENTIFICÁ-LOS PARA INCLUSÃO EM PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL E ESTADUAL E REGISTRAR OS NOMES DE QUEM TERÁ ACESSO AO FUNDO DOS CATADORES.

O ATENDIMENTO SERÁ REALIZADO EM ORDEM ALFABÉTICA E A SENHA PARA ATENDIMENTO TERÁ QUE SER RETIRADA A PARTIR DO DIA 17/01 NO ESCRITÓRIO DA NOVO GRAMACHO de 8 às 17 horas.


IMPORTANTE: Para se cadastrar é preciso ser catador ou catadora do aterro do Jardim Gramacho.

Leve os documentos que você tiver, identidade, CPF, certidões dos filhos e carnês ou contas que mostrem seu endereço. Mesmo que não tenha documentos, compareça.

Promoção: Pangea
Centro de Estudos Socioambientais



Apoio:



MDS.gov.br
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

LOCAL: CRAS - Centro de Referência da Assistência Social de Jardim Gramacho.

Rua Pistóia s/n Jardim Gramacho.

Referência: CIEP 218 Ministro Hermes de Lima





HORÁRIO: de 8 às 17 horas

INICAL DO NOME	DATA	HORÁRIO
A, B e C	23 e 24/01	
D e E	25/01	
F, G e H	26 e 27/01	
I e J	30 e 31/01	
K e L	01 e 02/02	
M e N	03 e 06/02	
O e P	07/02	
Q, R e S	08 e 09/02	
T e U	10/02	
V, W, X, Y e Z	13 e 14/02	
PENDÊNCIAS	15 e 16/02	

CONSELHO DOS CATADORES E CATADORAS
DO ATERRO DE GRAMACHO.

ANEXO C: Formulário PANGEA preenchido junto com o cadastramento

Projeto PANGEA/Fundação Banco do Brasil

1. Há quanto tempo é catador/a?
2. Sempre catou no lixão de Gramacho?
() Sim (passe para a 4) () Não

3. Onde catava antes?
4. Há quanto tempo você cata ou catou no lixão de Gramacho?
5. Você ainda cata em Gramacho?
() Sim (passe para a 8) () Não

6. Há quanto tempo você não cata mais em Gramacho?
7. Por que deixou de catar em Gramacho? 
8. Qual a renda média que você alcança por mês com a catação em Gramacho:
 - a. Hoje _____
 - b. Um ano atrás _____
9. Tem interesse em continuar com a atividade de catação, havendo apoio para isso?
() Sim () Não
10. Participa de alguma cooperativa ou associação?
() Sim () Não (passe para a 12)

11. Em qual e há quantos anos?

Projeto PANGEA/Fundação Banco do Brasil

12. Já participou de algum outro tipo de organização coletiva?

Sim

Não (passe para 14)

13. Qual?

14. Acredita que a organização em cooperativa pode melhorar sua renda?

Sim

Não

15. Tem interesse em se organizar em cooperativa havendo apoio para isso?

Sim

Não

16. Qual a sua produção diária e a quanto vende os seguintes materiais:

Material	Peso(Kg)/Quantidade (lonas)	Valor pago por Kg
Papel (Arquivo)		R\$
Papelão		R\$
PET		R\$
Plástico fino (qualquer tipo de embalagem)		R\$
Alumínio		R\$
Sucata		R\$
Vidro		R\$
Tetra Pack		R\$

17. Você retira algum outro material do Aterro de Gramacho? Qual?

Projeto PANGEA/Fundação Banco do Brasil

- 17.1. Em caso afirmativo, qual a sua produção diária (kg)?
- 17.2. A que preço você vende por kg?
18. Quantos dias você cata por semana no Aterro de Gramacho?
19. Quantas horas você cata por dia em Gramacho?
- a. Hoje _____
- b. Um ano atrás _____
20. Quanto você ganha por dia com a venda do que cata em Gramacho?
21. Para quem você vende os materiais coletados?
22. Como você recebe o resultado da venda?
- () à vista (passe para a 24) () prazo
23. Em quantos dias?
24. Você tem algum outro trabalho além desse?
- () Sim () Não (passe a questão 27)
25. Qual?
26. Quanto você ganha nesse outro trabalho?
27. Existe outra fonte de renda na família?
- () Sim () Não (passe para a 29)
28. Qual?

Projeto PANGEA/Fundação Banco do Brasil

29. Você tem algum parente que mora na sua casa e também trabalha no Aterro de Gramacho?

Sim

Não (passe para a 33)

30. Quantos?

31. Quanto cada um deles ganha diariamente?

32. Quantos dias eles trabalham por semana?

33. No seu trabalho utiliza algum equipamento de segurança individual?

Sim

Não (passe para a 35)

34. Qual?


35. Já teve algum acidente de trabalho?

Sim

Não

36. Onde pretende investir o recurso ao qual terá direito junto ao fundo?

ANEXO D: Regras de acesso ao fundo do catador de Gramacho



**CONSELHO DE LIDERANÇAS DOS
CATADORES E CATADORAS
DE JARDIM GRAMACHO**

**REGRAS DE ACESSO AO FUNDO DE APOIO A INCLUSÃO SOCIAL E ECONÔMICA DOS
CATADORES E CATADORAS DO ATERRO METROPOLITANO DE JARDIM GRAMACHO**

1. O Fundo é dos catadores e catadoras do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho e só eles poderão acessar os recursos.
2. Tem direito ao Fundo todos os catadores e catadoras que se cadastraram no Cadastro Único do Governo Federal, realizado nos meses de janeiro e fevereiro de 2012 e que:
 - a. Iniciaram as atividades de catação no Aterro até 31 de dezembro de 2010 e que cataram, no mínimo, até 31 de maio de 2011;
 - b. Os (as) idosos (a)s, acima de 60 (sessenta) anos, que comprovadamente tenham trabalhado no AMJG e se afastado do trabalho a, no máximo, 10 (dez) anos, a contar da data de 1° de janeiro de 2011;
 - c. Os (as) portadores (as) de deficiência congênita, que comprovadamente tenham trabalhado no AMJG e se afastado do trabalho a, no máximo, 3 (três) anos, a contar da data de 1° de janeiro de 2011;
 - d. Os (as) portadores (as) de deficiências adquiridas em razão da catação no AMJG, que tenham se afastado do trabalho a, no máximo, 5 (cinco) anos, a contar da data de 1° de janeiro de 2011.

3. Os recursos podem ser usados para:

- a. Investir em um negócio próprio, que pode ser individual ou coletivo;
- b. Comprar ou reformar a casa própria dos catadores e catadoras;
- c. Garantir uma renda para o catador reorganizar sua vida.

4. Os catadores poderão pegar os recursos da seguinte forma:

- a. Idosos/as acima de 60 anos, portadores (as) de deficiência congênita e portadores (as) de deficiências adquiridas durante a catação no AMJG, terão a totalidade dos recursos a que tem direito depositado em uma conta poupança, com livre movimentação da mesma;
- b. Os que quiserem investir no negócio próprio, coletivo ou individual, poderão receber a totalidade dos recursos a que tem direito de uma só vez, desde que estes sejam para investimento no negócio;
- c. Os catadores que queiram adquirir ou reformar sua casa própria poderão receber a totalidade dos recursos de uma só vez;
- d. Os catadores que quiserem pegar o dinheiro somente para reorganizar sua vida, receberão os recursos em **12 parcelas iguais**.

- 5. O Fundo será Coordenado por um Comitê que tem representantes dos Catadores, do Governo Federal, do Governo do Estado, do Ministério Público e da Defensoria Pública.

ANEXO E: O Polo de Reciclagem de Gramacho

Organizar para conquistar

O Polo de Reciclagem de Gramacho é de propriedade de uma Rede, formada inicialmente pelos empreendimentos que propuseram a sua criação, quais sejam: COOPERJARDIM, COOPERCAIXIAS, COOPERGRAMACHO, COOPERCAMJG e Associação dos Catadores do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho.

Nessa primeira fase, o Polo de Reciclagem de Gramacho tem potencial para gerar trabalho e renda para até 110 catadores. Quando construído na sua totalidade, o Polo de Reciclagem terá potencial para gerar trabalho e renda para até 500 catadores.

Mais qualificação, mais ganhos para os trabalhadores

Além das atividades tradicionais de coleta e triagem, o Polo também realizará o processamento de resíduos e prestará serviços de coleta junto aos municípios da região da Baixada Fluminense.

Com a incorporação das atividades de processamento de resíduos e a prestação de serviços de coleta seletiva, será possível aumentar os ganhos e qualificar a atuação desses/as trabalhadores/as, garantindo autonomia em relação aos atravessadores e relação direta com o mercado.

Gestão dos Catadores

A gestão do Polo será realizada pelos/as próprios catadores/as, que terão que aprimorar seus conhecimentos técnicos e qualificar a sua relação com o mercado e com os diversos atores da cadeia da reciclagem.

Isso será fundamental para o sucesso e emancipação econômica do Polo, principalmente no contexto de implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos.



POLO DE RECICLAGEM DE GRAMACHO



Uma história de 37 anos

Situado às margens da Baía de Guanabara, em Duque de Caxias, o Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho, criado em 1976, recebia, diariamente, cerca de 11 mil toneladas de resíduos vindos do município do Rio de Janeiro e de outros municípios da Baixada Fluminense.

A atividade de catação no local, que chegou a recuperar mais de 200 toneladas por dia de resíduos recicláveis e reaproveitáveis, movimentava no seu entorno uma economia que dava sustento a mais de 15.000 pessoas.

Com o fechamento do Aterro no ano de 2012, os catadores organizados em cooperativas e em uma associação, assumiram o desafio de dar continuidade na atividade de catação e propuseram ao Governo Federal e Estadual a criação do Polo de Reciclagem de Gramacho.

O começo do Projeto - 2012

O Polo de Reciclagem de Gramacho começou a ser implantado com o apoio da Refinaria de Duque de Caxias – Petrobras e da Secretaria Estadual do Ambiente, do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Nesta primeira etapa, o Polo terá dois galpões voltados ao recebimento, triagem, enfiamento e estocagem de resíduos para venda.

Ao final dessa etapa, que será concluída no mês de dezembro de 2013, serão entregues aos parceiros financiadores os projetos executivos, com os respectivos custos previstos, que indicarão a construção de mais oito prédios, que completam a composição do Polo de Reciclagem de Gramacho.

Com os investimentos já realizados e os previstos, o Polo de Reciclagem de Gramacho terá a seguinte composição física:



Estrutura:

- Uma creche (1.000m²)
- Duas unidades de processamento e transformação de resíduos (600m² cada)
- Um centro administrativo e de formação, com auditório, salas para escritórios, salas de aula e refeitório (1.000m²)
- Cinco unidades de triagem – dedicadas ao recebimento e triagem de diferentes tipos de resíduos (1.000m² cada)
- Um galpão central para estoque e retirada dos materiais para venda (2.000m²)
- Área de lazer

